



ANA CRISTINA GOMES SANTOS

Demanda e necessidade de informação dos participantes do
Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária”

Dissertação de mestrado
Março de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIR - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO- PPGCI

ANA CRISTINA GOMES SANTOS

Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de
Extensão “UFRA na Reforma Agrária”

RIO DE JANEIRO
2014

ANA CRISTINA GOMES SANTOS

Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de
Extensão “UFRA na Reforma Agrária”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação convenio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: **Maria Nélda González de Gómez**

RIO DE JANEIRO

2014

S 237 Santos, Ana Cristina Gomes

Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária”/Ana Cristina Gomes Santos. – Rio de Janeiro, 2014.
107f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2014.

Orientadora: Maria Nélida González de Gómez.

1. Regime de Informação 2. Ações de Informação 3. Demanda de Informação 4. Ações Transversais de Informação 5. Assentamento Rural; 6. Extensão Rural 7. Ciência da Informação – Tese I. González de Gómez, Maria Nélida (Orientadora) II. Universidade Federal Rural da Amazônia III. Título.

CDU – 001.5

ANA CRISTINA GOMES SANTOS

Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação convenio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em 31 de Março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Maria Nélide González de Gomez (Orientadora)
PPGCI/IBICT - UFF

Prof^ª Dra. Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha (Co-orientadora)
Museu do Meio Ambiente do Instituto de pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^ª Dra. Liz Rejane Issberner
PPGCI/IBICT - ECO/UFRJ

Prof^ª Dra. Leonilde Servolo de Medeiros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ
Programa de Pós-graduação de C. Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecendo inicialmente a Deus pelo dom da vida.

A Superintendência da Biblioteca da UFRA na pessoa de minha colega de trabalho e amiga Suely França pela compreensão, esforço e confiança em conceder minha dispensa para que pudesse me dedicar aos estudos, mesmo sabendo que teria que administrar a Biblioteca com quadro reduzido de pessoal.

Aos demais colegas de trabalho que se desdobraram para dar conta de suas tarefas e das minhas nesse período de afastamento.

Aos meus colegas de curso com quem troquei experiências para aperfeiçoamento acadêmico, pela amizade e companheirismo construído, em especial as colegas de outros Estados Elinelle Borges (MA) e Aline Vieira (CE) com quem dividi residência, a parceria incondicional de Milena Teles (SP) que formava o quarteto de Botafogo, a Solange e Fabiana que nos acompanhavam nos momentos culturais que aliviava a solidão da distância de casa.

A Maria Urânia que me recebeu no Rio de Janeiro e entregou as chaves de sua casa como se fosse minha para que eu tivesse um ambiente e familiar tranquilo para estudar.

A minha orientadora Professora Dra. Maria Nélide González de Gomez pelos conhecimentos, perspicácia e simplicidade que me orientou os caminhos a seguir.

A minha co-orientadora, Museóloga e Professora Dra. Luisa Maria Gomes Rocha que colaborou e incentivou em todos os momentos fornecendo dicas e sugestões importantíssimas.

A todos os professores do IBICT que me possibilitaram enxergar mais longe e ampliar meus conhecimentos.

Em especial a minha família que soube entender o afastamento, a meu marido Antonio Miguel pelos incentivos, compromissos e responsabilidades no cuidado com nossos filhos Adriano e Bruno, que me garantiu tranquilidade mesmo distante de casa.

A meu Pai Lourival Gomes que abdicou de parte de sua tranquilidade ribeirinha para me levar, ainda menina, para cidade para que eu pudesse continuar meus estudos.

A equipe do Programa UFRA na Reforma Agrária, pelo acolhimento e incentivo, pela oportunidade disponibilizada para alargar conhecimentos e pelo trabalho cansativo, porém empolgante, que realizam e que me proporcionaram participar.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

SANTOS, Ana Cristina Gomes. **Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária”**. Orientadora: Maria Nélida González de Gómez. Rio de Janeiro, 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.

Reflete sobre a necessidade e demanda de informação de grupos de pessoas do Assentamento Abril Vermelho localizado no Município de Santa Bárbara no Estado do Pará, e a relação que se estabelece no âmbito de um programa de extensão universitária da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) realizado nesse ambiente. Apresenta histórico de mudança epistemológica, política e informacional que passou o Ensino de Ciências Agrárias na Amazônia e a Instituição até sua transformação em Universidade. O estudo exploratório vem pautado no referencial teórico sociopolítico de Regime de Informação, em ações e práticas que demandam no contexto informacional de interações das ações realizadas na extensão. As considerações dessa interação são reportadas sob o ponto de vista do olhar dos assentados participantes e das práticas que se estabelecem nesse elo, no contexto do agricultor e os órgãos responsáveis pelo Assentamento e das ações da Universidade. O estudo apontou os desafios interdisciplinares de acesso, uso e produção de informação, o fluxo informacional e organizativo do Assentamento e também indicativos de ações futuras para inserção no Programa de Extensão da UFRA.

Palavras-chave: Regime de Informação. Ações de Informação. Demanda de Informação. Ações Transversais de Informação. Assentamento Rural. Extensão Rural. UFRA

ABSTRACT

SANTOS, Ana Cristina Gomes. **Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária”**. Orientadora: Maria Nélida González de Gómez. Rio de Janeiro, 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.

Reflects on the need and demand for information from groups of people land settlement Abril Vermelho located in Santa Barbara County in the state of Pará, and the relationship that is established within a university extension program of the Federal Rural University of Amazonia (UFRA) performed in this environment. Presents historical epistemological change, political and informational now the Teaching of Agricultural Sciences in the Amazon and the Institution until its transformation in University. The exploratory study has guided the theoretical framework of sociopolitical scheme info in actions and practices that demand the informational context of interactions of actions performed in the extension. The considerations of this interaction are reported from the point of view of the gaze of the participants seated and practices that establish this link, in the context of the farmer and the organs responsible for the actions of the land settlement and the University. The study pointed to the interdisciplinary challenges of access, use and production of information, the informational and organizational flow of the land settlement and also indicative of future actions for inclusion in the Extension Program UFRA.

Keyword: Regimen Information. Actions Information. Demand for information. Transversal Actions info. Land settlement. Rural Extension. UFRA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Questão de pesquisa	12
1.2	Objetivos	13
1.3	Hipótese	14
2	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO	15
2.1	Histórico	15
2.2	Ensino de Ciências Agrárias na Amazônia: mudança epistemológica, política e informacional a transformação em UFRA	15
2.2.1	Estruturação institucional epistemológica: evolução da estrutura orgânica	19
2.2.2	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP)	21
2.2.2.1	Vinte e cinco anos de existência: evolução e lançamento de publicações	23
2.3	As primeiras ações de extensão universitária na Instituição	27
2.4	Serviços de Documentação e Informação (SDI)	28
2.5	Antecedentes de transição FCAP-UFRA: cooperação técnica científica	30
2.5.1	Os Institutos Temáticos	34
3	UM OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: AÇÕES TRANSVERSAIS DE INFORMAÇÃO	38
3.1	Abordagens Sócio-Pragmática	40
3.2	Ações de Informação	43
3.3	Regimes de Informação	46
3.4	Ações Transversais de Informação	49
3.4.1	Entre áreas de conhecimento	49
3.4.2	Entre a universidade e os atores locais que demandam de informação	49
4	RECONSTRUÇÃO DE DOMÍNIO TRANSVERSAL DE AÇÕES DE INFORMAÇÃO	50
4.1	Extensão Universitária	50
4.2	Extensão Rural	54
4.3	Projetos de Assentamento	58
4.3.1	Assentamento PA Abril Vermelho	60
4.3.1.1	Reconstrução histórica do Assentamento PA Abril Vermelho	62
4.4	Programa UFRA na Reforma Agrária: Extensão Universitária para a formação humanística e cidadã	66
4.4.1	Estruturação da metodologia aplicada no Assentamento	69
4.5	A extensão universitária e as ações de informação	73
4.5.1	Conteúdo	75
4.5.2	Acesso e uso	79
4.5.3	Gestão participativa da informação	80
5	O OLHAR INFORMACIONAL DOS ASSENTADOS	82
6	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	95
	REFERENCIAS	100
	ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

A Informação apresenta-se como insumo indispensável para o desenvolvimento em todos os campos, em todas as tarefas e iniciativa humanas, em função de suas diferentes demandas, configurações sociais e regimes estabelecidos. É preciso, porém, que as informações produzam sentido para os atores sociais envolvidos, de modo que ações de informação e estratégias comunicacionais levem em consideração suas práticas, costumes e contexto social.

Neste estudo, são analisadas ações de informação no contexto de um Programa de Extensão da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

O Ensino Superior no Brasil tem sido afetado em todo seu processo histórico pelas políticas governamentais estabelecidas em cada momento sociopolítico, de modo que as atividades de extensão também foram adaptando-se a cada modelo estabelecido pela nação. Questões relacionadas ao extensionismo e, especificamente ao extensionismo rural, também sofreram, ao longo da sua existência no Brasil, diversas influências e transformações nos objetivos e práticas. No início, apresenta-se com um modelo *utilitarista*, segundo Minto (2006). A seguir, segundo Tauk Santos (2012), assume um modelo *difusionista*, visando à difusão e a alocação de ideias novas, num movimento de transferência de conhecimentos e traços culturais, provenientes de ambientes considerados civilizados para outro que seria "não civilizado". Nas últimas décadas, predominaram orientações *neoliberais*, caracterizadas por incentivar parcerias e programa de crédito para a reforma agrária e programa de apoio à agricultura familiar, finalmente, o estágio atual, o *Estado regulador*, com políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável e ambientalmente correto.

Nesse contexto, o fluxo de informação estabelecido pela Universidade e Extensão Rural, sempre foi um elo entre o mundo rural e o urbano que buscou levar ao campo a "civilização" e a "modernização", utilizando para isso metodologias e práticas de caráter sociopolítico e cultural. Apesar desse papel da informação, como insumo de conhecimentos e de práticas, as atividades/ações de informação não estão sendo incluídas como tema ou como questão diferenciada, nos estudos e projetos recentes da Extensão Rural.

Nos assentamentos rurais do Pará, a assistência técnica¹ é uma atividade que traz em seu bojo uma série de problemas como a descontinuidade dos programas, a falta de

¹ Segundo o INCRA a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) devem estar comprometidos no emprego de métodos participativos de diagnóstico, planejamento e gestão de ações coletivas e empreendimentos solidários colocando a assessoria a serviço dos projetos das famílias (INCRA, 2010). Como extensionista a UFRA (2012; 2012a) entende que enormes desafios são demandados para que esse modelo seja colocado em prática no campo.

engajamento dos técnicos com a reforma agrária, a complexidade de problemas existentes nos projetos por eles desenvolvidos, a existência de um público que nem sempre responde positivamente às determinações das políticas governamentais, os entraves burocráticos na liberação de recursos, à insatisfação e endividamento dos assentados entre outros. Em outros casos, mesmo depois de vários anos assentados, a assistência técnica ainda não se fez presente, provocando inúmeros problemas que se refletem no desmatamento desordenado, na perda da produção, nos conflitos ideológicos, chegando até ao abandono do lote.

A partir dos anos 1990, as mudanças políticas geraram novos sentidos de desenvolvimento nos assentamentos, com a inclusão de múltiplas dimensões, como a tecnológica, a econômica, a cultural, a político-institucional e a ambiental. Como metas dessas políticas, esperava-se a integração do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento local, conforme a nova concepção sobre o espaço rural, a incorporar-se ao urbano. Tais mudanças exigem do extensionista ações que favoreçam o acesso das pessoas não apenas à renda, mas também ao conhecimento, à preservação ambiental, à equidade social, à identidade cultural e ao atendimento de suas necessidades básicas.

Neste sentido, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), instituição eminentemente agrária desde sua concepção, desenvolve, dentre os serviços de extensão, programas voltados para a extensão rural que lidam com os diversos setores rurais no Estado do Pará. Nos últimos anos, mesmo não sendo uma instituição de assistência técnica, vem desenvolvendo atividades nos assentamentos da reforma agrária onde, por um lado, assume o compromisso de partilhar conhecimento e educação com a sociedade e, por outro, oferecer a seus discentes uma oportunidade de formação da consciência social e política vislumbrando o profissional extensionista.

Este estudo tem-se por objetivo reunir referências teóricas e práticas acerca das interações comunicativas-informacionais que se estabelecem entre os participantes do Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária”, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de professores e técnicos da UFRA em atividades de extensão no Assentamento Abril Vermelho, localizado no Município de Santa Barbara, Estado do Pará. Com essa finalidade, tentou-se reconstruir o comportamento informacional e as necessidades de informação dos agricultores assentados participantes do Programa em sua relação com algumas das ações de informação institucional desenvolvidas.

O referencial teórico utilizado está pautado no aporte da Ciência da Informação, principalmente a partir dos conceitos de ações transversais de informação e regimes de informação. Para melhor construir a base conceitual da pesquisa, buscou-se a interlocução

com alguns autores da Ciência da Informação que lidam com as mesmas ou próximas questões.

Entre os autores teóricos, Ekbia e Evans que abordam a informação na perspectiva de busca do entendimento das condições para a sua transferência eficaz entre os diferentes sujeitos que a produzem e a utilizam, considera que as decisões são tomadas a partir de determinado regime de valor que estão incorporados a várias fontes de informação, que recebem tratamentos diferentes dependendo de onde ele vem, uma vez que pertencem a diferentes contextos com diferentes regimes de valor, isto é, as pessoas possuem diferentes formas de avaliar dependendo, por exemplo, da atividade situada daqueles que usam a informação. Ele adota e desenvolve uma compreensão de informação situada como algo que é criado na prática, que é promulgada. Wilson, outro pesquisador do comportamento de uso da informação, postula uma fidelidade ao estudo do fenômeno tal como ele é vivido – o que significa compreendê-lo no contexto de interações das pessoas numa situação concreta. Também fazemos uso da concepção de Savolaine, que aborda a ação da informação em seu comportamento na prática, com finalidade de um construcionismo social buscando entender como os usuários são ativos no processo de escolher, de determinar os sentidos e usar as fontes de informação. Outros autores, como Bramann, Ekbia e González de Gómez, utilizam o conceito de regime de informação para analisar direções preferências de geração e mobilização de informações, conforme ações e estratégias de atores coletivos, em diferentes contextos sociais. Para alguns desses autores, os regimes de informação, em configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos informacionais, estariam condicionados pelas estruturas do poder estabelecidas. Na sessão três (p.39 e ss.), estes aportes teóricos e sua relação com a proposta desta pesquisa, serão abordados de maneira específica.

O trabalho se estrutura a partir da evolução histórica de mudanças epistemológicas, políticas, estruturais e informacionais ocorrida na UFRA no contexto das Ciências Agrárias no Pará. Passando pelo olhar da Ciência da Informação focamos suas ações transversais de informação entre áreas de conhecimento, ancorados na Universidade e as demandas dos agricultores assentados. Desta feita nos detemos nos domínios transversais de extensão universitária e extensão rural numa perspectiva histórica. Para tal, nosso foco recai nos programas e projetos desenvolvidos no Assentamento Abril Vermelho, numa tentativa de identificar os conteúdos, o acesso, o uso e a gestão participativa da informação desenvolvida no Programa UFRA na Reforma Agrária, culminando no olhar informacional do assentado beneficiário da ação.

Espera-se que o resultado alcançado possa auxiliar na condução de atividades práticas de extensão e ações de informação dispensadas aos usuários não acadêmicos de informação agrária, além de atividades especializadas nos cenários da prática de extensão da UFRA.

1.1 Questão de pesquisa

A informação como objeto de relação entre o espaço agrário e a UFRA traz consigo desafios interdisciplinares e transdisciplinares que esbarram em plurais dimensões que envolvem abordagens sócio-pragmáticas de acesso, uso e produção de informação. Dimensões que por sua vez precisam ser observadas a partir dos diferentes regimes de valor produzidos por cada tipo de usuário.

Desta forma, o presente estudo visa abordar as seguintes questões de investigação:

- Qual a demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão "UFRA na Reforma Agrária"?
- Qual o papel da informação e quais questões informacionais surgem ou se constituem no contexto das atividades de extensão rural na UFRA?
- De que maneira, sob o ponto de vista do participante, os próprios assentados percebem, produzem, buscam e transformam a informação, ou ainda como ajudam a processá-la para o melhoramento dos processos produtivos? Quais competências específicas são desenvolvidas?
- Quais são os principais contextos relacionados à missão de extensão da UFRA nos quais as necessidades de informação são abordadas pelos assentados?
- Quais são os principais constituintes desses contextos? Quais são os componentes caracterizados como fatores que afetam a formação e satisfação de necessidades de informação?
- Que tipo de “imagem” relacionada à estrutura institucional epistemológica, aos serviços e recursos oferecidos os assentados concebem sobre a UFRA como fonte de informação? No caso de necessidade informacional como e a quem ou a que setor se reporta?
- Que tipo de imagem da necessidade de informação pode ser retratada através da análise da natureza dos constituintes acima mencionados, que de alguma forma interferem como fator de mudança para os produtores rurais assentados?

Para responder a estas questões principal atenção foi direcionada para os atores locais e suas ações de geração, busca e comunicação de informação nos contextos de suas

atividades. A partir dessas orientações foram utilizados os recursos conceituais e metodológicos da abordagem sócio-pragmática para identificar e analisar as necessidades e demandas informacionais consideradas sob o ponto de vista dos atores participantes do Programa de Extensão e conceituada nos contextos de atividades dos grupos envolvidos.

A partir desses comportamentos buscamos identificar o acesso aos vários tipos de fontes disponíveis utilizadas pelos assentados para suprir as suas necessidades de informação.

1. 2 Objetivos

Esta pesquisa visa descrever relações entre as ações e fluxos de informação constituídas no decurso das atividades do Programa de Extensão da UFRA e os objetivos do programa, indagando se as ações institucionais de informação atendem necessidades e demandas de informação do ponto de vista dos assentados participantes no programa.

Objetivo de extensão

1. Identificar que tipo de capacitação os beneficiários do Programa de Assentamento - PA estão recebendo para o enfrentamento de oportunidades de negócio.
2. Identificar as vivências de campo vinculadas à extensão universitária oportunizada aos estudantes da UFRA para fortalecer a formação humanística preconizada pelo programa UFRA na Reforma Agrária que possa favorecer o acesso à informação aos assentados.

Objetivo das ações de informação

Os objetivos da pesquisa estão pautados em nove objetivos específicos apresentados pelo Programa de Extensão com o intuito de identificar quais ações de informação contidas neles estão sendo realizadas.

1. Identificar como ocorre o processo informacional para o desenvolvimento do eixo produtivo do PA atendido e como se promove ou se disponibiliza os elementos para essa formação.

2. Identificar o tipo de ação de informação oferecida na capacitação da base agroecológica e de manejo de solo e o tipo de tecnologia ajustada ao perfil socioeconômico das famílias atendidas.
3. Identificar o instrumento informacional utilizado para o fomento organizacional de produção, comercialização e inclusão no mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos -PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE).
4. Identificar o tipo de informação voltada para a profissionalização e empreendimentos familiares solidários promovidos para a consolidação do eixo produtivo do PA com vista à apropriação de renda pelas famílias atendidas.
5. Identificar o tipo de informação e instrução sobre programas governamentais de desenvolvimento agrário e outras oportunidades de financiamento, como PRONAF-A, provido às famílias do PA.
6. Identificar o tipo de promoção de capacitação e informação sobre legislação ambiental e outras elaboradas para atender os projetos de manejo e uso sustentável das atividades do PA.
7. Identificar o tipo de informação para a formação técnica, humanística e continuada oferecido aos alunos que atuam na área de assistência técnica no contexto do programa UFRA na Reforma Agrária.
8. Identificar o tipo de transferência de tecnologia oportunizado às famílias do Assentamento para análise de solo e planta, manejo e uso sustentável dos recursos do solo e água.
9. Identificar os tipos de ações consolidadas na equipe multidisciplinar da UFRA que fortalecem os processos pedagógicos participativos com ênfase na extensão rural e da incubadora tecnológica de empreendimentos solidários (ITES).

1.3 Hipótese

A principal hipótese levantada preconiza que, com a intervenção da UFRA no Assentamento PA Abril Vermelho, pode haver modificação no regime de informação vigente dos produtores rurais assentados para o desenvolvimento de novas oportunidades de acesso à informação.

2 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO

2.1 Histórico

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) apresenta desde a sua formação embrionária atitudes e ações voltadas para a formação profissional no atendimento da demanda da Amazônia no contexto das questões rurais. Esteve, desde os primórdios, inclinada a colaborar na construção das melhorias da produção e do abastecimento, sem esquecer o trabalhador rural e das questões específicas desse ambiente.

A UFRA passou por várias etapas de sua constituição *científico-epistemológica* começando como Escola de Agronomia do Pará (1918), depois Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Pará (1931), mais tarde voltando ser Escola de Agronomia do Pará (1934), até que em 1943 perdeu a autorização de funcionamento.

Em 1951, retomou oficialmente o seu funcionamento como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA). No ano de 1972, a Escola foi transformada em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, até a sua mais recente transformação em Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no ano de 2003.

2.2 Ensino de Ciências Agrárias na Amazônia: mudança epistemológica, política e informacional à transformação em UFRA

No Brasil, estudos sobre as políticas públicas de Educação Superior indicam que as políticas públicas de educação e desenvolvimento sempre estiveram intrinsecamente ligadas ao modelo de nação, institucionalizado através de documentos oficiais e textos da área do Direito, os quais definem o papel do Estado e suas determinações constitucionais dentro do Regime Representativo, a quem o povo outorga poder e do qual se espera políticas públicas coerentes e consistentes, inclusive para a Educação Superior.

O estudo da educação sistemática e das políticas envolvidas utiliza-se de diferentes fontes, além da literatura especializada e dos documentos oficiais, tal como notícias e artigos de jornais e revistas, para analisar a situação do ensino superior no Brasil. Lucchesi (2007), entre outros, destaca os documentos do Banco Mundial com prescrições para a Educação Superior, “que apontam as tendências e desafios para a consolidação de uma perspectiva

democrática de educação, capaz de contribuir para a inclusão do social na discussão e solução dos problemas nacionais e locais”. (LUCCHESI, 2007, p.2).

Sendo o Brasil país de diversidades e condições regionais distintas, apresenta, também, condições diversas para que uma região possa ingressar e se desenvolver em todos os setores, inclusive - principalmente - na área da educação, ciência, tecnologia, informação e constituição de capital humano.

Na Amazônia a construção de instituições de ensino superior foi marcada por esses modelos de nação, mas facilmente observável no contexto em que foi se desenvolvendo o ensino de Ciências Agrárias.

As condições adversas da Amazônia como seu gigantismo territorial, pouca densidade demográfica, condições geográficas e físicas que provocam distanciamento do Centro-sul, entre outras, constituíram um universo particular e em parte desconhecido, ainda que nas últimas décadas o desenvolvimento local da ciência tenha acelerado a sua atuação na tentativa de aprofundar descobertas e lançar-se na divulgação de conhecimento. Se em outros ramos do conhecimento humano é válida a importação de tecnologia e de técnicos, o mesmo não é recomendado para o campo das agrárias, “onde há que se ter a criatividade de idealizar sistemas de produção que guardem estreita coerência com as variáveis dos ecossistemas local”. (FCAP, 1992, p.9).

No ano de 1918, o ensino de Ciências Agrárias no Pará teve início com a criação da **Escola de Agronomia do Pará**, que tinha como objetivo a educação profissional aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e indústrias rurais, mediante a difusão de conhecimentos científicos e práticos necessários à exploração econômica da propriedade agrícola, com regimento registrado no Ministério da Agricultura e auxílio financeiro das três esferas públicas. Assim, a Escola seguia as regras da nova reforma educacional estabelecida em 1911, que definia os critérios para o ensino superior. Já em 1921, com novas instalações, realiza uma exposição agropecuária com o fim de mostrar o estado da agricultura regional e demonstrar a utilidade e vantagens do ensino profissional agrônomo e veterinário na Região Amazônica.

No ano de 1931, por intervenção federal, a Escola de Agronomia do Pará passa a denominar-se Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Pará. Em 1934, novo decreto a transforma em duas unidades: Escola Superior de Agricultura do Pará e Escola de Medicina Veterinária do Pará, ambas sob a jurisdição da Diretoria Geral da Agricultura e Pecuária do Estado. Mais tarde, nova mudança a transforma em Escola de Agronomia do Pará, obedecendo ao regulamento da Escola Nacional de Agronomia. Nesse percurso

histórico, seu modelo foi baseado em cursos isolados que não possuíam nenhum valor de agregação de ensino, pesquisa e extensão.

Após a Revolução de 1930, a educação no Brasil começou a ser tratada como uma questão nacional, em particular onde o Governo detinha o controle educacional.

Nos governos oligárquicos, a economia era agroexportadora e não conseguia manter posição política centralizada devido à economia incerta. As camadas populares sofriam com a falta de políticas públicas sociais efetivas e, na Amazônia, esse sentimento se tornou mais expoente devido à distância dos centros, as dificuldades de acesso e a escassez de profissionais. Com efeito, as reformas Capanema² da década de 1940 foram marcadas pela contraposição entre ensino secundário destinado às elites condutoras e ensino profissional voltado para o povo conduzido, o que levou a Escola de Agronomia do Pará a uma série de problemas inclusive da perda de autorização de funcionamento, encerrando suas atividades em 1943, apesar de ser um dos poucos estabelecimentos de ensino superior no Norte do Brasil.

No período da II Guerra Mundial foi criado o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), cuja missão era realizar levantamentos de solo, clima, flora e fauna. Acordos entre Brasil e os Estados Unidos da América (USA), os chamados acordos de Washington, trouxeram pesquisadores americanos para realizar esses estudos no Brasil. Com o término da guerra, a perspectiva de criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), a necessidade de formação de capital intelectual local e o retorno dos americanos a seu país de origem resultaram no esvaziamento e na perda das pesquisas, fatos que favoreceram a criação da Escola de Agronomia da Amazônia (EAA) em 1945.

A EAA, instalada oficialmente em 1951 para atuar em colaboração com o Instituto Agrônomo do Norte, teve nos seus primeiros anos o esforço de mobilização do corpo técnico e de bons pesquisadores para atender os objetivos firmados. A Escola já apresentava, conforme manifesto no discurso proferido pelo representante do Ministério da Agricultura e registrado na ata de posse, a necessidade de transforma-se numa Universidade da Amazônia: “[...] congratulou-se e fez votos para que em breve seja instalada a Universidade Rural da Amazônia”. (FCAP, 1992, p.19).

² Reforma Capanema foi o nome dado às transformações projetadas no sistema educacional brasileiro em 1942, durante a Era Vargas, liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu, dentre elas a do ensino secundário e o grande projeto da reforma universitária que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neste momento do Brasil as funções da universidade continuavam sendo a transmissão de cultura, ensino de profissões e investigação dos novos homens de ciência (ORTEGA Y GASSET, 1982 apud SANTOS, 1989) pouco se diferenciando das demais instituições desse porte. Talvez aqui as peculiaridades amazônicas deslocassem para outros objetivos como a integração regional.

A emancipação só veio no momento em que o Brasil passava pela reforma de 1950 e a expansão das Universidades trouxe, com o fim do Estado Novo e o começo dos governos populistas, um processo de ampliação do acesso ao ensino médio, conduzindo também à ampliação da demanda por acesso ao ensino superior. Essa reforma transformou os professores e funcionários de Universidades vinculadas aos Estados e à União em funcionários públicos, com remuneração e privilégios idênticos aos da Universidade do Brasil antes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (RAMOS, 2011, p.15).

No entanto, a autonomia necessária para crescimento institucional da EAA só foi alcançada em 1960, com as pressões e transformações pelas quais passaram as universidades brasileiras. Dentre as transformações importantes encontram-se a unidade orçamentária sob a administração da União, a autonomia didática e disciplinar e a criação de cargos para o quadro permanente do Ministério da Agricultura.

A estrutura era composta de um (1) diretor e vinte (20) professores catedráticos, em uma instalação própria cedida pelo governo do Estado do Pará. Essa fase de autonomia consolida-se com aprovação pelo Conselho Federal de Educação, em 1963, do Regimento da Escola de Agronomia da Amazônia.

2.2.1 Estruturação institucional epistemológica: evolução da estrutura orgânica

Na primeira etapa de existência efetiva da Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), suas atividades estritas se resumiram à consolidação institucional, das instalações físicas e da afirmação de suas próprias essencialidades. Sua estrutura orgânica de pequena amplitude concebida em forma de miniatura dos padrões clássicos, cujo paradigma devia ser, por indicação legal, a Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, era assim composta:

Congregação: órgão máximo de administração composta somente de professores catedráticos, com poder de decisão de última instância, com recursos únicos à hierarquia ministerial e presidencial.

Conselho Técnico Administrativo: órgão consultivo e deliberativo, constituído de três professores catedráticos escolhidos pela congregação, funcionando como câmara de assessoramento presidido pelo diretor.

Diretor: o poder executivo apoiado pelo serviço administrativo e escolar. (FCAP, 1992, p.22. Grifo nosso).

Em 1963 foram criados os Departamentos com a firme iniciativa de descentralização da atividade fim, de composição resumida em essencialidade, o que possibilitou melhorar o processo e dinamizar as atividades. Essa nova organização conduziu a entidade ao deslocamento de grande parte das atribuições da Congregação para o Conselho Departamental, que por sua composição em Chefes de Departamento dava ao órgão índices excepcionais de sensibilidade à problemática global e setorial em função da familiaridade de seus componentes com as nuances do cotidiano do ensino.

Em 1964, o Conselho Federal de Educação aprovou um segundo Regimento para a EAA, que representava melhorias na organização didática e administrativa, mantendo como órgão de administração: Congregação, Conselho Técnico Administrativo, Conselho Departamental e Diretor, alterando a composição da Congregação que passou a contar, além dos catedráticos e representantes do corpo discente, com um (1) representante de cada classe docente.

Nas décadas de 50 a 70 criaram-se Universidades Federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de Universidades Estaduais, Municipais e Particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961, o que também influenciou mudanças na EAA.

Em 1967, a EAA que desde os primórdios do ensino de agrárias esteve vinculada ao Ministério da Agricultura, por decreto, foi transferida para a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura sendo inserida desse modo na estrutura desse Ministério.

Os Decretos Federais que fixaram normas de organização e funcionamento do Ensino Superior no Brasil, bem como a Lei 5.539 (BRASIL, 1968) que modificou dispositivos do Estatuto do Magistério, determinaram modificações profundas de caráter didático e administrativo. Foram elas: a extinção da cátedra, a criação do Conselho Curador e dos Colegiados de Cursos, inovação no regime de trabalho do pessoal docente com regime de 40 horas e dedicação exclusiva, esta última visando à profissionalização do professor de ensino superior.

O advento da Lei 5.539 de 1968 e de diplomas legais complementares possibilitou que vários integrantes do corpo docente da EAA optassem pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Tal fator constitui-se em acontecimento determinante e transformador nas atividades da Escola, com uma melhor estruturação e desempenho do ensino ao mesmo

tempo em que permitiu o início de outras atividades fim da Universidade: pesquisa e extensão.

O conteúdo utilitarista e produtivista continua sendo a tônica da educação, mas ao mesmo tempo cria-se uma multiplicidade de funções e um aumento considerável de discentes.

Nesse período a EAA recebeu notoriedade nacional e internacional que “permitiu a descentralização do concurso de habilitação que passou a ser realizado também em São Luís (MA), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Macapá (AM) e estudantes da América Latina, destacadamente a Venezuela”. (FCAP, 1992, p.25, 59), elegendo a EAA como instituição educacional de formação profissional.

Objetivando contemplar os ditames legais, em 1969 a EAA propôs modificações no seu Regimento extinguindo o Departamento Sócio Econômico e passando as suas disciplinas para o Departamento de Agricultura. A Diretoria também absorveu o cargo de Vice Diretor permitindo dotar a gestão com mais um integrante para atender a demanda crescente desse órgão, além de um Conselho Curador que apresenta pela primeira vez o caráter de socialização das decisões e que possibilita um impulso às práticas de ensino atendendo a demanda local.

Quadro 1- Evolução da estrutura orgânica da primeira etapa de existência da EAA

1963	1964	1969
Congregação: composto de professor catedrático.	Congregação: composto de professor catedrático, representantes do corpo discente, um representante de cada classe docente	Congregação: professores titulares (ex-catedrático), um representante de cada uma das classes docente, um representante de cada classe discente e um representante da comunidade
Conselho Técnico Administrativo: composto por três professores escolhidos pela congregação, funcionando como câmara de assessoramento presidido pelo diretor.	Conselho Técnico Administrativo: constituído de três professores catedráticos escolhidos pela congregação, funcionando como câmara de assessoramento presidido pelo diretor.	Conselho Departamental: constituído dos Chefes e Subchefes dos Departamentos e um representante do corpo discente
Diretor: o poder executivo apoiado pelo serviço administrativo e escolares.	Conselho Departamental: constituído pelos chefes de Departamentos e um representante de cada corpo discente	Diretoria: constituído do Diretor e Vice Diretor
	Diretor: o poder executivo apoiado pelo serviço administrativo e escolar.	Departamentos: constituído de todos os docentes em cada um deles lotado e um representante do corpo discente.
	Departamento de Agricultura	Departamento de Agricultura
	Departamento de Matemática, Física e Engenharia Rural	Departamento de Engenharia
	Departamento de Defesa Sanitária	Departamento Fitossanitário
	Departamento de Química, Tecnologia e Solos	Departamento de Química
	Departamento de Zootecnia	Departamento de Zootecnia
	Departamento Econômico Social	Conselho Curador: constituído de seis representantes do Corpo docente, um representante do corpo discente, um representante da Comunidade e um representante do Ministério da Educação e Cultura

Fonte: Adaptação de FCAP (1992); UFRA (2012)

Cada novo Regimento aprovado provocava uma ruptura, mesmo que tímida, mais que se fez sentir na organização e na comunidade participante no que tange o deslocamento da rigidez para um fluxo mais dinâmico da informação e mais participação na administração.

Vários fatores conjunturais como a dedicação exclusiva do corpo docente e o início das atividades de pesquisa trouxeram a primeira reunião de caráter internacional que congregou administradores de universidades, faculdades e escolas de agronomia da América Tropical para discussão de problemas comuns e a tomada de posição para soluções. Essa projeção internacional foi caracterizada pela escolha para sediar a Secretaria Executiva do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano em 1970, subsidiado pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrárias (IICA) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nesse evento o diretor de assuntos universitários do Ministério da Educação (MEC) anunciou a incorporação do curso de Engenharia Florestal a ser realizado na EAA. Segundo Souza (1991), a explosão do ensino superior no Brasil ocorreu somente nos anos 70.

Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. (SOUZA, 1991, p.5).

Nesse contexto nasce o Curso de Engenharia Florestal da EAA, em 1971. Tal projeto alicerçava-se na justificativa de que a Região Amazônica, detentora de um potencial florestal valiosíssimo, enfrentava um problema de mais alta significação “carência de pessoal técnico habilitado no manejo de floresta tropical, para melhor aproveitamento dos recursos naturais nela existentes, primordialmente os recursos madeireiros”. (FCAP, 1992, p. 26).

Considerando o momento histórico nacional e regional naquela época (década de 70) concluiu-se ser necessário aumentar os objetivos institucionais, para que seus preceitos atendessem ao processo desenvolvimentista, abrindo perspectivas mais amplas na capacidade criadora de formação diversificada de técnicos. Atendendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, o governo encerrou as atividades da EAA e a transformou em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), em 1972.

2.2.2 Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP)

No Brasil, nas décadas de 50 e 60 do século XX, em que as manifestações chegaram carregadas de significados políticos e culturais impactantes, busca-se na educação respostas

que chegam com a reforma universitária de 1968, “expressão bem acabada de respingos dessa conjuntura mais ampla”. (BOMENY, 1994, p.5).

A partir de meados da década de 60, os debates e reivindicações em torno das questões universitárias deixaram o âmbito acadêmico para atingir a opinião pública; isso se deu pela falta de absorção da demanda existente e da ausência de uma variedade de cursos e programas adequados à divisão social do trabalho. “As discussões não estavam mais confinadas à estruturação e organização das universidades, mas diziam respeito ao papel que desempenhavam os centros universitários dentro da sociedade brasileira em desenvolvimento”. (FÁVERO, 1977, p.32).

A emancipação econômica e a consequente valorização social da Amazônia repousaram em grande parte na agropecuária, assim como no uso metodizado e inteligente do ambiente e dos recursos naturais, inclusive os fluviais, lacustres e marinhos, da flora e da fauna.

Tal assertiva levou à conclusão, e ainda hoje leva, de que não basta formar Engenheiros Agrônomos e Florestais, torna-se também necessário formar outros profissionais, como veterinários, zootecnistas, engenheiros de pesca, naturalistas e economistas rurais. Assim justificou-se a transformação de EAA para **Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP)**.

Com maiores responsabilidade e organicidade entre ensino, pesquisa e extensão, a FCAP possibilitou:

[...] além da capacidade criadora na formação e especialização de pessoal técnico conduziu pesquisas no campo das Ciências Agrárias buscando respostas para a resolução de problemas da produção, promovendo a difusão da técnica e da cultura estendendo-se aos que dela necessitam, somando valores, com atividades sempre voltadas a atender o desejo de valorizar a Amazônia, o homem e o meio, integrando-os em definitivo a vida nacional. (FCAP, 1992, p.22).

Em decorrência das mudanças estabelecidas pela reforma universitária, os estabelecimentos isolados foram transformados em autarquias de regime especial com regime jurídico das universidades, passando a possuir autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Isto possibilitou a criação em 1975 na FCAP, de uma Coordenadoria dos Cursos de Graduação e três unidades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, bem como alguns órgãos administrativos: Divisão de Pessoal, Divisão de Material, Divisão financeira e de Contabilidade, Divisão de Serviços Gerais. Vale destacar a organização do Serviço de Documentação e Informação (SDI), que passa a desempenhar papel indispensável no apoio para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Antes da constituição do SDI, a instituição já organizava documentos de divulgação do trabalho desenvolvido pelos técnicos como os boletins, folhetos e informativos. Isto aponta para a necessidade de existência de uma equipe responsável pela promoção e divulgação da informação, percebido através das publicações seriadas e/ou avulsas destinadas à divulgação da produção do conhecimento realizado na EAA/FCAP, começando pelo Boletim. Os primeiros resultados dos projetos de pesquisa realizados pela EAA/FCAP foram transformados em nove (9) trabalhos publicados em seis (6) Boletins da EAA/FCAP entre 1971-73 o que reforça a existência de serviços de informação mesmo antes de o serviço ser formalmente estruturado.

2.2.2.1 Vinte e cinco anos de existência: evolução e lançamento de publicações

Em 1976, a primeira turma de Engenheiros Florestais foi diplomada e a Instituição comemorou 25 anos, nessa segunda fase de existência. Como marco dos festejos comemorativos do jubileu de prata foi lançado a publicação **Ciências Agrárias na Amazônia**, com o propósito de apresentar à sociedade o conhecimento científico gerado e aplicado pela instituição. Destaca-se também nesse ano a inauguração do prédio da **Biblioteca**, construído em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que tinha como propósito dar suporte físico ao Serviço de Documentação e Informação (SDI).

Como foi anteriormente apresentado no Quadro 1, histórico da FCAP e seus antecedentes, vale destacar alguns pontos evolutivos nesses 25 anos iniciais que a impulsionam, bem como indicar a continua evolução nas décadas seguintes, conforme se apresenta no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Pontos evolutivos da ação Institucional

Ano 1976	Década de 80	Década de 90
Passou a constituir autarquia de regime especial sob denominação de Faculdade de Ciências Agrárias do Pará com autonomia administrativa, didática e financeira com possibilidade de oferta de cursos profissionalizantes de plena ou curta duração em ciências agrárias além de Agronomia originariamente precursora	Implantação de atividades de pesquisa e extensão com maior participação das Unidades de Apoio.	Continuidade na aquisição de equipamentos técnicos e de informática
Implantação de estrutura departamentalizada com organização administrativa, científica e de distribuição de pessoal	Início do Serviço de Planejamento, Avaliação e Controle	Grade curricular com conteúdo acadêmico e filosófico que norteia sua ação no ensino, na pesquisa e na extensão
Desvinculação dos cargos de magistério de ramos específicos de conhecimentos, respeitando as preocupações científico-culturais dominantes em cada docente	Construção da Estação de Biologia Pesqueira e Piscicultura,	Gerenciamento de processamento de controle de pessoal, controle acadêmico, controle de material e patrimônio e o sistema de controle bibliográfico da Biblioteca.
Organização de colegiado de cursos	Aprovação de Plano Quinquenal da FCAP para Capacitação de Recursos Humanos na Amazônia; Plano Diretor Físico e Plano Diretor Global.	Segundo Plano Diretor Global da FCAP para o biênio 1991-1993
Adoção de sistema integrado na administração com participação dos membros da comunidade e das categorias docentes e representantes dos discentes	Junção do Departamento de Química com o de Tecnologia	Cursos vários de extensão são oferecidos ao público externo
Instituído o ciclo básico comum a todos os cursos (Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária)	Plano Diretor de Informática	Estágios de extensão
Substituição do regime seriado anual para regime de matrícula semestral por disciplina como critério de pré-requisito	Iniciou a implantação do Centro de Processamento de Dados	Criação da Fazenda Experimental de Igarapé-Açu
Adoção de sistema de vestibular unificado para diversos cursos	Iniciou aquisição de equipamentos de informática	Parcerias com a SUDAM e com a EMATER/PA que possibilitaram cursos de Educação ambiental para vários municípios
Descentralização do curso vestibular não apenas em Belém, mas em outras cidades da Amazônia Legal	Uma variedade de publicações voltadas para as atividades de extensão	Editadas e distribuídas Cartilhas Didáticas , que possibilitavam uma comunicação entre o técnico e o

		produtor rural,
Profissionalização da carreira de magistério, mediante implantação progressiva do regime de 40 horas semanais e dedicação exclusiva, preferencialmente		Criação do Centro Avançado em Parauapebas (PA)
Investimento em qualificação de especialização e aperfeiçoamento dos professores com incentivo para obtenção do grau de mestre e doutor, além de curso didático-pedagógico em função da maior produtividade docente		Criação do Centro Avançado em Capitão Poço (PA),
Organização dos setores administrativos, principalmente de pessoal, material, financeiro, contabilidade, serviços gerais e assistência social, com vistas ao apoio as atividades fim		Expansão da área da Fazenda Escola de Igarapé-Açu.
Organização do Serviço de Documentação e Informação (SDI) indispensável para o bom desempenho de ensino, pesquisa e extensão		Maximizou a utilização de áreas no campus Belém do Ecossistema de Várzea
Desenvolvimento de atividades de apoio ao estudante com bolsas de ensino, trabalho, monitoria além de restaurante e assistência médico odontológica		Ampliações e melhoria Departamento de Zootecnia
Desenvolvimento de programa de pesquisa científica		Ampliou nº de vagas ofertadas
Adoção de meios para assegurar a presença ativa dos discentes na vida universitária inserindo-os nos processos decisórios		Implantou o curso de Engenharia de Pesca e Zootecnia.
Extensão à comunidade nas atividades de ensino, dos resultados de pesquisas, bem como as atividades na forma de cursos e serviços especiais e assistência social		Fusão da Unidade de Apoio à Pesquisa e o Núcleo de Pós Graduação
Adoção de medidas gerais possíveis de transformar a FCAP em comunidade de trabalho de modo a participar eficazmente do processo global de reformas sociais		Consolidação de seus cursos de mestrado, implantação dos cursos de pós-graduação em Medicina Veterinária e Botânica Tropical e Doutorado em Sistemas Agroflorestais
Construção de novo prédio administrativo		

Fonte: Adaptação de FCAP (1992); UFRA (2002)

Na década de 80 foram incrementadas as atividades de pesquisa e extensão com maior participação das Unidades de Apoio. Nesse período ocorreu o início do Serviço de Planejamento, Avaliação e Controle e a construção da Estação de Biologia Pesqueira e Piscicultura, que funciona ainda hoje como laboratório de aplicação para os alunos da graduação e pós-graduação.

Na tentativa de se adaptar aos novos dispositivos legais foram aprovados três importantes documentos institucionais básicos: Plano Quinquenal da FCAP para Capacitação de Recursos Humanos na Amazônia, Plano Diretor Físico e Plano Diretor Global.

Dentre as transformações ocorridas entre 1982 e 1992, está a junção do Departamento de Química com o de Tecnologia. Como consequência natural de sua filosofia de ação, consubstanciada no próprio conteúdo acadêmico e filosófico que a norteia, a FCAP fez sentir sua ação no ensino, na pesquisa e na extensão, consolidados na sua grade disciplinar, que, em última instância, contribui para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social da comunidade.

Dada a importância que as Tecnologias de Informação (TI) ganham nesse momento, a FCAP estabeleceu o Plano Diretor de Informática e também iniciou com a aquisição de equipamentos a implantação do Centro de Processamento de Dados, que tinha como objetivo informatizar os sistemas de atividades meio e fim desenvolvidas pela instituição de forma a dar maiores e melhores condições organizacionais aos processos de documentação e informação dessas atividades. Dentre elas destacam-se: o processamento de controle de pessoal, controle acadêmico, controle de material e patrimônio e o sistema de controle bibliográfico da Biblioteca.

Nesse contexto de informatização, de agilidade e visibilidade às ações institucionais destacam-se a publicação da primeira dissertação de mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, fruto de parceria FCAP/EMBRAPA e o Seminário “FCAP em discussão, avaliação e renovação institucional”, que proporcionaram à comunidade interna e de outras instituições do setor público e privado reflexão sobre seus principais problemas e possíveis soluções, visando seu crescimento institucional. Isto resultou no Segundo Plano Diretor Global da FCAP para o biênio 1991-1993, aprovado pelo Conselho Departamental. (FCAP, 1992, p. 36).

2.3 As primeiras ações de extensão universitária na Instituição

A Faculdade estende à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas por ela desenvolvidas. Cursos de extensão são oferecidos ao público com o objetivo de divulgar conhecimento e técnicas dos trabalhos desenvolvidos, neste ínterim...

Os serviços são prestados sob forma diversas de atendimento de consultas, de fornecimento de material básico de reprodução e produtos agropecuários, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos relacionados a assunto científico, técnico e educacional, assim como participação de docentes em projetos desenvolvidos em “campi” avançados na Amazônia. (FCAP, 1992, p. 42).

Antes da mudança epistêmica de Unidade de Apoio a Extensão, a programação, coordenação, apoio e supervisão das atividades de extensão desenvolvidas pelo Departamento Didático-científico se expandiram por diversos municípios do Estado do Pará através do programa de interiorização. Este estimulava os alunos para atividades fora do campus da Faculdade, orientando-os para a busca de autonomia intelectual e científica, “dando-lhe a segurança de poder assimilar conhecimento, não apenas na base do que ouvem ou leem a respeito das coisas, mas sim, na base do que experimentaram e testaram no contato da realidade no meio rural”. (FCAP, 1992, p. 42).

Esse programa de extensão atendia especificamente o Nordeste Paraense e o Médio Amazonas Paraense mediante assistência às comunidades rurais, oferecendo cursos relacionados à agropecuária, veterinária e florestal, “[...] de repercussão imediata na evolução técnico-cultural da comunidade”. (FCAP, 1992, p. 160).

Seguindo esse pensamento, o programa oferecia também aos alunos estágios de extensão que visavam “um adequado processo de capacitação do discente, seja em treinamento complementar que possibilita a adequada formação profissional, seja como meio de intercâmbio de informação entre instituições de ensino e mercado de trabalho”. (FCAP, 1992, p. 159).

Ainda na atividade extensionista a implantação da Fazenda Experimental de Igarapé Açu desenvolvia a interação FCAP e Produtor Rural com assistência técnica de hortas, doação de mudas, cursos de avicultura, associação de culturas intercaladas, arborização de municípios, distribuição de sementes e assistência médico veterinária. Essa interação rende frutos visíveis na produção de material informacional identificado no Serviço de Documentação e Informação. (FCAP, 1992, p. 154).

2.4 Serviços de Documentação e Informação (SDI)

O Serviço de Documentação e Informação (SDI), criado em 1975 tinha como principal competência o tratamento, guarda e disseminação da informação em Ciências Agrárias; editoração e a difusão da informação agrária gerada na FCAP pela comunidade técnico-científica (FCAP, 1992, p. 47). Composta pela Biblioteca e pela Editora como aportes de organização da informação da Instituição.

Biblioteca

A Biblioteca especializada, constituída de acervo voltado para as Ciências Agrárias tornou-se depositária das publicações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto Internacional de Cooperação Agrícola (IICA). As principais funções da Biblioteca eram “organizar, manter atualizada e divulgar a documentação bibliográfica sobre assuntos ligados aos programas de ensino, pesquisa e extensão; estabelecer e manter intercâmbio documentário com pessoas e instituições ligadas aos interesses da FCAP”. (FCAP, 1992, p. 47).

Como depositária das publicações da FAO e do IICA, a biblioteca possibilita o acesso da comunidade acadêmica ao material bibliográfico de alta qualidade algo que não seria fácil caso não houvesse esse depósito legal.

A Biblioteca se integra ao Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas do IBICT, objetivando reunir e utilizar dados referentes às coleções de periódicos de Bibliotecas Universitárias Brasileiras, o que possibilita a utilização do acervo de periódicos das Bibliotecas que fazem parte do referido catálogo através do COMUT. Além disso, insere-se como integrante do Centro Cooperante do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola – SNIDA e da Coordenação de Informação e Documentação Agrícola- CID, o que a torna uma instituição integrada aos sistemas de informação mais relevantes da área, inserção essa que lhe dá visibilidade nacional para transmitir e receber informação documental de Ciências Agrárias.

A Biblioteca também mantém intercâmbio com outras instituições de ciências agrárias e afins do país e do exterior. Essa relação cria uma rede científica através das publicações, principal meio de comunicação do mundo acadêmico, que representavam “entrar nas bibliotecas internacionais” conectando a ciência feita na UFRA ao mundo através da biblioteca.

O SDI era o setor responsável pela editoração das publicações geradas na FCAP fossem elas periódicas, seriadas ou avulsas. **Periódicas:** Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias, O Trimestre, Sumários de Periódicos (Ciências Agrícolas, Ciências Florestais, Zootecnia e Veterinária); **Informes Técnicos:** Informe Didático, Informe de Extensão, Nota Prévia; **Avulsas:** Livros e folhetos. (FCAP, 1992, p. 48).

A atividade de pesquisa se consolidou e progrediu à medida que crescia o corpo técnico docente e se aperfeiçoava com os cursos promovidos pela instituição bem como com o retorno dos professores com grau de mestre e doutor.

As atividades de extensão realizadas nas décadas de 80 foram intensas demonstrando viço e abrangência das ações da FCAP, ações que foram ampliadas a partir de sugestões apresentadas no Seminário de Avaliação realizado nessa década.

No início dos anos 90, os projetos se ampliaram com parcerias com a SUDAM e com a EMATER/PA que possibilitaram cursos de Educação ambiental para vários municípios, instalação de um Laboratório de Análise de Solos e Plantas, estudos de Espécies Florestais de Capoeira, Demarcação de Terras e ações de Recuperação Ambiental em vários municípios do Pará.

Dessas atividades extensionistas, desenvolvidas nesse período, foram organizadas, editadas e distribuídas quatorze (14) títulos de **Cartilhas Didáticas**, que possibilitavam, com linguagem simples, uma comunicação entre o técnico e o produtor rural, levava ao produtor informações técnicas para melhoria da sua produção.

Além das Cartilhas Didáticas a FCAP editou outros documentos que tinham o intuito de divulgar a produção científica da Instituição, dentre eles estão dezoito (18) Boletins, quinze (15) Informes Técnicos, onze (11) Informes Didáticos, seis (6) Informes de Extensão, quatorze (14) Notas Prévias, treze (13) Livros, dezesseis (16) Folhetos. (FCAP, 1992, p. 162-173)

De acordo com o perfil histórico desta Instituição, até aqui apresentado, o sistema de informação praticado pela EAAF e pela FCAP indica características que representam aspectos vividos por outras instituições do mesmo porte e função existentes entre 1975 a 2000. Numa trajetória de avanços proporcionados pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), vemos a sua aplicação e inserção nas práticas e processos de informação.

Depois da transformação jurídica e administrativa para UFRA algumas mudanças foram sendo implementadas também na Biblioteca. O SDI foi absorvido pela Superintendência de Biblioteca, esta diretamente subordinada a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), portanto alinhada com o programa político desta Pró-Reitoria no que diz respeito à

aquisição de livros, periódicos e demais materiais, atendendo à nova formulação prevista na grade curricular elaborada a partir das mudanças estabelecidas nos programas aprovados pelo MEC.

O acervo bibliográfico especializado em Ciências Agrárias, na última década, a partir da implantação de novos cursos promovidos pela Reestruturação das Universidades REUNI, ampliou seu leque para incluir outras especialidades, inclusive as licenciaturas.

O quadro de servidores permaneceu estável por dez anos, abrindo novas vagas para ingresso de novos bibliotecários somente em 2010, o que vem favorecendo novas ações de informação. Quatro novos campi foram criados nas cidades de Parauapebas, Paragominas e Capitão Poço, sendo o mais recente de Capanema (2012). Cada um deles conta com o suporte de uma biblioteca.

Com a contratação de novos bibliotecários para atuar nas bibliotecas dos novos campi, o trabalho com o processo técnico e apoio aos usuários da comunidade acadêmica local possibilitaram uma maior equânime.

2.5 Antecedentes de transição FCAP-UFRA: cooperação técnica científica

O Desenvolvimento e crescimento institucional da EAA/FCAP foram baseados na busca incessante de encontrar “a capacidade criadora de idealizar sistemas de produção” tanto para os ecossistemas como para o ensino, pesquisa e extensão que lá se realizava. Nessa busca, a Instituição manteve a cooperação técnica-científica com diversas instituições públicas e privadas.

Os instrumentos legais deram caráter normativo e definiram ações práticas desenvolvidas durante os quarenta anos decorridos da existência da EAA/FCAP 1951-1992. No período que se sucede aos quarenta anos até a virada do século, a FCAP melhorou seus indicadores de desempenho, aumentou a eficiência do quadro dos servidores através de programas de qualificação, regularizou pendências administrativas e financeiras de patrimônio e material, expandiu o número de vagas ofertadas e implantou o curso de Engenharia de Pesca e Zootecnia. (UFRA, 2011, p.41)

A Instituição também priorizou interesses eminentemente institucionais, racionalizando a administração com a fusão da Unidade de Apoio à Pesquisa e o Núcleo de Pós Graduação, o que permitiu mais agilidade nas ações de pesquisa e pós-graduação, a consolidação de seus cursos de mestrado, e a implantação dos cursos de pós-graduação em Medicina Veterinária e Botânica Tropical e o doutorado em Sistemas Agroflorestais.

A FCAP avançou não somente nos aspectos acadêmicos, mas também físico com a criação do Centro Avançado em Parauapebas (PA), uma área experimental em Salinópolis (PA) e a expansão da área da Fazenda Escola de Igarapé Açu (FCAP, 2002, p. 3-4). Da mesma forma, maximizou a utilização de áreas do próprio campus em Belém, a exemplo da utilização do Ecosistema de Várzea e ampliação e melhoria do Departamento de Zootecnia.

Na busca de parcerias para enfrentar desafios e evoluir conseguiu aprovação no ano de 2000 do Projeto de Fortalecimento Institucional da FCAP (*Institutional Strengthening of FCAP Brazil*). A proposta esteve entre as muitas encaminhadas por instituições de diversos países ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional (*Department for Institutional Development*, DFID) em Londres. (FCAP, 2002, p. 5).

O Projeto apresentava a proposta de transformação curricular e crescimento qualitativo da Instituição, conforme pode ser visto no editorial de encerramento de mandato do Diretor da FCAP, em 2000, do Prof. Paulo Luís Contente:

O projeto prevê para os próximos seis anos uma transformação completa da Instituição, com a melhoria da qualidade de ensino e do profissional formado através da qualificação do corpo docente, dos servidores e, especialmente pela realização de uma reforma curricular. O Projeto começa em 2001 e será um marco referencial na história da FCAP, que com o apoio do DFID terá perspectiva muito mais promissora para os próximos anos. (FCAP, 2002, p.5).

Santos (2005) aponta a crise de hegemonia e contradições por que passavam as Instituições Universitárias, acirradas nessa fase de transição do século “de um lado produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites” e de outro lado “padrões culturais médios e de conhecimentos instrumental” voltado para a qualificação, exigência do capitalismo para formar mão de obra. Era esta a contradição manifesta no atendimento às “exigências sociais e políticas da democratização” em contraposição à relação entre a “hierarquização dos saberes e a restrição do acesso” e as “reivindicações de autonomia na definição de valores e objetivos da universidade”, além das pressões a que foi submetida para “obter a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”. (SANTOS, 2005, p. 5).

Essa abordagem faz-se necessária para lembrar que a crise maior enfrentada nesse momento é a da dependência financeira do governo e a incapacidade que este apresenta para resolver o problema, tendo em vista que o Estado resolveu reduzir seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, o que levou ao sucateamento de muitas instituições.

A FCAP também se ressentiu dessa crise e buscou alternativas para continuar respondendo pela demanda criada e mantida em cinquenta anos de história, que se deixa

refletir no “Projeto de Fortalecimento Institucional da FCAP”, citado anteriormente, e que, com o financiamento do DFID, ajudou e estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA.

A transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) em UFRA ocorreu no âmbito de um grande projeto denominado, inicialmente, Projeto de Fortalecimento Institucional da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (PROFCAP), iniciado em 01/05/2002 e, com a transformação, em Projeto de Fortalecimento Institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia (PROUFRA). O Projeto foi apoiado financeiramente pelo *Department for International Development* (DFID), do Governo Inglês e contou com a colaboração de duas universidades inglesas: as Universidades de Harper Adams e de Wolverhampton, ambas com experiência nesse tipo de atividade. (UFRA, 2011, p.10).

A transformação que se propunha no bojo do Programa não se encerrava apenas no aspecto da formatação jurídico-institucional, embora nesse aspecto as mudanças tenham sido extremamente importantes e vantajosas para nova Instituição. Ocorreram juntamente com a transformação institucional da FCAP em UFRA mudanças significativas que envolveram entre outras coisas a “autoestima institucional” que:

[...] levou servidores técnico-administrativo, discentes e docentes a se debruçarem sobre um projeto comum de discutir e construir a universidade, até uma arrojada política de expansão e participação do seu papel desde o cenário local ao internacional. O processo de transformação ocorreu, inicialmente, através de um documento denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado pela equipe de colaboradores do então candidato a Diretor da FCAP, que concorreu às eleições para o período 2000–2004 e que encerrava a semente das propostas para a transformação institucional. (UFRA, 2011, p. 11).

A busca pela transformação tomou caráter amplo, “abrangendo aspectos político-institucionais, didático-pedagógicos, e administrativos, levando a mudanças de posturas e concepções individuais e coletivas” (UFRA, 2011, p.11). Transformou-se, portanto, em um projeto de construção coletiva de uma nova instituição de ensino superior, cujo papel e responsabilidade seriam, mais tarde, definidos pelo Planejamento Estratégico em sua missão Institucional.

O projeto de reestruturação certamente buscou se alinhar às estruturas das instituições já conceituadas, bem como se adaptar para os moldes da realidade amazônica.

O pedido de transformação foi sancionado em 23 de dezembro de 2002, o que trouxe consigo objetivos amplos não reprodutivos da instituição que ficava para trás, aspecto visível no texto abaixo:

Mas era necessário consolidar essa transformação, ou então a recém-criada Universidade estaria condenada a tão somente reproduzir a forma de atuação da antiga faculdade sem promover um salto de qualidade, uma revolução que justificasse essa transformação. A maior parte ainda estaria por vir. Para possibilitar as mudanças necessárias ao desempenho de sua missão, o Planejamento Estratégico Institucional 2002-2007 definiu seis objetivos estratégicos. 1) Conduzir o ensino a

padrões mais elevados de qualidade, provendo aos estudantes habilidades vocacionais e empreendedoras gerando competências para o mercado de trabalho; 2) Fortalecer a pesquisa de forma a alicerçar o ensino e contribuir para o conhecimento, compreensão e otimização do setor rural na Amazônia; 3) Interagir com o setor agrícola e promover a integração com a indústria, o comércio, o governo e outras organizações com interesses na Amazônia e articular discussões desenvolvendo políticas peculiares a região; 4) Envolver as populações amazônicas, profissionalizando-as para incluí-las no processo produtivo, melhorar sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região; 5) Desenvolver e apoiar os servidores e estudantes para construir uma instituição educacional forte na condução do desenvolvimento sustentável da Amazônia; e, 6) Manter estratégias de fortalecimento político e financeiro para garantir o sucesso contínuo da Instituição e de seus objetivos. (UFRA, 2011, p.12).

Para alcançar os objetivos estratégicos estabeleceu-se um processo participativo formado por Grupos de Interesse, “aí entendidos como todos aqueles atores sociais individuais, coletivos e institucionais que, de alguma forma, estavam relacionados com o papel e a atuação da UFRA”. (UFRA, 2011, p.13).

Foi organizado um grupo de trabalho para estruturar um Programa de Reforma Curricular em busca de uma nova proposta, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que fosse possível flexibilizar e contextualizar, de modo que se tornasse integrado e compatível com a missão institucional: “Um currículo cuja matriz estaria formada não mais por disciplinas estanques, mas por módulos integrados compostos por disciplinas que agrupam conteúdos programáticos similares e complementares” (UFRA, 2011, p.13).

Um Programa de Desenvolvimento Profissional dos Docentes foi criado para atender às mudanças curriculares, com ações de capacitação para aplicação dos métodos novos. Por três meses reuniu-se uma Assembleia Estatuinte paritária constituída por categorias de representantes da comunidade institucional para construir o novo Estatuto da UFRA. O mesmo foi realizado para a construção do seu Regimento Geral,

[...] documento que estabeleceu as normas de funcionamento da organização administrativa e acadêmica da instituição foi elaborado através da convocação de uma comissão paritária composta dos segmentos que representam a comunidade, nos mesmos moldes da elaboração do Estatuto. As mudanças incorporadas no Estatuto e Regimento revelaram uma nova concepção de Universidade com uma estrutura mais leve, ágil e adequada à missão institucional, numa clara ruptura com os modelos complexos e burocráticos das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira. **A antiga estrutura departamental, burocrática e disciplinar cedeu espaço para uma nova estrutura, mais factível com o exercício da interdisciplinaridade** e da integração de saberes. (UFRA, 2011, p.15. Grifo nosso).

A antiga formação departamental que compunha a estrutura organizacional da FCAP favorecia “a burocratização, a compartimentalização do conhecimento e o corporativismo”. (UFRA, 2011, p.16). A nova reestruturação propunha a ruptura de paradigma de organização e gestão, de forma a romper com a fragmentação, hierarquia verticalizada dos processos decisórios e com o poder individualizado.

Nessa perspectiva, os Departamentos foram substituídos por quatro Institutos temáticos que obedecem a novos paradigmas de organização e funcionalidade, a saber: Instituto de Ciências Agrárias (ICA); Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA); Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) e o Instituto Cíberespacial (ICIBE). Essa nova estrutura permite repercussão no ensino e na missão da UFRA, conforme relatório enviado ao MEC. (UFRA, 2011; 2012a).

Cumprindo premissas estabelecidas no processo inicial construiu-se o Estatuto, Regimento Geral e Plano Estratégico, a partir de processos democráticos e participativos, registrados na história da universidade.

2.5.1 Os Institutos Temáticos

Os Departamentos foram transformados em quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e “tem caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento”. (UFRA, 2011, p.17). Estes são constituídos por docentes, técnicos administrativos e discentes que nele exercem suas atividades. Cada um dos institutos atua em funções relacionadas aos seus campos do saber e compactua entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão adotando estratégias para seu alcance.

a) **No Instituto Socioambiental e de Recursos Hídricos (ISARH)** - as estratégias administrativas adotadas são:

Gestão Corporativa, Capital Social, Comunicação. No ensino tem acompanhado e incentivado a reforma dos Currículos e planos didáticos, a avaliação continuada, criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e investindo na melhoria da infraestrutura e ambiência. Na pesquisa busca construir a sua identidade institucional, centrada em equipes multidisciplinares e projetos estruturantes, aprovação das linhas de pesquisa e o estabelecimento e fortalecimento dos grupos de pesquisa. Os grupos de pesquisa que estão vinculados ao instituto são: Cadeia Produtiva, Mercado e Desenvolvimento Sustentável; Pesca e Avaliação de Recursos Pesqueiros Tropicais; Biodiversidade da Amazônia; Projeto Várzea; Biofauna; Ecologia Aquática Tropical; Ecologia e Tecnologia de Recursos Aquáticos. **Na extensão a ênfase é nas ações de organização e formação de capital social.** (UFRA, 2011, p. 17 e 18. Grifo nosso).

Consolidar relações interinstitucionais que aproximem a UFRA e órgãos governamentais ou não governamentais tem sido a busca constante desse Instituto para firmar

apoio aos programas e projetos que favoreçam os pilares do ensino, pesquisa e extensão, entre eles estão:

Prefeitura Municipal de Belém; SEMMA; SEMA; EMBRAPA; ELETRONORTE; MPEG; UFV; FAPESPA; FUNPEA; SAGRI; IFPA; IPEA; CDP; SEBRAE; TRAMONTINA; CIKEL; SECTEM; FETAGRI; ITERPA; REDE CELPA; Escola Mario Barbosa; Escola Bosque; Escola Virgílio Libonati; INCRA, UFPA; NMU; WIU. Os municípios e comunidades também tem se constituído em objeto de intervenção dos projetos do ISARH: ilha de Caratateua; Comunidade Bacuriteua; Boa Vista; Santa Maria da Barreta; Monte Alegre; Ponta do Bom Jesus; São João do Ramo; **Santa Bárbara do Pará**; São Bento; São Benedito; Tracuateua; Curuçá; Bragança; São Caetano de Odivelas; Nova Timboteua; Tucuruí. (UFRA, 2011, p. 18, grifo nosso).

Este instituto tem seus projetos desenvolvidos através de seu grupo de pesquisadores vinculados a “Cadeia Produtiva, Mercado e Desenvolvimento Sustentável; Pesca e Avaliação de Recursos Pesqueiros Tropicais; Biodiversidade da Amazônia; Projeto Várzea; Biofauna; Ecologia Aquática Tropical; Ecologia e Tecnologia de Recursos Aquáticos”. (UFRA, 2011. p.18). Estes são componentes intrinsecamente ligados ao Bioma Amazônico. Neste trabalho, o campo de pesquisa participante eleito como base de observação é um Programa de Extensão proveniente deste Instituto, denominado “Programa UFRA na Reforma Agrária” e o Projeto elencado é o “Desenvolvimento Produtivo do Assentamento Abril Vermelho”, localizado em Santa Bárbara do Pará.

b) O Instituto Ciberespacial (ICIBE) é a unidade administrativa que recebe os últimos cursos aprovados pelo MEC principalmente na área de licenciatura e é responsável...

Pela execução do ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento de tecnologia, com caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, nas áreas de conhecimentos da geomática e no desenvolvimento de tecnologias na área da ciberinformática e outras que lhe são afetos. (UFRA, 2011, p.18).

Atua nas áreas de conhecimento da geomática e no desenvolvimento de tecnologias no ramo da ciberinformática, cujo objetivo está focado em suprir a necessidade do mercado de trabalho na área de computação, com condições de desenvolver projetos educacionais com tecnologias de informação e comunicação e metodologias específicas, oferecendo os meios, orientações e recursos pedagógicos e tecnológicos necessários.

Os projetos de extensão estão voltados para incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários, redes de empreendimentos solidários da cadeia de fruticultura do Pará, inclusão sócio digital de adolescentes dos municípios parceiros, ações educativas de georeferenciamento de imóveis rurais para pequenos produtores rurais e pequenos proprietários de terra. Além disso, auxilia na regularização fundiária e licenciamento

ambiental, em parceria com governo do Estado do Pará, no uso do computador no processo de formação continuada de professores, no desenvolvimento de plano de negócio baseado na plataforma *moodle*, além de oferecer suporte tecnológico e empreendedorismo no Programa EMAUS sobre sustentabilidade, compartilhamento e colaboração em rede.

- c) O **Instituto de Ciências Agrárias (ICA)**, com foco na missão Institucional está pautado na busca de estratégias administrativas para manter maior interação entre gestores, docentes, discentes e técnicos, coordenadores de Curso, diretores de Institutos, Pró-Reitorias e Reitoria, além de maximização do uso dos recursos para as atividades acadêmicas de infraestrutura, dos equipamentos, de pessoal e de apoio à extensão rural.

Na pesquisa possui dez grupos e 55 projetos. Possui parceria com 25 instituições (federais, estaduais e municipais), empresas privadas, universidades, etc. Na extensão possui 19 Projetos, parceria com 15 Instituições (Federais, Estaduais e Municipais), Empresas Privadas, Universidades, etc. Outras ações de extensão: 12 cursos de jardinagem, 08 cursos de Olericultura, convênio com 06 escolas estaduais para arborização e jardinagem, convenio com 06 municípios para colaboração na arborização, paisagismo e produção de mudas, participação em todas as feiras da UFRA. (UFRA, 2011, p. 18).

- d) O **Instituto da Saúde e Reprodução Animal (ISPA)** atua nas áreas da sanidade, clínica médica e cirúrgica e da produção de animais domésticos e silvestres, no controle, processamento e tecnologia dos produtos de origem animal, na biotecnologia e melhoramento genético dos animais domésticos e silvestres. Possui estratégias administrativas que incluem a comunicação como elemento importante e na pesquisa busca a construção de equipes multidisciplinares para sua consolidação e crescimento, conforme aponta relatório abaixo:

As estratégias administrativas adotadas são: Gestão Corporativa, Capital Social, Comunicação. No ensino tem acompanhado e incentivado a reforma dos Currículos e planos didáticos, a avaliação continuada, criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e investindo na melhoria da infraestrutura e ambiência. Na pesquisa busca construir a sua identidade institucional, centrada em equipes multidisciplinares e projetos estruturantes, aprovação das linhas de pesquisa e o estabelecimento e fortalecimento dos grupos de pesquisa. (UFRA, 2011, p.18).

Sua atuação está pautada em “13 linhas de pesquisa e 11 grupos de pesquisa” (UFRA, 2011, p. 18). As ações na extensão são desenvolvidas em atividades como: Ação PET e Projeto Carroceiro, desenvolvidos nos Municípios de Belém, Ananindeua, Algodual e Cotijuba, Hospital Veterinário (HOVET), Projeto Vida Digna, Cursos sobre Tuberculose e Brucelose, desenvolvidos em parceria com Ministério da Agricultura Pecuária e

Abastecimento (MAPA) e Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), Fazenda Escola de Igarapé Açu (FEIGA), Setor de Reprodução Animal e PET Veterinária.

Através do Hospital Veterinário aceita para estágio curricular supervisionado discentes de Medicina Veterinária e de cursos tecnológicos na área de diagnóstico por imagem. Absorvem estagiários provenientes da UFRA, UFPA, UFG além de outras escolas de formação técnica do município de Belém.

Desde 2010, o Projeto “Vida Digna” promove ações de educação em saúde, versando principalmente o tema “posse responsável de animais”, com palestras destinadas aos proprietários de cães e gatos que esclarecem dúvidas e informam acerca das diversas doenças de caráter zoonótico que são de importância para a saúde coletiva, além do tema do controle populacional destas espécies.

O HOVET também participa ativamente de atividades em conjunto com o ISPA, dentre elas a “Ação Pet”, e projeto intitulado “Amazoneidade e cidadania: UFRA – comunidade aprendendo e ensinando uma nova lição”. De maneira geral, os serviços prestados a comunidade pelo HOVET são muito variados, abrangendo a clínica médica e cirúrgica de animais de companhia, o diagnóstico por imagem, a cardiologia, a análises clínicas, dermatologia, anestesiologia, patologia veterinária, reprodução animal, clínica cirúrgica de animais de produção até a inspeção de produtos de origem animal.

O ISPA mantém uma rede bem ampla com outras instituições e/ou entidades, dentre elas: Bio Fauna, Polícia Militar, Exército Brasileiro, Polícia Ambiental, Carroceiros, Clínicas e Consultórios particulares e IBAMA. (UFRA, 2011, p.21). Essa rede de ações desenvolvida pelo ISPA forma grande parte da carta de identidade da UFRA, principalmente nas questões de extensão universitária, pois são exercidas atividades que estão diretamente relacionadas com a saúde coletiva e animais de produção.

A atuação da Universidade se faz através destes institutos com ações voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo todas as unidades descentralizadas e a sede em Belém. Assim, um dos Programas de extensão, neste caso realizado sob a coordenação de professor pesquisador vinculado ao ISARH, desenvolvido em parceria multidisciplinar de profissionais vinculados a todos os demais Institutos, é o foco desta pesquisa. Ressalta-se que as atividades de extensão desse instituto se concentram nas ações de organização e formação de capital social; no caso específico desta pesquisa, voltaremos nosso olhar às ações desenvolvidas pelo referido instituto no Assentamento de Reforma Agrária Abril Vermelho, tendo em vista a perspectiva de novas experiências de pesquisa-ação que garantem espaço democrático e de cidadania.

3 UM OLHAR DA CIENCIA DA INFORMAÇÃO: AÇÕES TRANSVERSAIS DE INFORMAÇÃO

Investigar a ação da informação na interação de uma instituição de ensino superior com um ambiente rural demanda confrontar um amplo leque de propósitos, baseado em sistemas sócio-ecológicos que possuem em seu escopo sistemas inerentemente complexos. Conforme Ekbia e Evans (2009, p.328), uma das fontes de complexidade são as incertezas envolvidas nas decisões e comportamentos dos atores humanos que determinam como as terras são gerenciadas.

O estudo da informação, nesta perspectiva, busca o entendimento das regras que regulam os comportamentos informacionais e determinam as condições para a mobilização e transferência eficaz entre os diferentes sujeitos que produzem e utilizam a informação.

Buscar entender a informação como objeto de intercâmbio entre o espaço agrário e a UFRA traz consigo desafios interdisciplinares e transdisciplinares que esbarram nas dimensões que envolvem abordagens sócio-pragmáticas de acesso, de uso e produção de informação. Dimensões que precisam ser observadas a partir dos diferentes regimes de valor, específicos dos diferentes atores sociais imersos nesse domínio de interação.

Nessa relação intercambiada é preciso levar em conta que os agricultores do Abril Vermelho são pessoas que esperam por ajuda oficial há dez anos, que estão agora dotados de senso crítico e de expectativas práticas, e que demandam por respostas imediatas adequadas à sua realidade, que já se fortaleceu nas suas relações de sentido e de poder durante a reconstrução de sua forma de vida no contexto do Assentamento.

Para Ekbia e Evans (2009) discutir uma abordagem pragmática do uso da informação observado sob diferentes regimes de valor requer identificação de medidas, nas quais cada regime de valor corresponde a um regime de informação, onde a informação possa ser mais ou menos relevante dependendo, do ponto de vista dos regimes de valores vigente em contexto coletivo. As práticas de informação estão ligadas à forma de vida ou atividade característica de cada grupo e relacionadas com suas condições e seu contexto social de modo, que através das ações que demandam informação (produção familiar, organização do grupo, etc.), é possível que se identifique critérios de relevância e valor da informação, para pessoas que não estão no contexto acadêmico.

Wilson, outro pesquisador do comportamento de uso da informação, postula a fidelidade ao estudo do fenômeno tal como ele é vivido – o que significa compreendê-lo no contexto vivo das pessoas, em situação concreta de interações com outras pessoas. Para

Wilson (2000) há vários tipos de usuários da informação, que são identificados de acordo com as suas necessidades de informação, estas ligadas ao fisiológico, ao cognitivo e ao afetivo do usuário. Este usuário pode ser um pesquisador que busca, usa, avalia e que outras vezes busca, avalia e identifica a ação sob o seu ponto de vista.

Numa outra abordagem, sob o ponto de vista do participante, Savolaine fala das práticas de informação, na ação com finalidade. Savolaine propõe um construcionismo social buscando entender, por meio da ideia de “construção”, como os usuários são ativos no processo de escolher, de determinar os sentidos e usar as fontes de informação; e, por meio da ideia de “social”, enfatizam o caráter coletivo, determinado no seio das interações desse processo. (SAVOLAINNE, 1995 apud ARAUJO, 2012, p.149).

Contudo, é preciso situar a postura dos usuários da informação no quadro de sua experiência cotidiana, “pois é no contexto concreto que as ações ganham sentido, afinal, é no âmbito das relações que os significados são produzidos”. (ARAUJO, 2012, p.151).

Ao observar o comportamento e ações práticas na busca e uso da informação pelos assentados do PA Abril Vermelho através dos participantes dos grupos de trabalho do Programa UFRA na Reforma Agrária, busca-se encontrar os sentidos produzidos nessa relação, bem como identificar os regimes de valor percebidos por eles que favorecem ou não a quebra dos desconfortos e constrangimentos sentidos na busca de informação que a UFRA se propõe a desconstruir. Tratar-se-á de reconstruir, para contribuir com sua superação, alguns dos entraves às interações e fluxos de informação que possam agregar dificuldades às condições de vida e de trabalho dos assentados, seja pelas diversidades de modelos culturais e sistemas de conhecimento dos atores envolvidos, seja por outros fatores que independem dos atores locais.

Ekbia e Evans (2009) discutem critérios de valor e de relevância demandados pela produção da informação. A busca de informação seria um espaço que reflete paradoxos e conflitos entre os critérios de valor e as necessidades de informação que organizam a busca, conforme o contexto local, como por exemplo, os recursos e meios de comunicação disponíveis no ambiente rural. O regime de informação rural implica plurais questões, de valor, de ordem jurídica, econômica e social, de médio e longo alcance, cujas soluções nem sempre estariam ao alcance imediato dos atores locais.

Em se tratando de agricultores assentados, será possível aos grupos participantes do Programa desenvolver atividades práticas observando diferentes critérios de valor e de normas que estão relacionados à sua diversidade cultural e com a sua história de vida? É fato que em cada situação existem regimes de informação dominantes que definem as oportunidades de

acesso que as pessoas têm a recursos de informação e de telecomunicações que não estão ainda igualmente distribuídos no território brasileiro e nos grupos socioeconômicos.

Com o intuito de favorecer o desenvolvimento econômico do território de sua influência, o programa de extensão da UFRA poderá ter um efeito positivo sobre o regime de informação estabelecido, naquilo que afeta aos assentados do Sistema de Reforma Agrária. Dessa forma, cabe perguntar como essa Instituição de Ensino atua no espaço comunicativo do assentamento e qual a credibilidade das informações que surgem entre os diferentes participantes e, de alguma forma, determinam o comportamento de procura de informação pelos assentados. Essas são questões que se pretende abordar nesta pesquisa.

3.1 Abordagem sócio-pragmática

O II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) preconiza “paz, produção e qualidade de vida no meio rural”, apresentado em seu bojo programático demanda da Reforma Agrária como:

[...] novos assentamentos, Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Recuperação dos Atuais Assentamentos, Crédito Fundiário, Promoção da Igualdade de Gênero na Reforma Agrária, Titulação e Apoio ao Etno-desenvolvimento de Áreas Remanescentes de Quilombos, Reassentamento de Ocupantes Não Índios de Áreas Indígenas, Reserva Extravista e Assentamento Florestal, Atingidos por Barragens e grandes obras de infraestrutura, Populações Ribeirinhas, **Universalização do acesso a direitos:** Educação, Cultura e Seguridade Social, Programa Nacional de Educação do Campo, Seguridade Social, **Acesso à Cultura**, Um novo marco jurídico-institucional. (BRASIL, 2003, p.3. Grifo nosso).

O Plano apresenta uma série de normas, onde direitos e deveres se apresentam para um grupo social que se constitui dentro de um programa, inserido num regime de informação nacional, o II PNRA vai além da garantia do acesso a terra: prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia, Saneamento, Acesso à Cultura, entre outros. Esse novo modelo de reforma agrária prevê também que:

[...] a recuperação dos atuais e a implantação dos novos assentamentos contarão com assistência técnica e **acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas**. Estarão orientadas por projetos produtivos adequados às **potencialidades regionais** e às especificidades de cada bioma e comprometidos com a sustentabilidade ambiental. Uma **estratégia conjunta de produção e comercialização abrirá novas possibilidades econômicas** para os assentamentos e para sua integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial. (BRASIL, 2003, p.5. Grifo nosso).

Um programa dessa natureza demanda uma série de atores em regiões e ambientes diversos para atender em um contexto tão amplo como o brasileiro. Devido ao grande número de atores, há uma considerável heterogeneidade entre as estratégias de manejo da terra nesses

assentamentos, e parte dessa heterogeneidade é o resultado da informação diversa na base da estrutura de tomada de decisão de cada ator envolvido no processo, que, dependendo do seu desempenho, pode comprometer o resultado do acesso ao conhecimento e às tecnologias também heterogêneas.

O atendimento a todas essas demandas preconizadas pelo II PNRA deve levar em consideração que diferentes atores também têm diferentes níveis de conhecimento sobre gerenciamento eficiente do solo, de produção, de colheita, de práticas de conservação e sustentabilidade da terra, somados aos diferentes níveis de informação e conhecimento desses saberes preconizados e também sobre as instituições relacionadas com a gestão da terra envolvidas nessas questões.

Ekbia e Evans (2009) destacam em seu trabalho sobre regime de informação de uso do solo, gestão e política, assim como pesquisas anteriores de Evans et al. (2004; 2006) e Koontz, (2001), que os proprietários de terras têm diversas preferências de uso da terra e que estas preferências são, por sua vez, em parte responsável pela diversidade de padrões de cobertura do solo. A pesquisa de campo também mostrou que, mesmo quando dados cenários de tomada de decisão são relativamente simples, os atores podem tomar diversas decisões que se afastam do objetivo suposto de maximizar o retorno produtivo econômico. Apresenta-se como explicação para esta divergência que: os indivíduos têm diferentes habilidades para tomar decisões de maximização de utilidade. Também foram identificadas análises a partir do fazer empírico, que demonstram, que os proprietários possuem diferentes preferências e diversas fontes de informação que afetam suas decisões de gestão e manejo da terra. (EKBIA; EVANS 2009, p.332).

Observando as atividades realizadas no Assentamento Abril Vermelho, percebemos alguns fatores que reforçam essa afirmação de Ekbia e Evans. No caso, trata-se de um projeto em que vinte famílias foram contempladas com o PAIS³. As famílias contavam com equipamentos e assistência técnica, além do apoio financeiro. No entanto, muitos se afastaram da possibilidade de conseguir retorno econômico desejado, segundo relato dos próprios contemplados pelo projeto, devido à divergência de entendimento desde a organização da estrutura proposta, que envolvia absorver o mínimo de conhecimento de compostagem orgânica, manejo do solo e aves agregando a integração de conhecimento de plantio em forma de mandala, até chegar ao entendimento de mercado para distribuição da produção.

³ PAIS – Produção-Agro ecológica Integrada e Sustentável

As informações recebidas sobre a compostagem orgânica, por exemplo, demandavam seguir, passo a passo, recomendações técnicas para se chegar ao ponto de uso do composto, mas alguns, até por falta de experiência, pulavam ou mudavam os passos, comprometendo o resultado final. O entendimento de mercado para distribuição das leguminosas também não foi considerado pelos envolvidos, uma vez, que por se tratar de venda em maior escala no próprio município de origem, exigias-se que informações simples, como a escala de produtos, fossem monitoradas para que não houvesse oferta maior que a procura. Nesse exemplo, esses fatores impactaram na tomada de decisão para o sucesso de todos com o aumento da produção e renda, que ficou prejudicada, uma vez que os agricultores seguiram suas próprias preferências, ou por que tinham habilidades muito diferentes entre si, ou ainda por não receberem toda a orientação necessária no tempo certo para tomada de decisão.

Nesse sentido, uma abordagem capaz de integrar os avanços realizados nas discussões contemporâneas do estudo de usuários e de comportamento informacional para tomada de decisão deveria considerar tanto o ponto de vista dos participantes como a influência do contexto.

Para Araujo (2012), em análise de trabalhos empíricos de busca de informação, questões como essa podem ser discutidas numa perspectiva interacionista, em que o usuário não é totalmente determinado pelo contexto, nem é totalmente isolado ou alheio a ele; a determinação que o contexto exerce existe, é real, não é mecânica nem absoluta, é interpretada e alterada pelo ator social.

O mesmo vale para o significado da informação identificada pelos atores sociais no Assentamento; esse significado não está totalmente dado pelos elementos do documento material ou das fontes que o Sistema Nacional de Reforma Agrária oferece, pode também não ser atribuído totalmente ao usuário (assentado) nem pelas instituições parceiras. (UFRA, EMATER, SEBRAE). Baseado nesse interacionismo, o que se pensa é que o sentido da informação é resultado tanto de determinações da informação disposta, quanto das estratégias cognitivas operadas pelo ator social e pelas instituições presentes no seu cotidiano.

Seguindo esse raciocínio Araujo preconiza que:

[...] igualmente, o usuário é social, mas isso não significa nem que ele seja totalmente determinado pelo coletivo, nem isolado deste: ele é ao mesmo tempo construtor desse coletivo (o coletivo é construído pelos sujeitos concretos que pertencem a ele) e também construído por ele. E, por fim, acessar e usar informação são tanto uma ação cognitiva quanto, também, uma ação emocional, cultural, contextual – o usuário não é apenas uma “mente cognitiva”, mas o é também. (ARAUJO, 2012, p.149).

Ekbia e Evans (2009) indicam que cada um destes atores tem diferentes valores, motivações e estratégias que podem levar a diferentes resultados. A partir das informações obtidas já se pode identificar diferentes caminhos pelos quais atores sociais nos assentamentos recebem informações. Por um lado, existem os caminhos normalmente de cima para baixo, por exemplo, de entidades governamentais para atores em nível local; também existem os não governamentais como os movimentos sociais, associativos e partidários. Por outro lado, e particularmente importante, são as interações horizontais entre amigos, familiares e vizinhos. Baseados nos estudos analisados de Ekbia e Evans (2009), ambos os tipos de conexões de rede fornecem informações usadas no processo decisório dos assentados no que diz respeito ao que produzir e expandir em suas atividades agrícolas.

3.2 Ações de informação

A sociedade contemporânea, dita por muitos de sociedade do conhecimento, por outros de sociedade da informação, demanda discussão e análise das políticas de práticas/ações de informação que dizem respeito à abrangência do paradigma de soberania de uma nação postulado pelas políticas nacionais de informação.

As políticas nacionais de informação têm como premissa a “[...] legitimização e interação deliberada de constituição comunicacional e informacional”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.28). Nesse caso de legitimação, o Estado é o grande agente de elaboração e implantação de políticas de informação.

Gonzalez de Gomez, ao discutir sobre o cenário político para a informação, considera que devido às temáticas das políticas públicas serem frequentemente deslocadas, de acordo com definições de prioridades, por vezes conjunturais e em constante mudança, o “papel causal da informação na modernização e desenvolvimento não se mostraria eficaz para consolidar, para a informação científico-tecnológica, estruturas institucionais, duradouras e progressivas na formulação de seus parâmetros organizacionais e tecnológicos”. Ela argumenta que os sistemas nacionais de informação científico-tecnológica “não encontram expressão em um domínio estável e transparente de agentes [...] porque o escopo e abrangência das políticas de informação são recortadas sobre o grande mapa das políticas”. (GONZALEZ DE GOMEZ, 2002, p.28). Nesse escopo recortado no mapa das políticas, encontra-se a PNRA, que agrega um conjunto de regras compostas de leis, decretos, portarias, entre outros aparatos legais, que compõem uma infinidade documental de informação para atender os agentes envolvidos na Reforma Agrária.

Diante do quadro conjuntural e documental da Reforma Agrária o uso da informação pelos agentes sociais e atores locais demanda urgência em incorporar e se apropriar dessas informações para a aplicação nas ações práticas na realidade em que estão inseridas, ações que precisam do emprego de conhecimentos tácitos e explícitos para uso da informação.

Savolaine (2009), num estudo de investigação conceitual de uso da informação, analisa concepções de trabalho epistêmico (*epistemic work*), propostas por Cook e Brown⁴, e saber na prática (*knowing in practice*), propostas por Orlikowski⁵. Savolaine discute a carência de estudos de pesquisa suficientes e de qualidade sobre abordagem teórica e metodológica de uso da informação. No entanto, enfatiza que o estudo deste processo “é altamente significativo porque a razão final de buscar informação pode ser encontrada na maneira na qual a informação recebida é apreendida ou colocada em uso”. (SAVOLAINE, 2009, p.2).

Estudos de uso da informação quase sempre se resumem à forma como as pessoas lidam ou fazem alguma coisa com a informação. Savolaine (2009) cita um trabalho de Wilson⁶, que definiu o uso da informação como “*the physical and mental acts involved in incorporating the information found into the person’s existing information base*”, concepção na qual os atos físicos envolvem marcação e notação no texto para denotar importância e significância, já os mentais dizem respeito a comparações do conhecimento já existente com a nova informação, o que destaca a importância do tempo nas situações de acesso e uso da informação.

Savolaine (2009) indica que também há outros campos interessados no estudo do uso da informação, entre eles estão a ciência cognitiva, os estudos de comunicação, os estudos de pesquisa do consumidor e a gestão da ciência e filosofia. Diz também que a terminologia empregada é variada e tem sido referida como: utilização da informação, processamento da informação e utilização do conhecimento. Segue dizendo que o uso da informação pode ser referido “como a forma que as pessoas interpretam os dados sensoriais ou sinal informativo de coisa, outras vezes pode denotar as formas em que interpretações (conhecimento) assim formadas estão empregadas na resolução de problemas”. (SAVOLAINE, 2009, p. 3).

Tais questões de confusão terminológica, que Savolaine destaca em seus estudos, indicam a origem da dificuldade de distinguir entre informação e conhecimento no contexto da ação. Para contribuir nos estudos conceituais de uso da informação Savolaine faz uma

⁴ COOK, S.D.N.; BROWN, J.S. Bridging epistemologies: the generative dance between organizational knowledge and organizational knowing. **Organization Science**, v.10, n.4, p.381-400, 1999.

⁵ ORLIKOWSKI, W.J. Knowing in practice: enacting a collective capability in distributed organizing. **Organization Science**, v.13, n. 3, p.249-273, 2002.

⁶ WILSON, T. D. Human information behaviour. **Informing Science**, v.3, n.2, 2000.

tentativa de tornar compreensível o uso da informação como um processo que é contextualizado em práticas. Para isso, utiliza o termo *trabalho epistêmico e saber/conhecer na prática*.

Os termos a que se refere, antes de tematizar questões de como a informação é transformada em conhecimento, indagam como o conhecimento e o saber são gerados e utilizados na ação. Baseado nos argumentos de Cook e Brown, Savolaine ressalta que esses autores fornecem fortes argumentos para se entender que as diversas formas de conhecimento e saber acontecem igualmente no contexto da ação, onde conhecimento tácito e explícito, bem como conhecimento individual e organizacional ou de níveis de grupos diferentes “são formas distintas de conhecimento em pé de igualdade, e nenhum é subordinado ou constituído por qualquer outro”. (SAVOLLAINE, 2009, p.7).

Assim, a determinação de realizar uma Reforma Agrária “ampla” e sustentável, como preconiza o II PNRA, impõe a necessidade de atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com **ação informacional** que seja direcionada aos propósitos ali definidos; assegurar a qualidade dos assentamentos por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva.

Para tanto é preciso que o conhecimento e o saber tácito e explícito dos beneficiários da reforma agrária, com o conhecimento dos órgãos institucionais, se conjuguem num novo conhecimento próprio desse coletivo. Se não estiverem inseridos em ações integradas com enfoque no desenvolvimento territorial sustentável, é possível que as premissas do Plano não se concretizem.

No entanto, no II PNRA também é possível identificar outras questões que estão diretamente relacionadas com conhecimento e saber na prática, mas que não citam em nenhum momento como podem ser realizadas as ações de informação, como no trecho a seguir:

[...] O compromisso do governo federal em fazer do meio rural um espaço de paz, produção e qualidade de vida envolve, também, a realização de ações dirigidas à promoção da igualdade de gênero, ao reconhecimento dos territórios das comunidades rurais tradicionais e ao fomento a projetos de **etnodesenvolvimento que reconheçam e valorizem os seus saberes e suas tradições**. (BRASIL, 2003, p. 19. Grifo nosso)

Baseado no que afirmam Cook e Brown (1999, p. 382 apud SAVOLLAINE, 2009) que nem tudo o que se sabe é capturado pela compreensão intelectual desse conhecimento, e que a epistemologia da posse deve ser ampliada, em paralelo, pela epistemologia da prática, é fundamental que nas premissas previstas no II PNRA seja dada ênfase às ações paralelas de

fortalecimento de práticas que valorizem a troca de saberes como potencial gerador de conhecimento.

Sob a premissa do fortalecimento do conhecimento, os facilitadores do Programa de Extensão “UFRA na Reforma Agrária” sugerem, em várias atividades das oficinas com os grupos, que estes visitem outros espaços onde já se desenvolvem determinadas atividades como, por exemplo, a criação de peixes, e que eles vivenciem todos os procedimentos que foram empregados, desde a preparação do local para os tanques, até o manejo da água e também dos peixes. Essas recomendações ratificam os estudos de Cook e Brown, entre outros, de que a prática paralela fortalece o conhecimento adquirido na teoria e vai servir de guia para aplicação no dia a dia do agricultor, uma vez que o PNRA não indica todos os caminhos possíveis para seu desenvolvimento, nem mesmo as fontes que podem indicar nuances visíveis apenas na prática.

O resultado dessa interação significa não somente ter acesso à terra, mas o fortalecimento da agricultura familiar na construção de alternativas, pautado na troca de informação para o desenvolvimento com crescimento social e também participação política, uma vez que, a partir da produção e comercialização coletiva em maior escala, o mercado vai abrir as portas para outros empreendimentos no assentamento.

3.3 Regimes de Informação

No processo de pesquisa foi possível observar como diferentes valores, regras e posições dos assentados, dos organismos associativos e das agências públicas atuam como precondições no desenvolvimento das atividades locais e cotidianas, seja porque são expressões de posições dominantes, sejam porque são expressões de projetos alternativos e diferentes ordens de valor.

Este estudo leva a considerar que o campo onde se definem e atuam os regimes de informação é um lugar de justaposição, de confronto ou convergência entre regimes de valor e disponibilidade de meios, recursos e outros instrumentos materiais, normativos e de gestão, que condicionam os modos de gerar, transmitir, acessar e interpretar informações num contexto dado de ações coletivas e de atividades compartilhadas.

Para Gonzalez de Gomez, regime de informação, como expressão dessas precondições das ações de informação, designa

[...] o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os

modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigente em certo tempo, lugar e circunstância. Como plexos de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades de condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.43).

Ainda González de Gómez (2012a) afirma que regime de informação remete à:

[...] distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, sejam pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação. Aponta, por outro lado, a mudança de escala dos processos e questões de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p.28).

Segundo esse modo informacional dominante na sociedade, pode-se falar de um regime de informação circunscrito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que define as regras dispostas num leque de pressupostos informacionais armazenados em meios digitais que nem sempre estão acessíveis a todos os atores, mas estabelecem condições ao fazer produtivo e organizacional dos atores sociais nos assentamentos de Reforma Agrária. Dessa forma, o conceito de Regime de Informação parece interessante para analisar as práticas e relações plurais dos assentados do Abril Vermelho. Uma vez que uma das atribuições do Regime de Informação remete a relações de informação e poder, neste caso estendido às questões tecnológicas e digitais.

Desta forma, o “meio” por onde a informação passa pode ser um quesito problematizador para o assentado envolto no regime de informação do MDA e das instituições prestadoras de serviços, daí a importância de se abordar esse aspecto.

Se a partir de cada nova configuração de um regime de informação há um resultado e um condicionamento de diferentes modos de configuração de ordem sociocultural e política, como afirma González de Gómez (2012b), a pluralidade dos atores sociais envolvidos nos assentamentos, somados às suas práticas e recursos, baseados na “transversalidade específicas das ações, meios e efeitos de informação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p.44), são eminentemente perceptíveis e possíveis de serem identificadas para a abordagem aqui proposta, a de identificação de demanda de informação no Assentamento Abril Vermelho.

O regime de informação do MDA, podemos dizer que é estático, no entanto, envolve uma infinidade de ações que estão dispostas para todo o Brasil, com suas demandas e particularidades regionais diferentes, por exemplo, as necessidades de informação dos agricultores assentados da região sul não são as mesmas dos assentados da região norte para uma mesma questão, se considerarmos o clima o tratamento é totalmente diferenciado.

Ao se visitar um assentamento com mais de cinco anos de organização, espera-se que seus assentados possuam o mínimo de conhecimento sobre o órgão que é seu responsável, mas, o que se observa, é o contrário. Não lhes foi dado nenhum livro ou manual informativo sobre o que é o órgão, como deve agir um assentado, quais são seus recursos, como o órgão está estruturado, quais as políticas voltadas à Região para atender seu público local; em suma, não há nada que lhes indique essa estruturação ou mesmo as regras a que estão submetidos enquanto assentados.

Ao ser perguntado sobre o que espera do INCRA como órgão responsável pelo desenvolvimento do assentamento e pelo atendimento de suas necessidades, um entrevistado que não quer ser identificado, respondeu que conhece o INCRA apenas como “agente de retomada de lote; ele só vem aqui quando vem perturbar a gente. Sei que as políticas públicas do INCRA são vastas, mas aqui foi sempre com essa intenção” (assentado de 35 anos).

Esse relato evidencia que a informação acerca da retirada de um assentado de seu lote não foi totalmente esclarecida para os seus interessados, deixando dúvidas quanto a sua legalidade. Outra entrevistada, Silvia (63 anos), afirma que “tudo o que sei fui informada pelos militantes do MST, que alertaram a todos nós sobre o que podia e o que não podia fazer no lote”.

Essa afirmação foi uma constante pelos entrevistados, que não conseguem identificar ação do MDA, através do INCRA, no sentido de informar os assentados sobre o que lhes é devido ou não. A falta de elementos de informação afasta o órgão responsável pela organização do assentamento dos atores envolvidos no processo.

Mesmo com os avanços na democratização do uso da terra ocorridos nos últimos anos, relatórios da Controladoria Geral da União no Pará (2012) apontam fragilidades latentes nos indicadores de Controle Interno do INCRA-SR 01, como por exemplo, os indicados na área de Informação e Comunicação:

[...] nos Relatórios de Gestão anteriores a 2012, a UJ apresentava indicadores estabelecidos pelo INCRA Sede, e **que não atendiam as necessidades** da Superintendência Regional, em razão dos questionamentos da CGU, a UJ vem gradativamente implantando os indicadores. (BRASIL, 2012, p.5. Grifo nosso).

De acordo com o atual crescimento do número de assentados pelo PNRA, sem que ocorra a independência econômica dos beneficiários mais antigos, e a melhoria da estrutura operacional do INCRA, caminha-se para a insustentabilidade e o conseqüente desperdício de recursos públicos em função dos altos índices de evasão do lote.

3.4 Ações transversais de informação

Para esta abordagem utilizaremos a relação entre a UFRA e os atores sociais do Assentamento Abril Vermelhos, a partir de sua demanda de informação.

3.4.1 Entre áreas de conhecimento

Ações transversais de informação estão, neste caso, diretamente relacionadas às fronteiras tecnológicas de informação e comunicação e também ao estabelecimento de vigência de determinados critérios de valor, conforme propõe Gonzalez de Gomez (2012b, p.44), ao associar informação “às estruturas semânticas, à produção cultural de sentido e à comunicação científica que indagara critérios de verdade e credibilidade para conferir validade da informação”. No sentido de validar informação, é interessante observar como se estabelecem os critérios de verdade e credibilidade na interação entre os grupos de assentados do PA Abril Vermelho e a UFRA nesse ínterim de interlocuções de práticas informacionais.

Ainda na abordagem conceitual de Regime de Informação, González de Gómez (2012b, p.44) aponta, através de leitura transversal, questões de “critérios de valor associado à informação e de modo geral, à dimensão simbólica da cultura [...] que podem aferir a validade da informação”. Neste ponto, podemos nos apropriar desta percepção para identificar a imagem que os grupos de trabalho do Programa UFRA na Reforma Agrária fazem da UFRA enquanto instituição participante de um Regime de Informação que pode contribuir para o desenvolvimento produtivo do assentamento.

3.4.2 Entre a Universidade e os atores locais que demandam por informação

No II PNRA consta como uma das suas prioridades a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, de uso múltiplo, e que contará com imagens de satélite e georreferenciamento de todos os imóveis rurais, o que resultará progressivamente num novo mapa fundiário do país e servirá também como referência obrigatória para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

Esse Cadastro Nacional serve como exemplo dos mecanismos que atuam no regime vigente e que definem as regras do jogo que condicionam uma política para o desenvolvimento rural. É neste espaço que se tornam possíveis as relações transversais entre a Universidade e os atores locais na interação para troca de informação. A Universidade, com

seus aparatos tecnológicos, e os atores locais, com o conhecimento prático de sua área de loteamento, podem interagir na construção de informação e conhecimento mútuo que possibilite ampliar a imagem de validade e confiabilidade Institucional construída pelos atores envolvidos no Programa.

4 RECONSTRUÇÃO DE DOMÍNIO TRANSVERSAL DE AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Na condução da descrição do domínio de ações de informação, dividimos o conteúdo em Extensão Universitária e Extensão Rural, Projetos de Assentamentos, Assentamento Abril Vermelho e Programa UFRA na Reforma Agrária.

4.1 Extensão Universitária

As atividades de extensão universitária são de natureza interdisciplinar que promovem a disseminação do conhecimento acadêmico de forma integrada ao ensino e à pesquisa universitária, fazendo chegar à comunidade externa benefícios e trocas desenvolvidas a partir dessas interações.

No entanto, a Extensão Universitária tem sido assunto polêmico entre os temas abordados na universidade. Vários estudos foram realizados resgatando a história dessa que é considerada a “Terceira Função da Universidade”, indissociável do Ensino e da Pesquisa e confirmada na Constituição de 1988.

Relata Minto (2006, p.12) que as primeiras atividades extensionistas foram promovidas pelos estudantes, sendo institucionalizada nos projetos ditatoriais pós-reforma de 1968. Essas atividades tomaram novos caminhos no período de abertura política e de neoliberalismo dos anos 90 até chegar ao século XXI, com ações que variam desde atividades relacionadas com o ensino e a pesquisa, até outras de cunho cultural e social. (ALMEIDA, 1991; MINTO, 2006; TAUK SANTOS, 1999, 2012).

Segundo Almeida (1991), o extensionista, antes do governo militar, estava preocupado com a politização dos jovens e expansão de cultura popular, depois se torna instrumento de desmobilização estudantil e de implantação dos interesses dos órgãos internacionais, tornando-se assistencialista.

Para Minto (2006), o extensionista brasileiro que se instala sustentado pelo aparato jurídico institucional vem acompanhado do discurso de superação de um modelo napoleônico

de ensino superior, e deve estabelecer uma aliança entre as elites nacionais e órgãos internacionais em prol de uma “modernização do ensino” instalando, assim, uma “lógica mercantil” para a educação, implantando o “modelo utilitarista” e norte americanizado de universidade.

No pós-ditadura militar, a extensão ganha força no Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), em 1987, que assume o papel de realizar ações transformadoras focadas na interação social e interdisciplinar. Reforçando o Plano Nacional de Extensão de 1999, a extensão volta-se para uma prática interligada entre a universidade e a população, assumindo demandas a fim de promover a “superação das desigualdades existentes”. (MINTO, 2006), apoiada na Constituição Federal de 1988, que ressalta, no Art. 207, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nos anos 90, a extensão se difundiu e várias concepções foram aplicadas, gerando certas contradições dentro dos projetos realizados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estas agora seguiam as diretrizes neoliberais, que previam parcerias público e privado. (SEBINELLI, 2004). Para Melo Neto (2004, p. 30), essa configuração político e “as exigências do capital e sua lógica cultural impõem uma reorganização própria na Universidade”.

Se por um lado a prática extensionista das universidades está baseada na oferta de serviços e assistências, por outro possibilita a coleta de informações que de alguma forma subsidiam estudos, pesquisas e a produção acadêmica futura, conhecendo dessa forma, a realidade local e intervindo com benefícios. Bemvenuti ([s.d]. p.1) propõe caminhos possíveis de construção de cidadania a partir do lugar que lhe é concedido, “o de construtor de conhecimento e de ciência” e, em contrapartida, possibilita oportunidade de aprimorar a formação acadêmica do estudante universitário para além da prática profissional, alcançando quiçá a cidadania e cunho humanístico tão importante para formação do cidadão.

Segundo o modelo utilitarista defendido por Darcy Ribeiro, a extensão assume um papel de formação cultural e profissional dos cidadãos relacionados ao “voltar-se da universidade para os diferentes setores da sociedade”. (MELO NETO, 2004, p. 36). Ainda Melo Neto, ao perguntar-se como a Universidade contribui no processo de construção de hegemonia dos setores subalternos da sociedade, considerando as mudanças das políticas institucionais, responde que: “[...] a extensão universitária vem sendo apresentada como o elo entre a universidade e a sociedade, um canal comunicante da instituição com o povo, ou outras formas de facilitar a relação entre universidade e sociedade”. (MELO NETO, 2004, p.40).

Dessa forma, a UFRA desenvolve atividade de extensões que tem o caráter de envolver docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, em um esforço conjunto de viabilizar propostas e encaminhar soluções:

A necessidade de interação no processo de construção de saberes com os sujeitos das ações, o que supõe transformações no processo pedagógico, pois docentes e discentes são sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. (UFRA, 2011, p. 49).

Através da extensão universitária, “a Instituição potencializa o comprometimento e a participação social para a troca de experiências; a assimilação e revisão de valores e prioridades; a construção de saberes e a interação entre universidade e sociedade” (UFRA, 2011. p.50). Assim, procura renovar os procedimentos no interior da UFRA para viabilizar o cumprimento de sua missão institucional em relação à sociedade e ao atendimento de suas demandas.

Como política institucional de extensão, a UFRA busca viabilizar e operacionalizar práticas participativas e representativas dos interesses das comunidades, através de programas e propostas em duas diretrizes prioritárias: “Disponibilização e democratização de informação científica, cultural e serviços comunitários; b) Promoção e participação no desenvolvimento sustentado de comunidades urbanas e rurais”. (UFRA, 2012a, p.5).

Para alcançar essas diretrizes desenvolve ações de extensão que compreendem

[...] as categorias de eventos, cursos, programas e projetos de extensão, publicações, atividades culturais, atendimento em modalidades esportivas, atendimento da área de medicina veterinária, voltadas para o atendimento do público interno e externo, interagindo principalmente com as comunidades do entorno da UFRA, como é o caso do Serviço de Cultura Física, do Hospital Veterinário, dos Programas e Projetos implementados em conjunto com o Governo do Estado – PROPAZ, com o Governo Federal, como o ACESSAR, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – ITES, entre outros, em parcerias e convênios com órgãos estaduais, municipais e federais. (UFRA, 2012a, p.3).

Para Bemvenuti ([s.d], p.1), um dos grandes desafios da educação de hoje ainda é encontrar “estratégias que contemplem as possibilidades e modalidades de diálogo entre os diversos grupos sociais, étnicos e culturais que coexistem em um espaço social de dimensões globais”, como as universidades, por exemplo.

A UFRA, na tentativa de apresentar e visualizar a universidade do terceiro milênio, mostra esforço em dar conta de seu compromisso social, hoje tão diferenciado de outros momentos da sua história, que também exigiram dela respostas nem sempre apresentadas ou adequadas às demandas do momento.

A extensão universitária na UFRA se construiu tentando dar conta de propósitos político-governamentais constituídos por programas políticos de cunho social, expressos em intenções de transformação da sociedade ao longo da história. Como lembra Bemvenuti ([s.d]), “à medida que a universidade vem-se sensibilizando com a dimensão dos problemas da sociedade da qual é parte integrante, seu gesto extensionista se reveste de outro caráter”, qual seja o de participar dos processos emancipadores da sociedade.

O envolvimento com projetos estratégicos nacionais e locais faz com que a extensão universitária caminhe na direção de projetos voltados para a sociedade, o que nos lembra de Paulo Freire, quando reflete sobre as teorias da ação cultural: “(...) os homens são seres do ‘quefazer’ porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo”. (FREIRE, 1980, p.145).

Na UFRA, as ações de extensão encontram-se embebidas por desafios de diversas ordens, dentre os quais podemos distinguir seu compromisso com as camadas mais necessitadas da sociedade, como, por exemplo, o Projeto Carroceiro, que atende trabalhadores autônomos da periferia da capital e municípios vizinhos, ensinando cuidados importantes para com os animais, bem como tratando dos já adoecidos por maus tratos e outros problemas que os acometem; até a parceria com o setor empresarial, como a efetuada com empresa STIL que resultou na implantação de um laboratório para prática de manuseio de máquinas utilizadas no campo. No âmbito interno da instituição, a coerência ético-político com vista à formação integral do estudante universitário busca construir e integrar ao perfil do estudante características de cunho humanístico que o possibilite conhecer a realidade vivenciada pelas pessoas no ambiente no qual vai desenvolver suas atividades profissionais futuras: o campo.

Mais uma vez Freire (1980, p.161) nos empresta sua reflexão para falar da qualidade dessa relação teoria-prática que a extensão proporciona e que pode abrigar a dimensão do diálogo: “de uma pedagogia problematizante e não de uma ‘pedagogia’ dos depósitos, bancários”. Nesse ambiente de convivência e trocas de informação e conhecimento é possível encontrar a concretude do pensamento Freiriano.

A partir dessas vivências, lembra Bemvenuti que ...

[...] as teias de informações construídas a partir das situações vivenciadas nas micro comunidades constituídas por alunos, professores e público envolvido nas propostas de intervenção trazidas pela extensão universitária encontram-se permeadas pelo momento histórico – causa e consequências das relações que nelas se produzem. (BEMVENUTI, [s.d] p.2).

O autor ainda questiona: “Onde podemos tentar realizar esse processo na universidade senão na extensão universitária?”; e conclui que a Extensão Universitária realiza a interface

direta entre a universidade e a sociedade, promovendo interações com públicos diferenciados. A extensão acaba por imprimir e fazer acontecer na universidade novas formas de relações e configurações entre educação, conhecimento e sociedade:

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
 A (re) construção do conhecimento com qualidade formal e política (aqui destacaria a primeira ruptura epistemológica concebida por Boaventura);
 A leitura correta da dinâmica da sociedade à medida que participa ativamente da mesma, de forma ágil e eficaz;
 A apropriação da realidade como lugar de geração, constituição e renovação permanente do conhecimento;
 A identificação das formas pelas quais o mundo se constrói e reconstrói;
 A visualização da estruturação da sociedade;
 A sustentação de uma educação diferenciada, comprometida com a promoção da justiça e o respeito aos direitos humanos;
 A promoção do ensino não-formal, atualizando as estruturas curriculares de forma permanente, integrando graus e níveis de ensino;
 A socialização do saber e a democratização da ciência em favor das necessidades da comunidade. (BEMVENUTI, [s.d] p.3).

É através das ações de extensão com a comunidade, que a universidade tem a oportunidade de responder a desafios que lhe permitem multiplicar seus espaços de ensinar-aprender, dando lugar às múltiplas configurações possíveis.

Desta forma, é nas interações que surge uma potência sinérgica toda vez que se dá lugar à subjetividade e à criatividade, num ambiente espaço-tempo em que a convivência é negociada e renegociada, ao invés de permanecer disciplinarmente cristalizada. Sem dúvida, a extensão universitária oferece uma nova paisagem educativa através da prática acadêmica. Nessa renegociação é possível identificar, na ação extensionista, a necessidade de criatividade e “jogo de cintura” (flexibilidade) para driblar as adversidades que se apresentam e exigem respostas rápidas, como a falta de estrutura física, material e de pessoal que por muitas vezes comprometem o desempenho das ações previstas.

A UFRA, por possuir em seu escopo o ensino na área de Ciências Agrárias também promove neste campo atividades de Extensão Rural, que veremos em seguida.

4.2 Extensão Rural

A Extensão Rural no Brasil surge num processo que fez parte de um acordo com agências de desenvolvimento norte-americanas que estavam interessadas na mudança da produção nacional para aumentar o consumo de máquinas e insumos industrializados nos anos 40 do século XX. (COSTA, 2001; TAUKE SANTOS, 2012).

Esse era chamado de modelo *clássico* de extensão rural, seguindo a lógica de interação comunicativa entre o meio rural e as novas tecnologias, no qual a extensão teria o propósito

de “transmitir os conhecimentos adquiridos no campo experimental e levar os problemas do povo rural às fontes de pesquisas”. (FONSECA, 1985 apud COSTA, 2001, p. 3).

Tauk Santos (2012, p.5), ao analisar o papel da comunicação de “introduzir o desenvolvimento via modernização dos contextos rurais”, atribui ao modelo clássico o *primeiro estágio* caracterizado pelo “Estado de bem estar, desenvolvimentista, de compromisso, cujo papel é empresarial, empregador e planejador”.

Após 1962, o que se configura é a teoria do *difusionismo* que postula a difusão e a alocação de ideias novas do conhecimento e traços culturais de ambiente civilizados para outros não civilizados, sendo possível afetar um sistema social através de adoção de inovação. Este está baseado nos processos mentais do indivíduo para adotar a inovação como: conhecer, persuadir, decidir e confirmar. (COSTA, 2001, p.3).

Com o propósito de aumentar a produção agrícola e conseqüentemente elevar o padrão de vida das comunidades rurais, os acordos e convênios foram firmados com as agências norte-americanas de vários ramos produtivos, como a Gás ESSO, Standart Oil CO, CARGILL, AGROCERES, EMA (esta destinada à construção de equipamentos para agricultura), acordos estes carregados de influência que afetaram tanto a filosofia, quanto os princípios, os métodos e os meios de comunicação. (COSTA, 2001, p.5).

Para atender a política de modernização são criadas várias associações e fundações para crédito rural, entre elas, podemos citar, em 1954, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR e o Escritório Técnico de Agricultura – ETA, este com um diretor brasileiro e um americano.

Vários convênios foram firmados entre essas Associações e o Ministério da Agricultura, a Federação de Associações Rurais, do Comércio, da Indústria e Bancos Privados. Assim, os “Estados foram imprimindo os serviços públicos de extensão rural”. (COSTA, 2001, p. 6).

Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Assistência Rural - ABCAR, que tinha como objetivo coordenar em nível nacional as associações estaduais. Depois outros órgãos foram sendo criados e também receberam a incumbência de cuidar das questões rurais, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA.

Dessa forma, o Brasil implanta o modelo *difusionista*, conforme aponta Tauk Santos...

O modelo de comunicação para o desenvolvimento no Brasil a partir da década de 1940, com a criação dos serviços de Extensão Rural, pelo governo brasileiro. O Estado, objetivando viabilizar a política modernizadora no campo, importa o modelo difusionista de Wisconsin e Michigan, contando com o apoio de organizações

internacionais como a Fundação Ford, a Fundação Rockfeller, a Fundação Kellog, entre outras [...]. Através de um sistema organizacional articulado em todo território nacional, capitaneado pela ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e assistência Rural, depois EMBRATER – Empresa Brasileira de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural, o governo cria um sistema de Comunicação Rural, segundo preceitos do manual “Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola”, de Willy Timmer (1954), que recomendava ”persuadir as populações rurais a aceitar a nossa propaganda”. Referia-se às informações tecnológicas que a gente ocupada em atividades agrícolas deveria incorporar para que as mudanças sociais acontecessem na direção pretendida: a modernização do campo. (TAUK SANTOS, 2012, p.2).

Para Tauk Santos (2012, p.1), o segundo estágio da Extensão Rural corresponde ao “*Estado neoliberal*, mínimo, cuja função é ser privatizador, desregulador, descentralizador. Nesse modelo o sistema estatal de comunicação para o desenvolvimento rural é desarticulado”.

O *Estado neoliberal* tem na globalização, que gera novos sentidos ao desenvolvimento nos anos 1990 um dos seus principais referentes. Neste desenvolvimento estão inclusos os aspectos tecnológico, econômico, cultural, político institucional e ambiental que têm como referente político o modelo democrático e no domínio econômico, a ideologia capitalista. (THORNTHON, 2006 apud TAUK SANTOS, 2012, p.3).

Para os autores supracitados seria este um movimento de integração cultural econômica provocado pela revolução tecnológica das comunicações e transportes, da consolidação do capitalismo e do ajuste estrutural sobre os sistemas econômicos em escala global, que atinge o aspecto rural. Assim:

Os sistemas econômicos centraram-se na liberalização da economia, na desregulamentação dos mercados, na redução do Estado, na confiança no papel dos mercados como *avalisadores* de recursos e na crença de que o crescimento econômico garantiria necessariamente seus benefícios ao conjunto da sociedade. (THORNTHON, 2006 apud TAUK SANTOS, 2012, p.3).

Dessa forma, à medida que o processo de descentralização do Estado avança traz consigo para a “agenda das políticas estatais a busca de parcerias e de um maior envolvimento da sociedade civil no controle das ações governamentais” e cria os Programas de Combate à Miséria e a Fome, em 1993, e o Programa Comunidade Solidária, em 1996. Da mesma forma articula programas voltados ao desenvolvimento rural cuja operacionalização requer participação das comunidades envolvidas, como o Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). (DRAIBE, apud CALLOU; TAUK SANTOS, 2008; TAUK SANTOS, 2012).

Além de incentivar o associativismo e a participação nos conselhos de desenvolvimento local, estimula a participação e fortalecimento das organizações nos contextos populares, sob o argumento da gestão participativa com ações para promover o

empoderamento das associações populares como ação que possibilita às associações melhorarem a capacidade individual e coletiva para atuar no cenário público, bem como fortalecerem as lideranças municipais, articularem parcerias com organizações governamentais, não governamentais e população local, além de viabilizarem ações permanentes de capacitação e assistência técnica para a população dos contextos rurais envolvidos no processo de desenvolvimento. (TAUK SANTOS; CALLOU, 2006 apud TAUK SANTOS, 2012, p.4).

Tauk Santos (2012) avalia essa fase com um balanço negativo e a define como “a década da exclusão, manifesta pelo aumento da pobreza rural e pela precariedade de acesso da população pobre do campo a terra, à moradia, à educação, à comunicação, entre outros”. É o esperado modelo de desenvolvimento global conectado que garantiria, além de espaço de democratização política, instrumentos que promovessem a racionalidade econômica produtiva apoiada em possibilidades locais, não aconteceu. (TAUK SANTOS; CALLOU, 1995 apud TAUK SANTOS, 2012, p.4).

Como resultado da implantação de novas tecnologias, do processo de globalização da economia, das políticas neoliberais e suas consequências, como a crise do desemprego e do estado providência e os efeitos desastrosos do modelo modernizador sobre o meio ambiente, surgiram novos desafios ao desenvolvimento rural, desta vez relacionados às políticas públicas de desenvolvimento e às novas concepções contemporâneas sobre o espaço rural, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas num mesmo território agrário, e as noções de desenvolvimento local e da sustentabilidade. (TAUK SANTOS, 2012, p.5).

Finalmente Tauk Santos (2012) elenca o *Estado pós-neoliberal*, que corresponde ao estágio atual, cujas características são de um *Estado regulador, solidário e estratégico*. A comunicação, nesse modelo, volta-se à gestão do desenvolvimento local sustentável, que precisa levar em consideração a “nova compreensão de território rural”, o modo de vida das populações rurais, a cultura massiva respaldada pela tecnologia e a urbanização do espaço rural, que traz consigo novas formas de trabalho a domicílio.

Para Costa (2001), as mudanças instituídas no setor agrário nacional relacionadas à Produção Agropecuária tiveram o suporte do caráter público e institucional relacionado à Extensão Rural, que possibilitou atingir aqueles que são afetados pelo processo de modernização do campo, que não têm acesso aos serviços de assistência técnica e que não podem pagar por eles. Ela questiona a proposta de uma extensão que “desenvolve o cidadão envolvido no processo”, ou seja, o serviço oferecido talvez não seja o que o cidadão do campo necessita, mas é o que, muitas vezes, será induzido a aceitar.

Caporal (1991, p.10), ao estudar os limites e as práticas extensionistas rurais, identifica-as como “resultantes de um processo histórico/dialético, permanentemente em construção/adaptação”, cujos modos de ação e objetivo que direciona à ação são resultantes de um movimento “instituinte” que dá forma ao pensar e agir característicos da “instituição” extensão rural, que pode ser visto neste breve histórico.

A instituição EMATER⁷, a que Caporal se refere como entidade jurídica da chamada esfera pública (na atualidade), é a extensão rural que atua na sociedade civil respondendo ao papel de “Aparelho Ideológico de Estado”. Ainda para Caporal (1991, p.10), a extensão rural organizada pelo Estado tem sua ação voltada para o âmbito das relações sociais que “interferem no desenvolvimento no modo de produção capitalista no campo como ‘política agrícola’ e executora de políticas para a agricultura ou de programas de desenvolvimento rural” que servem de suporte para a reprodução das relações de produção capitalistas.

Como assinala Mota, atualmente, na Região Amazônica rural, essa forma de desenvolvimento em que os contextos econômico, social, cultural, político e ambiental caminham juntos e se completam, vem sendo amplamente discutida, ao mesmo tempo em que são implementadas ações com base nessa concepção. (MOTA, 2006, p.13).

Nesse contexto emaranhado do sistema político-econômico, o Programa UFRA na Reforma Agrária se insere no leque das atividades de Extensão da Universidade visando dar conta de uma parcela dos objetivos da universidade.

4.3 Projetos de Assentamentos

O problema fundiário do Brasil remonta a 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias que estabeleceu o latifúndio.

Com a Independência, agravou-se o quadro com a troca de donos das terras que se deu sob a lei do mais forte, em meio à grande violência. Os conflitos ocorriam entre proprietários e grileiros apoiados por bandos armados. Durante o Império houve uma tentativa de ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. Contudo, um dos dispositivos (a proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro) reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores.

Na República, tampouco melhorou o perfil da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os temidos coronéis do interior. Apenas no final dos

⁷ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

anos 50 e início dos anos 60, com a industrialização do País, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade, que se urbanizava rapidamente.

Como consequência, no Nordeste são implantadas as Ligas Camponesas e o Governo cria a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) para interferir nos latifúndios. No entanto, com o Regime Militar, ambas são combatidas, e para tratar do assunto é editado o Estatuto da Terra Lei nº 4.504, de 1964, e criados o IBRA e o INDA (citados anteriormente), em substituição à SUPRA. Em 1966, é editado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Em 1970, o Decreto nº 1.110 cria o INCRA, resultado da fusão do IBRA com o INDA. (BRASIL, 2011, p. 3).

À época da criação do INCRA, mais do que reforma agrária, o Governo incentivou a colonização da Amazônia. Aqui chegavam levas de migrantes de vários estados do Brasil que foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica, onde empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários, atividade que além de ser mal sucedida, trouxe grandes conflitos que se estendem até hoje.

Na redemocratização, o tema da reforma agrária retoma com a instituição do novo Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, que tinha a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Foi criado também o novo Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), que não alcançou as metas somente 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares. Isso acirrou o debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte.

Como resultado, em 1987 foi extinto o INCRA logo em seguida, em 1989, o próprio MIRAD. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura, e em 1989 o Congresso Nacional recriou o INCRA, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada. A questão foi, então, vinculada diretamente à Presidência da República com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996, ao qual imediatamente se incorporou o INCRA, que desde 2000 está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (BRASIL, 2011, p.4)

Desde então os assentamentos são criados e reconhecidos pelo PNRA, sob a jurisdição e atuação das Superintendências Regionais do INCRA.

As áreas de assentamentos no Brasil fazem parte do Programa de Reforma Agrária e respondem a um conjunto de medidas que têm por objetivo “promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção”. (BRASIL, 2011,

p.1). A concepção de reforma agrária segue o estabelecido no Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Segundo o INCRA, na prática, a reforma agrária deve proporcionar:

- A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- O combate à fome e à miséria;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da cidadania e da justiça social. (BRASIL, 2011, p.1).

Segundo as diretrizes estabelecidas no II PNRA, a reforma agrária executada pelo INCRA “deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos”. (BRASIL, 2011, p.1).

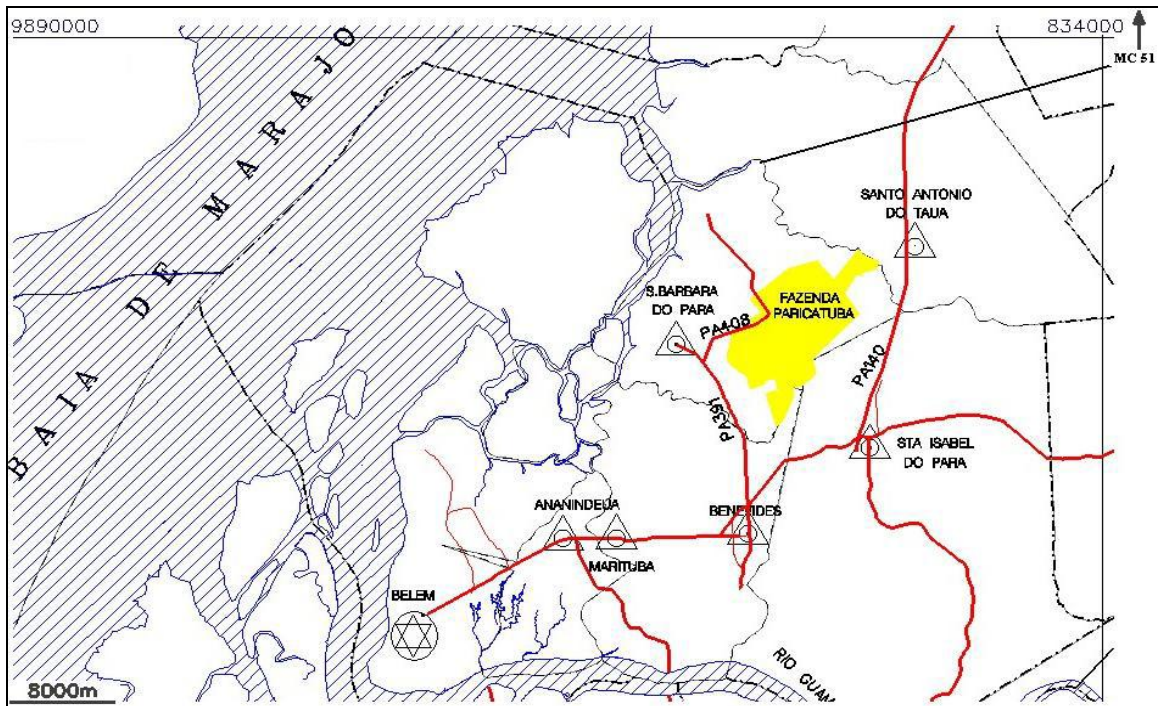
Os novos assentamentos, segundo o INCRA, seguem um novo modelo baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, que estão pautados na adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região, onde adequação institucional e normativa devem guiar uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários. (BRASIL, 2011, p.3).

Assim foi instituído o Projeto de Assentamento Abril Vermelho, campo desta pesquisa.

4.3.1 Assentamento Abril Vermelho

A área de influência do Assentamento Abril Vermelho (Fazenda Paricatuba) apresenta elevado passivo ambiental, com grandes alterações quanto ao uso e cobertura do solo, como resultado dos desdobramentos históricos que marcaram a ocupação da Bacia Hidrográfica do Baixo Tocantins-Araguaia (Figura 1). “A área está localizada na Região Costa Atlântica Nordeste e Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia às proximidades do ponto cartográfico UTM (E)809.270 e (N)9.865.469, Meridiano Central 51”. (INCRA, 2009, p.8).

Figura 1- Planta georeferenciada da Fazenda Paricatuba com o acesso e confrontantes



Fonte: INCRA (2009)

Não obstante, de acordo com o zoneamento ecológico-econômico, a área de abrangência do assentamento está enquadrada na zona de gestão denominada “Zona de Consolidação e Expansão de Atividade Produtiva” (INCRA, 2009 apud UFRA, 2012b, p.9). Este tipo de zona de gestão é definida como possuindo média e alta potencialidade produtiva, contingente populacional dentro do nível de suporte da área e grau de desenvolvimento que permite o fortalecimento do potencial existente e a consolidação de atividades competitivas.

O Assentamento surgiu em decorrência da ocupação realizada por famílias de sem terras e conseqüentemente da desapropriação da Fazenda Paricatuba, com 6.803 hectares, que pertencia a um complexo de imóveis de propriedade da empresa Dendê do Pará S.A. (DENPASA), no município de Santa Bárbara.

Considerada emblemática pelos movimentos sociais e pelo INCRA em virtude dos vários conflitos ocorridos pela disputa de suas terras, a Paricatuba foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária pelo presidente Lula, em 2005.

A Fazenda Paricatuba, definida como imóvel rural improdutivo, teve sua posse emitida em nome do INCRA em 2008, e foi transformada em Projeto de Assentamento (PA) do Governo Federal.

4.3.1.1 *Reconstrução histórica do Projeto de Assentamento (PA) Abril Vermelho*

O processo de formação histórica pelo qual passou o Assentamento Abril Vermelho envolve uma série de acontecimentos que apresentaremos reconstruídos através de relatos dos atores dessa história.

Segundo os assentados, o Movimento dos Sem Terra (MST) começou juntando e organizando grupos de famílias no Município de Castanhal, onde foram preparados para a mobilização e caminhada pela conquista da terra.

A luta pela terra passou a ser não apenas uma luta social e econômica, mas, sobretudo, política, embalados pelos grandes eventos ocorridos no Sul do Pará. Este um local simbólico desta luta e de confrontos com proprietários de grandes latifúndios que excluía grande massa de mão de obra rural e os deixavam sem condições dignas de sobrevivência.

O Movimento cresceu na década de 80 do século passado frente à necessidade de resistência ao modelo de desenvolvimento excludente. Ideologicamente, o MST chega para romper com as questões de dominação, questionando os direitos dos grandes proprietários e o modo como foram adquiridas as terras.

Eles percebem que o Pará, gigantesco em áreas agricultáveis, não satisfaz as necessidades de milhares de pessoas que vivem sem condições no campo e na cidade. Formam-se, então, vários grupos que se empenham em construir uma rede de luta pela terra para reforma agrária, materializada na busca de inclusão, integração e democratização das relações sociais, políticas e culturais.

No município de Castanhal, as famílias foram se agrupando para formar um movimento que envolveria outros municípios próximos à Região Metropolitana de Belém e que culminaria em grandes manifestações no centro da capital. Com o crescimento da demanda, foram formados subgrupos com 10 famílias para facilitar a organização; assim saíram em caminhada por quilômetros, fazendo várias paradas nos Municípios ao longo da Rodovia BR 316 com a intenção de juntar mais gente ao movimento, conforme relato de Dona Neta. Foram paradas em Benevides, Santa Izabel, Aurá e Che Guevara até chegar ao Centro de Belém.

Esse movimento começou em primeiro de setembro de 2001. Chegando em Belém e lá permanecendo acampado na Praça da Bíblia por um mês e vinte e nove dias. De lá só saíram por que foi cortada a água que existia na praça, segundo relato de Dona Neta, senhora de 55 anos, ambulante da Região Metropolitana que se juntou ao movimento levando consigo um

casal de filhos e três netas, e que cozinhava para alimentar os companheiros durante o acampamento. No dia de retirada, os líderes avisaram que estavam voltando para estrada, mas que ao fim chegariam à sua terra. No retorno, acamparam novamente no Município de Santa Izabel, dessa vez, levantando acampamento nos galpões das empresas dos “Mutran”, na localidade Americano, e lá permanecendo por sete meses “esperando a tão abençoada terra”. Lá se juntaram a três outros acampamentos chamados de Rosa Luxemburgo, Iza Cunha e Roseli Nunes (as três são consideradas mártires do movimento de luta pela terra).

Dona Neta relata que “essas paradas tinham essa função de agrupar mais pessoas ao movimento. Durante esses sete meses de acampamento muitos companheiros foram presos, mas nós não desistimos, todos sofreram muita repressão”. Os grupos foram unificados para formar volume e fazer pressão aos órgãos públicos. Segundo Dona Neta (entrevista)

[...] ficamos acampados e nada do poder público dá fé da gente. Resolvemos ir para BR 316, lá nós *fechemos, apanhemos* e batemos em motorista, saímos em rede nacional. Era uma família unida os membros do MST, quando foi para entrar aqui foi cerca de mil famílias, tinha até estrangeiro fazendo pesquisa que acompanhava o movimento. (DONA NETA, 55 anos).

No dia 16 de abril de 2002, os coordenadores informaram aos acampados que iriam para uma festa: “nesse dia o Brasil avermelhou”. Assim começava nova caminhada, só que dessa vez em direção à Santa Bárbara onde ficaram acampados por três meses embaixo de lonas na fazenda do Sr. Zeca Araújo. Como afirma Dona Neta, “todos ficaram juntos até que foi dividida a terra. É por isso que o assentamento recebeu o nome Abril Vermelho, por ter sido ocupado no mês de grandes manifestações”. (DONA NETA, 55 anos).

Depois que o MST dividiu a terra e distribuiu aos acampados através de sorteio, todos ficaram aguardando o desenvolvimento do processo de desapropriação da Fazenda Paricatuba pelos órgãos competentes. Nesse momento, segundo Renato

[...] houve algumas divergências dos participantes sobre a gestão, houve um racha e a bandeira do MST foi ‘baixada’ e entrou da FETAGRE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar). Não podemos negar a importância do MST na luta e na posse da terra, como organizador da luta ele é muito competente, mas para gerir o grupo já assentado eles não estavam dando conta. Com uma semana a FETAGRE já estava aqui, fomos até o dono da DENPASA e informamos que o MST não era mais nossa liderança, a partir daí as negociações avançaram. (RENATO, 53 anos).

Em 2005, a fazenda foi declarada área de interesse social e somente em 2008 transformada em projeto de assentamento pelo INCRA. O Projeto foi criado em novembro de 2009, segundo dados oficiais hoje existem 378 famílias, ou quase 400, segundo os próprios assentados.

O INCRA, no momento de transferência de posse da terra previa investimentos da ordem de 12 milhões em três anos no assentamento, inclusive com infraestrutura completa (energia elétrica, estradas e sistemas de abastecimento e tratamento de água), além de assistência técnica, de créditos para a construção de moradias e para o início do desenvolvimento de empreendimentos produtivos. No entanto, segundo os assentados, esta previsão não se cumpriu.

Hoje o assentamento possui estrada sem conservação e rede elétrica instalada sem os devidos rebaixamentos, sem transformadores necessários e sem iluminação pública. Atualmente ainda existem algumas moradias sem energia. Os demais itens ainda não foram implantados. O que mais é sentido pelos assentados é a falta de escolas para as crianças que são obrigadas a se deslocar diariamente, em condições inseguras, para outra localidade para estudar, como informa a mãe de três estudantes.

[...] muita coisa nós já conquistamos, mas tem coisa que tem lá fora que nós estamos buscando para transformar isso aqui. Não temos escola, as crianças passam o dia rodando dentro de um ônibus aqui no assentamento que é muito grande até chegar à escola, lá passam outro tempo e retornam e refazem tudo de novo, quando chegam em casa as crianças estão tonta de tanto rodar e cansadas, mesmo assim dão água para os animais, ajudam lavar uma louça e não tem outra coisa para fazer, não tem espaço para o lazer. Temos que mostrar que eles podem ter o que os outros têm lá fora, mas queremos que seja aqui dentro. (NETE, 35 anos, mãe de 3 meninas).

Eles já sabiam que as coisas não iriam ser conquistadas e construídas tão facilmente. Conforme menciona Dona Neta, “quando estávamos acampados nossos companheiros do Sul do Pará diziam: ‘você vão passar por muitas dificuldades, mas você vão ter seu próprio chão e construir lá dentro seu sonho’. Estamos no início do sonho”.

A construção das casas, outro componente prometido pelo INCRA, ainda não foi viabilizada, mas há uma esperança renovada com a responsabilidade da Caixa Econômica, uma vez que o assentamento foi incluído no Programa “Minha Casa Minha Vida”. Isto tem sido motivo de grande alegria aos assentados, pois as associações estão negociando diretamente a casa para seus filiados. Editais de licitação já foram publicados e algumas empresas já estão em processo adiantado para a efetiva execução das construções.

Neste sentido, apesar das associações dentro do assentamento possuírem um papel importante, estas são vistas por muitos como pouco atuantes para o tamanho das necessidades do Assentamento, motivo pelo qual afirmam que, a partir da construção de suas casas, muitos irão fazer sua desfiliação, processo que fragilizará as associações. Uma das coordenadoras de associação atribui esta situação “[...] à falta de interesse coletivo. Poucos querem assumir compromissos; e à falta de confiança entre os colegas, atitudes que foi se fortalecendo com a

demora em ações estruturantes dos órgãos responsáveis pelo Assentamento” (CLEIA, 44 anos, coordenadora de uma associação local).

Há também depoimento de confiança e entusiasmo de outro coordenador de associação em função das atividades que a sua associação está desenvolvendo e dos membros que estão a ela ligados. Nesse caso, ele atribui o entusiasmo ...

[...] á importância de se organizar, de buscar o que for bom para todos. Não quero que deixem relaxar, nós vamos atrás mesmo, mesmo com todas as dificuldades, tem membro da associação que mora há mais de vinte quilometro de distância do outro. Isso prejudica a comunicação, devido às condições em que vivem para se locomover. Aqui só alguns têm bicicleta, mesmo assim vejo no fato da pessoa emprestar seu nome para conseguir alguma coisa conjunta uma importância enorme. Hoje poucos pagam a associação, mas entendo que é complicado manter uma despesa sem ter de onde tirar, mas agradeço pelos que estão interessados em se manter unido. (AURI, coordenador da Associação dos Trabalhadores na Agricultura - ASTRAG I).

Outra reclamação dos entrevistados diz respeito aos investimentos de conservação de estradas disponibilizados pelo Governo Federal para a Prefeitura de Santa Bárbara. Estes teriam sido mal investidos e, mesmo assim, alguns dirigentes de associações teriam assinado o atesto de serviço realizado, causando descontentamento entre os assentados que se veem obrigados a trafegar nas estradas cheias de buracos e lama, que trazem inclusive prejuízos ambientais, uma vez que em algumas vias foram escavadas valas para escoar as águas das chuvas diretamente para os igarapés causando assoreamento.

Em outras falas podemos perceber a relação com o “Poder Simbólico” que é atribuído aos dirigentes de associação. Os associados esperam que seus dirigentes se utilizem desse poder junto aos órgãos públicos, bem como junto às pessoas de influência política para conquistar as demandas coletivas. Enquanto alguns vêem nesse poder algo positivo citando alguns ganhos dessa relação, há outros insatisfeitos ou opositores que vêem de forma negativa inclusive os acusando de receber benefícios próprios em vez de lutar pelo coletivo.

Nessa corrente dos pontos negativos, a própria ação da UFRA foi citada como desfavorável, uma vez, que segundo a Sra. Cléia, “algumas associações não se sentiram convidadas a fazer parte do planejamento das ações do Programa no Assentamento”. A construção de discursos de oposição às ações da UFRA, realizadas sem acordo com as associações, explicita a disputa simbólica de relação de poder. Percebe-se que alguns dirigentes queriam ter o controle da ação promovida pela Instituição e, como não foi assim acertado, deixaram de apoiar essas ações esvaziando a adesão de membros de algumas associações nos grupos de trabalhos.

Relembrando Bourdieu, há um forte poder delegado ao representante dos grupos, poder simbolizado na linguagem e representado pela posição que ocupa. Geralmente, os

membros dos grupos ficam esperando a posição do seu representante sobre as diferentes questões em função de a este ser atribuído o papel de conhecedor e facilitador de muitas ações, sendo-lhes atribuídos, a partir do contexto sócio-espacial, legitimidade e poder político para responder em nome do grupo. (BOURDIEU, 1989).

Foi também relatado nas entrevistas que, em função do pouco investimento e demora na execução das ações previstas, muitos lotes foram vendidos ou abandonados pelos seus donos por não conseguirem subsistir sem ajuda governamental. Há também outras justificativas sobre as evasões que dizem respeito à falta de habilidade e experiência com a terra uma vez que alguns foram acostumados a viver na cidade, mesmo que com poucas regalias, e não conseguiram sobreviver às duras privações do Assentamento.

Uma das consequências, a falta do investimento, que gera reclamação dos assentados diz respeito à falta de apoio técnico para desenvolver as culturas e criações, ambas executadas com recursos próprios que, em muitos casos, não obtém retorno em função das perdas por infestação de pragas ou por ter preparo inadequado das mudas, do solo ou falhas na própria manutenção da produção.

Nas entrevistas, foi abordada a importância das atividades de extensão universitária desenvolvida pela UFRA para ajudar na construção de projetos produtivos do Assentamento. Isto já havia sido manifestado em muitas ocasiões nos encontros relacionados às atividades do Programa, com respostas positivas e bastante entusiasmadas por aqueles que continuaram no Projeto.

4.4 Programa UFRA na reforma agrária: extensão universitária para a formação humanística e cidadã

A prestação de serviços adequados de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) aos Projetos de Reforma Agrária no estado do Pará tem sido um enorme desafio. Segundo o INCRA, isso se deve à não observação dos princípios do PNATER⁸ e, tampouco, das orientações metodológicas do Programa de ATES pelas prestadoras de serviço locais e regionais. (INCRA/SR-01, 2011apud UFRA, 2012b, p.10).

Segundo a UFRA (2012b, p.10), a qualidade da formação profissional em Ciências Agrárias na Instituição sofre impacto negativo decorrente das poucas oportunidades de

⁸ PNATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, Lei 12.188/10.

vivência dos problemas enfrentados pelas empresas rurais, agroindústrias e agricultores familiares da região, por parte dos estudantes dos cursos ministrados nesta área.

Da mesma forma, é possível entrever a provável correlação das dificuldades enfrentadas pelas duas instituições em conceber uma estratégia de solução conjunta de ambos os problemas. Assim, o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) disponibiliza edital que possibilita um instrumento promotor do caráter orgânico-institucional dos vínculos do ensino com a extensão.

O PROEXT torna-se um propulsor dessas ações de formação de profissionais de Ciências Agrárias que sejam conhecedores dos desafios concretos – de natureza socioeconômica, político-institucional, gerencial e ambiental – implicados nos esforços de desenvolvimento da sustentabilidade das atividades produtivas, da melhoria das condições de vida e da preservação dos recursos naturais na Amazônia.

Aproveitando-se dessa oportunidade a UFRA propõe trabalhar ações que minimizem os desafios, relacionadas à produção agrícola, presentes nas áreas de influência do Assentamento Abril Vermelho localizado em Santa Bárbara do Pará.

A escolha deste Assentamento foi realizada em comum acordo com o setor de ATER⁹ do INCRA (SR-01), e representa a confluência de dois fatores principais: (1) a necessidade de suprir serviços de ATER ao Assentamento localizado fora dos Territórios da Cidadania¹⁰ e (2), a proximidade da capital, Belém, onde se localiza a sede da UFRA. (UFRA, 2012b, p.7).

Dessa forma, o Programa UFRA na Reforma Agrária tem por objetivo conferir identidade institucional, continuidade e coordenação às múltiplas ações da Universidade no ensino, pesquisa e extensão realizada em áreas de assentamento ou relacionada ao tema da Reforma Agrária, agregando em um Programa todas as ações desta natureza. (UFRA, 2012b, p.7).

A institucionalização do Programa fortalece a parceria com o INCRA, favorecendo a articulação das iniciativas da UFRA com os direcionamentos estratégicos e prioridades definidas pelo órgão para o Assentamento. Deve-se salientar que o Assentamento Abril Vermelho é objeto do projeto em andamento, na linha de desenvolvimento rural, e apoiado pelo Edital MEC/SESu/PROEXT 2010 e 2012.

⁹ **ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

¹⁰ **Território da cidadania** - Municípios com população média inferior a 50 mil habitantes e densidade populacional média menor que 80 habitantes/Km². Atualmente, o MDA/SDT está apoiando diretamente 120 territórios rurais que compreendem 1.833 municípios. O Pará compreende municípios da Transamazônica, Baixo Amazonas, Nordeste e Sudeste Paraense. (BRASIL, 2009)

No âmbito do Assentamento, a concretização do referido potencial depende, criticamente, da eficácia das ações de educação ambiental, capacitações técnica e gerencial e um efetivo empoderamento dos beneficiários do projeto, relativamente aos recursos criativos, intelectuais e morais, que serão requeridos para garantir o bom desenvolvimento e a efetiva consolidação do assentamento. (UFRA, 2012b, p.12)

Questões como cadeias agroindustriais dos arranjos produtivos locais e dos diversos fenômenos e tendências associadas à globalização dos mercados demandam relações sistêmicas envolvidas na sustentabilidade dos negócios agrícolas. Estes últimos se tornaram ainda mais complexos, de tal forma que os conhecimentos e as habilidades requeridas para o bom desempenho dos negócios agrícolas não estão mais circunscritos ao simples domínio das técnicas produtivas, mas passaram a requerer habilidades gerenciais de alto nível.

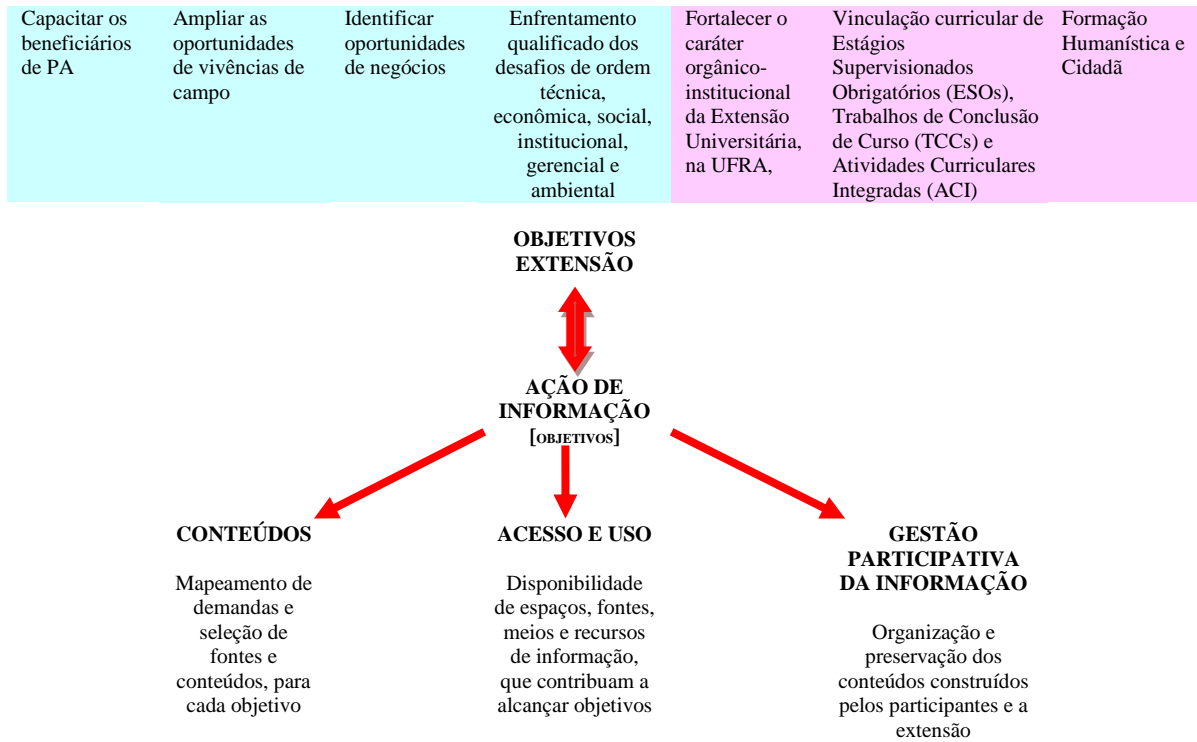
Tais habilidades estão ligadas não somente aos aspectos comerciais e financeiros dos negócios, mas, principalmente, ao desenvolvimento de uma sensibilidade de gestão capaz de captar tendências comportamentais e mudanças de valores humanos, que se refletem nas preocupações, preferências e expectativas de consumidores-clientes, fornecedores, distribuidores, e outras organizações com interesses ligados à cadeia de valor do empreendimento. (UFRA, 2012b, p. 12).

Da mesma forma, o sucesso dos empreendimentos ou oportunidades geradoras de trabalho e renda para os beneficiários da Reforma Agrária requer disposição e criatividade para produzir soluções gerenciais inovadoras, que não podem ser transferidas por meio de uma extensão rural convencional, entendida como mecanismo de simples transferência tecnológica. Há necessidade de trabalho mais extenso incluindo formação e sensibilização dos envolvidos. (UFRA, 2012b, p. 12).

Observada as considerações acerca das questões acima traçadas, o Programa UFRA na Reforma Agrária intervêm no Assentamento Abril Vermelho com ações voltadas para o desenvolvimento de atividades produtivas com as famílias assentadas que aceitaram participar da formação para construção de projetos produtivos.

A figura abaixo representa os principais objetivos do Programa de Extensão no Assentamento. Os iniciais (em verde) dizem respeito aos Assentados e os seguintes (em rosa) ao Institucional, seguido dos objetivos proposto por esta pesquisa referentes à identificação e o estabelecimento da Ação de Informação segundo o seu conteúdo, acesso e uso, e gestão participativa da informação relacionadas à organização e preservação dos conteúdos construídos pelos participantes do Programa (Figura 2).

Figura 2 – Objetivos das ações de Extensão no Programa UFRA na Reforma Agrária e os objetivos da Ação de Informação construídas a partir das ações no Assentamento PA Abril Vermelho.



Fonte: O autor (2014).

4.4.1 Estruturação da metodologia aplicada no Assentamento

O Programa UFRA na Reforma Agrária trabalha com seis (06) grupos de agricultores desde janeiro de 2013, desenvolvendo oficinas com perspectivas voltadas para o desenvolvimento do aspecto econômico e produtivo do assentamento. Escolheu-se aplicar a metodologia GESPAR (Gestão Participativa), utilizada pelo BNDES em cooperação com o PNUD e o Banco do Nordeste em ações de capacitação das organizações associativas de produtores rurais e urbanos no nordeste brasileiro.

Esta estratégia metodológica contempla os aspectos teórico, técnico e instrumental, orientada para uma concepção de desenvolvimento de um conjunto de valores humanistas que permitem diálogo ativo de problematização contínua, interação interdisciplinar e multissensorial capaz de facilitar o surgimento de soluções mais criativas a cada realidade e, principalmente, de reduzir a possibilidade de elaboração de projetos dissociados da demanda da comunidade, favorecendo o empoderamento e a potencialidade do grupo e da comunidade.

A condução de um projeto participativo não é uma tarefa fácil e exige qualidades individuais e sociais observáveis na biografia do sujeito. É requerida uma nítida capacidade de liderança e um relacionamento democrático, oferecendo a todos o contexto ideal de

motivação e desempenho. Por outro lado, os processos da pesquisa participativa e de capacitação bem conduzidos exercem um efeito significativo nas trajetórias de vida sobre as pessoas ou grupos destinatários. (THIOLLENT, 2002. p.9)

ThiolleNT aponta que nem todos os projetos de extensão são do tipo emancipatório, mas que este tipo deve ser buscado, especialmente quando se trata de extensão voltada para “interesses populares ou superação de obstáculos sociais”, neste caso, a construção e desenvolvimento produtivo de grupos de assentados que recebendo planejamento, financiamento e assessoria técnica podem alcançar o sucesso e exigir como consequência um programa de apoio à criação de cooperativas para comercialização da produção. Dessa forma, “a emancipação representa uma promoção de caráter coletivo e compartilhável entre os membros”. (THIOLLENT, 2002. p.9).

Um projeto de extensão pode ser considerado emancipatório quando as atividades que lhes são associadas incitam as pessoas a superar os obstáculos e limitações que encontram em sua vida social, cultural ou profissional.

O emprego de métodos participativos de diagnósticos, planejamento e gestão de ações coletivas e empreendimentos solidários constituem o mais importante referencial metodológico da nova Assistência Técnica e Extensão Rural (nova ATER) e dos serviços de ATES em assentamentos de reforma agrária. Inclusive, essa mudança se estende à nomeação; por exemplo, a assessoria passa nomear facilitadores, que buscam solucionar os problemas com inclusão social e ambiental, explicitando o caráter polivalente, multidimensional dos serviços de ATES, para além das questões produtivas. (MEYER; COSTA; PINTO, 2013, p. 2).

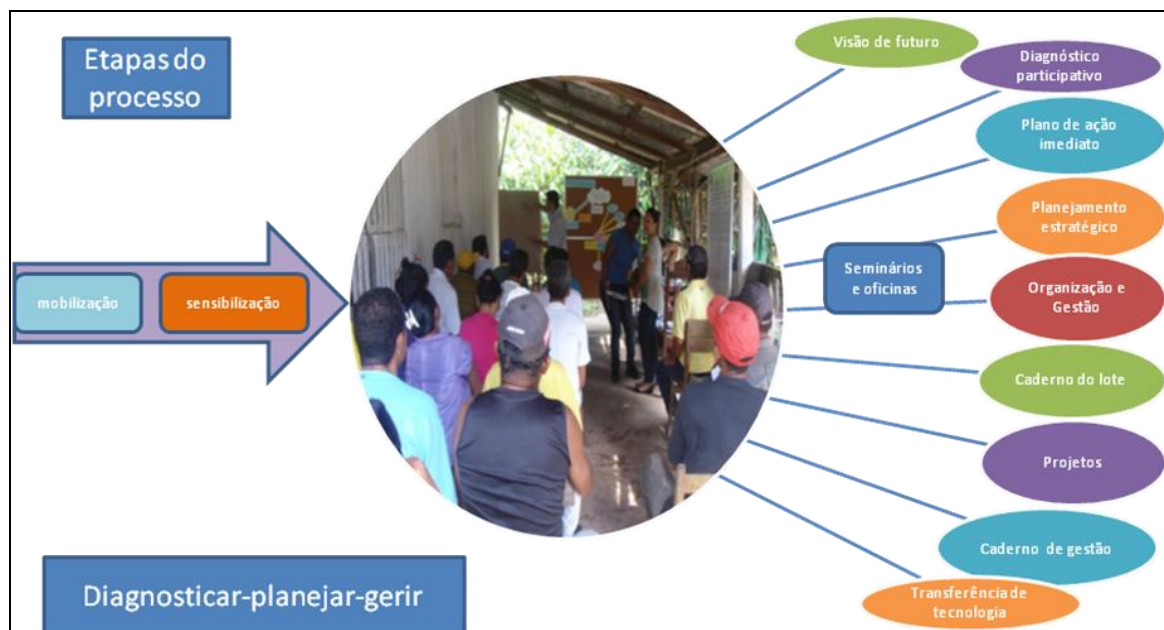
A ideia é provocar mudança de comportamento na produção rural, respeitando a cultura, o saber e o modo de pensar das pessoas. Dessa forma, sensibilizar e motivar o agricultor para trabalhar em um projeto envolve **concertação**, através de ações visando à formação de parcerias e à construção dos arranjos institucionais pertinentes aos propósitos e abrangência da intervenção; **capacitação**, que envolve atividades de aprendizagem e reciclagem de conhecimento institucional e comunitário para desenvolvimento de uma atividade, com foco na construção de arranjos policêntricos de governança que viabilizem a participação cidadã e o controle social do Estado, resgatando a legitimidade representativa das organizações sociais, políticas, culturais e religiosas; e **acompanhamento permanente**, que justifica a estratégia de diagnosticar, planejar e gerir os projetos desde a construção da visão de futuro até a sua estabilidade financeira. (BNB/PNUD, 1995, p. 32; MEYER; COSTA; PINTO, 2013, p.13-15).

Além do desenvolvimento institucional e comunitário, as capacitações incluem as dimensões produtiva e ambiental. A primeira enfatiza o potencial empreendedor e as qualificações para as funções gerenciais e operacionais. Nessa dimensão (produtiva), a metodologia GESPAR busca desenvolver o espírito de solidariedade, estimulando formas de cooperação empresarial (BNDES/PNUD, 2000, p. 48). Na dimensão ambiental, a GESPAR trabalha “a conscientização e o comprometimento dos indivíduos, empresas, organizações sociais e instituições com os problemas ambientais e suas possibilidades de soluções [...]”. (BNDES/PNUD, 2000, p. 49 apud MEYER; COSTA; PINTO, 2013, p.13).

A equipe que desenvolve o GESPAR no Núcleo de Desenvolvimento Local (NDL-UFRA) atua na capacitação dos participantes do Programa UFRA na Reforma Agrária (professores, alunos bolsistas e técnicos). Utilizando-se dessa metodologia, o Programa espera construir, junto com os participantes dos seis grupos, atividades produtivas viáveis de serem desenvolvidas no assentamento.

Esta construção está baseada em ações coletivas (palestras e oficinas de capacitação) e individuais (ciclo de campo, caderno de lote) realizadas em etapas, conforme Figura 3 a seguir:

Figura 3- Etapas da Metodologia GESPAR nas atividades do Programa de Extensão no Assentamento Abril Vermelho –Santa Barbara-Pa.



Fonte: Adaptado de UFRA (2012)

A primeira etapa construção de VISÃO DE FUTURO – tem como objetivo a definição pelos grupos do que querem produzir em seus lotes. Esta atividade envolveu todos os membros de cada grupo, contando com a participação dos técnicos que esclareceram a natureza do programa (voltado para trabalhar a viabilidade de cada projeto de acordo com o desejo e a escolha do grupo). Cabe notar que apesar de não se tratar de projetos individuais,

estes podem ser viabilizados a partir do desempenho econômico do projeto coletivo. Após a construção da visão de futuro de cada grupo, os resultados dos grupos foram apresentados e mapeados como VISÃO DE FUTURO DO TERRITÓRIO em assembléia com todos os membros dos grupos presentes. Nesta oportunidade, todos puderam visualizar que o sonho de um grupo se transformou em um projeto de grande porte que levou muitos a pensarem em um passo maior: a comercialização em maior escala.

Na etapa seguinte, cada grupo em separado construiu o chamado DIAGNÓSTICO de viabilidade das atividades escolhidas, a partir do qual os grupos poderiam visualizar o contexto local fazendo um “raio x” do ambiente no qual estão inseridos.

De acordo com o diagnóstico construído foi realizada outra oficina para construção do PLANO DE AÇÃO IMEDIATO (PAI), que visa solucionar problemas identificados pelo grupo, como pontos de estrangulamento para a atividade produtiva desejada, cuja resolução também é identificada por eles.

Em seguida, a construção do CADERNO DO LOTE, etapa na qual são visitados os lotes dos assentados participantes dos grupos para levantamento individual de informação dos aspectos geográficos, de solo, familiar, atividades produtivas já existentes e questões relacionadas à área de reserva. Nessa etapa foi realizada a coleta do solo para exames laboratoriais, que exigiu três meses de atividades e um grupo multidisciplinar ampliado. Após essa atividade, ocorreu outro encontro com os grupos em separado para apresentação dos dados diagnosticados nos testes de laboratório, lote a lote, com as devidas recomendações previstas para cada cultura, de acordo com a visão de futuro do grupo ao qual o lote pertence.

Depois de possuir informação consistente dos lotes e do solo, os técnicos voltaram aos grupos para a construção dos PROJETOS PRODUTIVOS previstos na visão de futuro. Neste, há indicação detalhada do tipo, quantidade e qualidade do material necessário, das ações a serem realizadas para sua implantação, além de cursos de capacitação, de manejo, sobre legislação, entre outros; bem como qual o tipo de financiamento indicado para a atividade proposta. Munidos das informações construídas nos grupos, os técnicos retornam aos gabinetes para ajustar os projetos aos padrões adequados de apresentação para os órgãos financiadores, sendo que antes retornam aos grupos para apresentação e aprovação do projeto final.

A etapa seguinte é constituída de mais uma oficina de construção do CADERNO DE GESTÃO, onde cada um dos agricultores aprende técnicas de como gerenciar sua produção. Na última etapa, o Programa prevê a TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA de acordo com as necessidades apontadas nos projetos (estes dois últimos ainda em andamento).

Na fase transferência de tecnologias específicas as equipes de facilitadores passam a atuar menos como executoras e mais como articuladoras de oportunidades de treinamentos em técnicas e conhecimentos específicos, oferecidos por entidades e instituições especializadas, nos diversas áreas de interesse das organizações (BNB/PNUD, 1995, p. 32). De forma geral, inserem-se aqui conteúdos relativos à produção, crédito, comercialização, agronegócio, mercados, educação e legislação ambiental, dentre outros assuntos considerados relevantes, em conformidade com as situações locais. (MEYER; COSTA; PINTO, 2013, p.15).

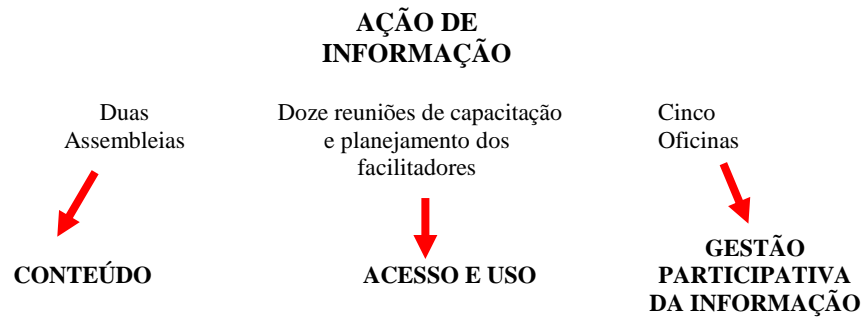
O Programa apresentou nova proposta ao edital PROEXT_2014 para dar continuidade ao acompanhamento das atividades no Assentamento e dos produtores até que eles estejam prontos para se manterem sozinhos. Entretanto, a proposta não foi contemplada no edital de resultados, obrigando o coordenador do Programa e seus colaboradores a buscarem alternativas para cumprir o proposto no plano inicial e dar continuidade às atividades iniciadas.

Este processo, no qual os avaliadores do edital do PROEXT_2014 do MEC não levaram em consideração os programas em andamento gerou consequências que comprometeram a sequência de um trabalho que exige mais de um ano para se consolidar, ponto discutido com o avaliador do MEC, que esteve na UFRA logo após o resultado do edital, na ocasião do processo de avaliação de outro recurso do PROEXT utilizado no Programa e aplicado em 2010.

4.5 A Extensão Universitária e as Ações de Informação

Conforme os objetivos descritos na figura 2, este trabalho prevê a construção de ações de informação de CONTEÚDO, que apresentam indicativos para o mapeamento de demanda de fontes e conteúdos para cada objetivo do programa; o ACESSO E USO, que discute e apresenta disponibilização de espaço, fontes, meios e recursos de informação que contribuam para o alcance dos objetivos do programa de extensão e a GESTÃO PARTICIPATIVA DA INFORMAÇÃO, que diz respeito à organização e preservação de conteúdo construído pelos participantes no decorrer das ações, apresentadas a seguir (Figura 4).

Figura 4 – Ações de Informação construídas a partir das atividades no Assentamento PA Abril Vermelho



	CONTEÚDO	ACESSO E USO	GESTÃO PARTICIPATIVA DA INFORMAÇÃO
1ª Assembleia	Mobilização Análise inicial da situação da área	Seminário expositivo	Participar na tomada de decisão
	Sensibilização Para sobrevivência no assentamento	Texto com dinâmica de grupo	Participar da economia local
Oficina Visão de Futuro	Motivação Resposta aos investimentos públicos	Texto e vídeo motivacional	
	Tabela APP Glossário florestal, Reserva legal Manual ATES, MP 571/2012, Lei 12651/2012, Código Florestal, DAPI (Declaração de Aptidão ao PRONAF) Avaliação cadastral de adimplentes ao PRONAF	Documentos citados com apresentação de pontos, capítulos e/ou artigos	Solicitação de oficina específica para aprofundamento da legislação ambiental
2ª Assembleia	Resultados das oficinas de visão de futuro dos grupos	Texto “o milho bom” Dinâmica de grupo Plano de desenvolvimento do Programa Painéis com informação dos grupos	Painéis apresentado pelos coordenadores dos grupos
Oficina Diagnóstico Participativo	Dinâmica “olhar além da Janela”	Conhecimento empírico dos participantes	Participação ativa dos membros do grupo
	Ferramenta de Gestão “raio x” Seminário sobre sistema e ambiente	Planilha para diagnóstico Painéis informativos	
Oficina Plano de Ação Imediata	Lei ambiental	Seminário informativo	Entendimento para os objetivos a serem alcançados
	Uso de agrotóxicos, reserva permanente, Desmatamento desordenado, Caça predatória, Invasão e roubo, Código civil – direitos e deveres	Citação de fontes de acordo com as demandas	Apropriação da ferramenta Comprometimento com os projetos
Oficina Coleta e análise do solo	Marcação e uso do GPS	Atividade prática no lote	Participação ativa no processo de coleta
	Técnica de coleta Composição e importância dos elementos químicos, Tipos de corretivos e fertilizantes, Drenagem do solo, Tipos de relevo, Tipos de vegetação, Exigência de nutrientes	Uso do GPS Uso de ferramenta de coleta Aula Expositiva Documento da análise individual de cada lote	Participação ativa dos participantes dos grupos Participação ativa dos participantes dos grupos
Oficina Construção de projetos	Dois etapas: fruticultura e criação de animais	Conhecimento dos agricultores empírico e dados técnicos dos facilitadores	Participação ativa dos membros dos grupos
	Planilha de planejamento		

Fonte: o autor (2014)

4.5.1 Conteúdo

Trabalhou-se, durante o acompanhamento das atividades realizadas no Assentamento Abril Vermelho, com o objetivo de mapear as demandas por conteúdo e a seleção de fontes utilizadas naquela ocasião para atender cada objetivo proposto no Programa UFRA na Reforma Agrária.

Em um ano foram realizadas duas assembleias compostas por membros pertencentes aos seis grupos; cinco oficinas com os seis grupos, realizadas individualmente para cada grupo; doze reuniões de capacitação e planejamento da equipe de facilitadores da UFRA.

Esses dados servem para ilustrar um rol de ações que se desmembraram em outras tantas que exigiram seleção de conteúdo para atender a cada momento uma atividade. A organização da primeira assembleia de apresentação do Programa UFRA na Reforma Agrária exigiu grande esforço da equipe de colaboradores na mobilização das pessoas para participar e na busca por aspectos que chamassem atenção para a seriedade da intervenção da UFRA nesse assentamento, uma vez que as pessoas já se mostravam desacreditadas na obtenção de ajuda de órgãos públicos.

A equipe precisou mostrar conhecimento das questões locais, dos projetos que já haviam sido executados sem sucesso e do histórico da área, pertencente a uma grande empresa de dendê abandonada tanto pela infestação de pragas quanto pela degradação do solo como consequência da cultura do dendê. Precisou sensibilizá-los para a necessidade de se organizarem de forma a garantir sua sobrevivência da terra, de darem respostas aos investimentos públicos no assentamento e de se sentirem fazendo parte da economia do Município de Santa Bárbara e do seu entorno.

Para as oficinas de construção da Visão de Futuro de cada grupo, a equipe de facilitadores passou por treinamento de formação pela Metodologia GESPAR, que se estabelece em quatro pilares: **a) aprender a conhecer** – para buscar autonomia, buscar o novo e reconstruir o velho e tornar generoso o ato de aprender; **b) aprender a fazer** – saber enfrentar situações adversas, desenvolver espírito cooperativo e colaborativo, desenvolver humildade, reelaborar conceitos para trocas com os grupos; **c) aprender com o outro** – aprender a viver o outro, aprender compreender o outro, desenvolver concepção de interdependência, administrar conflitos, participar de projetos comuns, ter prazer no esforço comum; **d) aprender a ser** - desenvolver sensibilidade, desenvolver sentido ético e estético, apresentar responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, desenvolver imaginação criativa e iniciativa e incentivar a aprendizagem integral.

Essa formação foi essencial para colocar todos os membros da equipe, composta de professores, técnicos e bolsistas, se não no mesmo nível de entendimento, mas ao menos colocá-los em posse de informações importantes acerca da ação a ser desenvolvida. Da mesma forma, a preparação para lidar com a metodologia GESPAR foi muito importante para colaborar na construção da oficina de Visão de Futuro, uma vez que, apesar das pessoas dos grupos serem muito simpáticas, estavam extremamente arredias com as instituições devido a muitas promessas e poucas realizações anteriores.

O entrosamento é essencial para que um grupo comece um trabalho em conjunto. Para tal, as oficinas iniciavam com uma dinâmica de apresentação em que cada pessoa recebia uma frase para apresentar cantando e, ao mesmo tempo, introduzir o nome de um colega do grupo e apresentá-lo aos demais mencionando uma de suas características. Dessa forma, descontraía-se o ambiente e todos participavam, mesmo aqueles que não sabiam ler, na medida em que o colega ao lado lia para ele a frase e depois a pessoa cantava. Na oficina, a “girândola” das etapas do Programa foi novamente lembrada passo a passo destacando, o passo que estava sendo dado naquele momento.

Nessa oficina foram utilizadas informações de conteúdo específico para o produtor rural, como a tabela da área de preservação permanente (APP), o glossário florestal, a Reserva legal, as informações do Manual ATES, a Medida Provisória 571/2012 e Lei 12651/2012 do novo Código Florestal, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAPI) e a avaliação cadastral de adimplentes para receber o PRONAF.

Vale ressaltar que as informações vão sendo construídas à medida que o grupo interage, fazendo perguntas, ou pela necessidade de mais informação para, por exemplo, o grupo entender um conceito para seguir em frente com os trabalhos. Essas informações foram apenas mencionadas, as fontes não foram apresentadas, mas há indicação que em alguma parte do Programa serão realizadas oficinas específicas para se trabalhar cada um desses conteúdos. Esse momento pode acontecer na etapa de transferência de tecnologia onde os cursos e oficinas mais específicos serão realizados.

Nas oficinas de construção do Diagnóstico para viabilidade da Visão de Futuro os grupos já estavam mais animados e unidos, o que facilitou muito essa construção. Nessa atividade todos tomaram conhecimento de uma ferramenta utilizada por gestores para planejamento das ações, pois precisavam fazer uma espécie de “raio x” do seu lote e de todo o assentamento. Antes, participaram de uma dinâmica que exigia o senso coletivo de todos os membros dos subgrupos: uma foto foi dividida em janelas (partes) onde um a um olhava uma janela para no final construir o todo. Se no grupo não houvesse planejamento de visualização

da janela, poderia acontecer de todos abrirem a mesma janela e não conseguirem enxergar a imagem toda.

Assim foram convidados a pensar e olhar além de sua janela para montar dois quadros de tudo que tem nos seus lotes e em todo o território do Assentamento um chamado **Sistema** e outro **Ambiente**. Utilizando-se de uma ferramenta da administração foram elencados os elementos do sistema e do ambiente, onde sistema é tudo aquilo que eles mesmos podem modificar ou são capazes de fazer, que pode ser uma potencialidade ou um ponto de estrangulamento, ambiente é tudo aquilo em que precisam de ajuda ou não se pode modificar sozinhos, ou ainda, uma situação com a qual se precise aprender a conviver com a situação e que pode ser tanto uma oportunidade quanto uma ameaça ao projeto construído na etapa concernente à visão de futuro.

Esse conteúdo foi apresentado como um seminário informativo para que todos tomassem conhecimento desses novos conceitos e, no processo de construção dos quadros, pudessem discriminar o que era sistema do que era ambiente. Todos, ou quase todos, souberam responder. A importância dessa ferramenta se apresenta na possibilidade de ser aplicada em outras ações que eles venham a desenvolver, como por exemplo, na área da educação um dos assuntos discutido pelos grupos, uma vez que a falta de escolas prejudica o desenvolvimento do assentamento.

Quando foram realizadas as oficinas de Plano de Ação Imediato (PAI), ao mencionar os problemas elencados pelos grupos no diagnóstico como passíveis de resolução, vários conteúdos foram discutidos, como a lei ambiental – sobre o uso indevido de agrotóxico, sobre reserva permanente e desmatamento desordenado, caça predatória e o código civil – sobre direitos e deveres do cidadão, invasão e roubo de produção.

O objetivo dessa tarefa foi alcançar o entendimento do que é o planejamento, para que serve e que objetivos querem alcançar, de forma que os próprios assentados se reconheçam como atores dessa história e se apropriem da ferramenta. Nessa etapa também foi possível identificar o comprometimento das pessoas, uma vez que a ferramenta contém: o quê fazer, como fazer, quando fazer, quem vai fazer, quanto vai custar e o indicador de tarefa cumprida. Isso também possibilita o assentado a se harmonizar com seu próprio meio, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao grupo e de inclusão no processo e nas práticas dos ensinamentos.

Os impactos esperados com as ações propostas no PAI, segundo a conclusão dos grupos, seriam a melhora da produção existente, vida financeira mais equilibrada e aquisição de objetos, móveis e equipamentos domésticos.

Na quinta etapa, nas oficinas de construção do Caderno do Lote, foram utilizados conteúdos específicos para a produção de fruticultura, criação de animais como aves e carneiros e também piscicultura. Os conteúdos estavam relacionados com o tamanho da área, composição vegetal do lote, histórico da área, conhecimento técnico sobre cultivo de frutíferas, criação de peixe e de carneiro, fontes de água como igarapés e rios existentes em cada lote, distância dessas fontes em relação à área reservada para o cultivo, criação e o espaço máximo que a lei permite para cultivo 20% da área total.

Na coleta do solo para encaminhar para o laboratório foi necessária a marcação de pontos dos lotes com GPS (Anexo B). Além de ensinar a técnica de coleta para o proprietário do lote, para que ele realize sozinho essa atividade quando o projeto já estiver implantado. Esse foi um trabalho bastante demorado, que exigiu muito esforço da equipe e envolvimento de todos os membros dos grupos. Como toda atividade de oficina, o conhecimento é construído na prática das ações e estas oficinas puderam ser realizadas em cento e trinta e cinco lotes visitados.

Antes da realização da sexta oficina de Construção dos Projetos, foi apresentada a análise de solo individual a cada membro dos grupos e, na oportunidade, os professores que realizaram as análises deram uma aula de análise de solo, apresentando os dados, os componentes químicos e sua importância para as plantas, a recomendação indicada para aplicação dos componentes químicos para cada lote e, por fim, “que a análise do solo tem por finalidade determinar, quantitativamente, características químicas que representam valores das respectivas características dentro de uma faixa de dispersão”. (SILVA JUNIOR; MELO; SILVA, 2006, p.11). A partir desses resultados, interpretações e definições das quantidades de corretivos e fertilizantes a serem aplicados são elaborados, além da discussão de informações sobre: drenagem, tipo de solo, tipos de relevo, tipos de vegetação, exigência de nutrientes para cada tipo de cultivar, posicionamento das plantas, sistemas de irrigação, consórcio de plantas, entre outros. O conteúdo se ampliava à medida que as pessoas do grupo participavam fazendo perguntas e questionamentos, confrontando suas informações e práticas construídas ao longo de suas vivências na terra. No final do seminário, cada participante recebeu uma cartilha sobre coleta e análise de solo de autoria dos professores da UFRA.

Mesmo sendo recomendado construir projetos voltados para atender sistema agroecológico, para que os projetos apresentem viabilidade econômica para o Abril Vermelho, os técnicos informaram que é imprescindível preparar a área para implantação dos projetos com a correção desse solo, a partir da aplicação de adubação química, até que ele alcance

equilíbrio para receber a adubação orgânica posterior, uma vez que essa área já vem sofrendo desgaste há muito tempo pela cultura do dendê.

A oficina de Construção de Projetos foi dividida em duas fases. Na primeira foram construídos os projetos de fruticultura de cada grupo, de acordo com o previsto na Visão de Futuro; na segunda fase, foram construídos os projetos de criação de animais. Da mesma forma que as oficinas anteriores, foram utilizadas as ferramentas de planejamento e gestão em uma tabela de indicação dos itens elencados, unidade de medida, quantidade necessária, valor individual e valor total.

Para as indicações dos itens e os valores indicados foram consideradas as experiências e as informações dos próprios agricultores, com ajustes em função dos conhecimentos técnicos dos facilitadores da oficina.

Os conteúdos elencados para o desenvolvimento dessa ação dizem respeito ao conhecimento de tamanho de área em hectare, os espaçamentos permitidos entre as plantas no caso de planta solteira e/ou para o consórcio de frutíferas, o croqui das mudas e os cálculos necessários para chegar à quantidade de mudas necessárias para a área definida na visão de futuro. Já de posse dessas informações foram elencados os itens necessários para a construção do projeto começando pelo preparo da área; preparação ou aquisição das mudas de acordo com a opção defendida nos grupos; plantio das mudas; tratamentos culturais; sistema de irrigação; materiais, equipamentos e mão de obra. Cada um desses itens se desdobrava em subitens até fechar o projeto com os dados previstos para produção e renda individual multiplicado pelo número de participantes de cada grupo.

4.5.2 Acesso e uso

As atividades desenvolvidas no assentamento Abril Vermelho necessitaram de criatividade para sua execução. Devido à falta de infraestrutura local, os grupos se organizavam de acordo com as condições oferecidas pelas residências dos membros de cada grupo. As ações aconteciam nas casas de farinha, em baixo de arvoredos nos quintais, em áreas coletivas como as igrejas, em áreas improvisadas de reuniões das associações cobertas de lonas. Dessa forma, se constituíam os espaços em que armavam os equipamentos dos facilitadores, compostos de quadro de feltro para afixar os textos, as figuras, as imagens e fotografias ou o que fosse necessário para o desenvolvimento de cada ação; os *flip chart* para afixar os papéis utilizados para escrever durante as explicações; dois painéis onde se afixava as etapas do programa chamado pelos grupos de “girândola” (a fase do desenvolvimento do

programa era explicada a cada encontro) e a construção das planilhas nas oficinas; e ainda acompanhava uma mesa para colocar os materiais de escritório.

Vale ressaltar que esses equipamentos concebidos, para serem alocados em qualquer situação, são todos desmontáveis e de fácil transporte para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos em ambientes sem a mínima infraestrutura.

Dados técnicos são as fontes principais utilizadas pelos facilitadores, sem deixar de ouvir e utilizar o conhecimento empírico dos agricultores. Para isso, utilizaram, além das informações fornecidas pelos grupos, as ferramentas e recursos audiovisuais como computador, data show e vídeos. Estes foram usados com o objetivo de fortalecer o incentivo para o empenho no desenvolvimento de culturas. Para a necessidade de organização coletiva com o fim de desenvolvimento territorial, foram usados livros, alguns textos, fotografias e imagens de satélite mostrando o mapa do assentamento.

Estes foram os meios e recursos de informação utilizados para contribuir com o alcance dos objetivos do Programa e para o desenvolvimento das oficinas nos grupos.

4.5.3 Gestão participativa da informação

O Programa UFRA na Reforma Agrária propôs em seu planejamento ações que envolveram seminários, palestras, oficinas, visitas técnicas e acompanhamento em todas as tarefas propostas para desenvolvimento do Assentamento.

Todas essas ações foram filmadas, fotografadas e registradas no papel, ficando sob a guarda e responsabilidade dos grupos para quaisquer necessidades. Após a conclusão da confecção dos projetos, a partir de sua aprovação pelos grupos, todos os participantes terão uma cópia impressa, além de um pequeno livro chamado caderno do lote, no qual estarão registradas todas as informações do lote, da família e da produção de cada ano, para acompanhamento da evolução do mesmo.

Esses registros serão de responsabilidade dos proprietários dos lotes que após as oficinas de gestão de projetos saberão fazer os seus próprios registros e acompanhamento de sua produtividade. Essa é uma maneira de incentivar a prática de registrar as informações, deixando de lado a velha prática de fazer sem ter controle algum. Dessa forma, com os dados reais de sua produção poderão planejar novos investimentos futuros e também saberão do que são capazes.

A necessidade de se manter esses dados está relacionada com a preocupação de construir e registrar a memória dos grupos e do Assentamento no desenvolvimento das

atividades de extensão que servirão para a própria comunidade rural, bem como para produção e organização documental dos trabalhos de Extensão e para a organização e preservação dos conteúdos construídos pelos participantes da extensão para a memória institucional.

Ressalta-se que no Assentamento, apesar de não se contar com uma infraestrutura para criar um ambiente coletivo de preservação da memória do lugar, algumas associações se mostraram preocupadas em criar um espaço que tenha essa função. Por iniciativa das Associações, a Caixa Econômica poderá também apoiar a organização física das associações locais que poderão implantar nesse espaço um ambiente para preservação das imagens do Assentamento e disponibilizar as fontes para consulta pela comunidade sobre as práticas da agricultura. Para tal, uma associação apresentou interesse e enviou formulário requerendo adesão ao projeto Arca das Letras do MDA¹¹. O projeto contém uma pequena biblioteca, com títulos e assuntos indicados pelo interessado, disponibilizado para as comunidades rurais. Uma vez contemplados, há forte indicio que essa associação amplie esse horizonte para a preservação de sua memória local e contribua para o desenvolvimento de sua cultura.

As Execuções das etapas finais do Programa ainda estão em andamento. Dentre elas, estão a apresentação da finalização dos projetos produtivos construídos em oficinas com os grupos, que está em fase de finalização pelos técnicos para ser apresentado em assembleia para aprovação e, em seguida, ser agendado um evento onde os grupos irão apresentar os projetos aos possíveis investidores; as oficinas de transferência de tecnologia demandadas pelos grupos; e a sequência da construção do caderno do lote para gestão dos projetos. Essas etapas devem ser concluídas ainda no primeiro trimestre do ano de dois mil e quatorze.

¹¹ O Programa Arca das Letras foi criado em 2003 pelo MDA. O programa conta com a instalação de bibliotecas rurais que são montadas nas casas dos agentes de leitura. Os agentes são moradores escolhidos pela própria comunidade. Essa informação foi apresentada ao grupo União e sua associação ASTAG I que apresentou interesse em criar um ambiente informativo para seus membros.

5 O OLHAR INFORMACIONAL DOS ASSENTADOS

Na busca de identificação de demandas e necessidades de informação dos participantes do Programa em atividades de extensão rural e, conseqüentemente, como a UFRA responde essas demandas, encontramos outros fatores relacionados ao olhar dos assentados perante o contexto da informação.

O campo de observação foram os grupos de assentados beneficiários da Reforma Agrária que estão recebendo o Programa, agrupados de acordo com suas afinidades políticas, ideológicas, culturais e também de proximidade de vizinhança. São produtores que há dez anos cultivam vários tipos de culturas e criam animais sem assistência técnica. A partir da interferência da UFRA, essas famílias de agricultores estão recebendo orientação para desenvolver atividades produtivas adequadas àquele ambiente.

Na pesquisa foi utilizada a técnica de observação participante (direta), bem como a entrevista semiestruturada.

Os objetivos das entrevistas eram identificar fatores que influenciam ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas na busca de informação para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. No primeiro momento, buscou-se apontar a origem dos assentados uma vez que havia indicação de trabalhadores rurais de várias regiões do Estado do Pará e do Brasil que passaram, em sua maioria, por acampamentos antes de serem assentados no PA Abril Vermelho.

Através da participação da pesquisadora nas atividades do Programa de Extensão e em contatos diretos com os assentados nas entrevistas realizadas, foram observados alguns temas e construções discursivas relacionadas às tradições e costumes, o tom e a importância que lhes são atribuídos, as ideias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, assim como foi possível perceber algumas de suas perspectivas políticas, econômicas e sociais, e em que medida esses fatores afetam os modos de definição de suas demandas e suas ações de apropriação de informações para suas atividades produtivas agrícolas.

A pesquisa tem como universo de amostragem seis grupos (União, Renascer, Juntos Venceremos, Unidos para Vencer, Sabedoria de Salomão e Rincão do Meu Senhor), compostos por um número que varia de 12 a 34 famílias por grupo. Após as reuniões e oficinas iniciais, foram confirmadas cento e trinta famílias participantes nas atividades e que continuam se reunindo a cada etapa do projeto.

Para efeito de observação participante foram acompanhadas cinco oficinas realizadas em separado com cada um dos seis grupos no assentamento (totalizando trinta oficinas, foram fonte de observação vinte e duas), duas assembleias com participação coletiva dos grupos no Assentamento e reuniões de planejamento da equipe de facilitadores e coordenação do Programa realizadas nas dependências da UFRA, na sede em Belém, e também em sua Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce, localizada no Município de Castanhal.

Para a entrevista foram selecionados os seis (6) coordenadores de grupo e seis (6) membros participantes, de forma aleatória totalizando (12) produtores participantes do Programa.

Dessa forma, com o auxílio da observação participante, foi feita uma análise da realidade social que os rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes, os possíveis conjuntos de regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes do grupo social. Observando como essas regras são obedecidas ou transgredidas pelos membros do grupo e a motivação para as mudanças necessárias no Regime de Informação existente.

INFORMAÇÃO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA - o marco de outras informações

No decorrer da pesquisa foi identificado que nem todos os agricultores assentados participantes dos grupos estão cientes do tamanho da complexidade que envolve a Reforma Agrária, e muito menos os processos legais e documentais ligados a cada situação vivenciada. Fato exemplificado na fala de Dona Silvia: “quando entrei aqui não recebi nenhuma informação do INCRA. Me deram uma lona para fazer um barraco, depois de um tempo voltaram aqui, mas não entendi o que explicaram. Vou fazendo o que posso pra viver faço minhas plantações.” (SILVIA, 63 anos, semi analfabeta).

Essa situação de falta de conteúdo, acesso e uso e de gestão da informação limita as possibilidades do agricultor de garantir acesso a outros serviços que estão disponíveis ao assentado, o que é agravado pelo analfabetismo presente em muitas famílias de agricultores e pela ausência da prestação do serviço de informação adequado pelos órgãos responsáveis.

DESCONTINUIDADE BUROCRÁTICA DA COMUNICAÇÃO

Nas questões relacionadas à comunicação, muitos apontam que tudo se resume a uma questão burocrática somada ao desinteresse dos que estão envolvidos em dar respostas rápidas, conforme observado no relato de Edivaldo, 44 anos. Assentado em etapa posterior

depois de retomada de lote e nova redistribuição, ele relata que lhe foi entregue o lote e, passado um ano, outros técnicos retornaram a visita e disseram que o lote ainda não havia sido destinado a ele e que, portanto, não devia estar ali naquelas terras. No entanto, ele já possuía um documento com o lote em seu nome. Foi mencionado que, por muitas vezes, um técnico que visitou o assentamento não repassa o que foi discutido e acertado entre o representante do órgão visitante e o agricultor. Na oportunidade de uma nova visita, o assunto é retomado sem que o representante desse mesmo órgão saiba sobre o que ficou acertado anteriormente, e com isso, o pedido ou a necessidade do assentado fica sem ser atendida. Esta situação reforça a ideia do agricultor de que é uma questão de burocrática e de desinteresse com as questões do campo.

PAPEL DOS PORTA-VOZES

A diversidade cultural aliada ao analfabetismo e à falta de conhecimento dos seus direitos faz com que, em muitas ocasiões os agricultores se vejam obrigados a recorrer a terceiros, que assumem o papel de porta-vozes para resolver suas questões. Questões relacionadas ao conhecimento tácito, muitas vezes, demandam que os membros das associações ou outras lideranças políticas interfiram nessa troca de saberes pra que o agricultor possa ter sua necessidade atendida junto a órgãos públicos, setores do comércio, entre outros. O agricultor deposita toda sua confiança no porta voz. Ekbia e Evans salientam que a confiança é uma questão importante nas questões relacionadas à tomada de decisão e troca de saberes aspecto visível na fala do Sr. Auri que exerce a dupla função de coordenador do grupo *União* e de uma associação:

Quando eu ao assumir a diretoria da associação busquei apoio e orientação em pessoas que eu tinha confiança e que podiam colaborar tanto para saber o que se faz, como para organizar os documentos da associação, eu não sabia nem como se escrevia uma ata. Agora já sei [...] mesmo antes de ter essa responsabilidade já me preocupava em ajudar quando era procurado por outros companheiros. (AURI).

TRANSVERSALIDADE E HIBRIDISMO

Quando uma instituição de ensino como a UFRA se apresenta para trabalhar num assentamento como o Abril Vermelho, ela tem como foco a missão da extensão, mas também tem que ir disposta a trocar conhecimento e informação com as pessoas que vai se relacionar.

Durante o período de observação foram registrados vários momentos que em que, sem reconhecer o conhecimento tácito e explícito dos assentados, não foi possível aos facilitadores

seguirem com as ações que estavam desenvolvendo. Para citar como exemplo, na construção do projeto de fruticultura, foi de suma importância a informação do quanto eles já sabiam sobre o quanto produz uma touceira de açaí, de quantas árvores eram necessárias para encher uma rasa, uma lata ou uma basqueta. Sem essas informações não era possível seguir em frente na construção do projeto ou seria necessário buscar esses dados em outra fonte, e com isso a construção do documento ficaria adiada. Savolaine (2009) enfatiza a importância e o papel do conhecimento e saber para a constituição de práticas. Nessa troca de saberes quem melhor para fornecer informações como essas se não as pessoas que vivenciam a ação na prática.

DEFASAGEM ENTRE A INFORMAÇÃO TÉCNICA E AS PRÁTICAS PRODUTIVAS

Nas observações realizadas, muitos assentados relatam que participaram de vários cursos e oficinas, organizados pelos movimentos e associações, que tratavam desde a compostagem orgânica até a criação de peixes, mas que não aplicaram por que ainda não receberam recursos pra o investimento. Da mesma forma, não sabem se ainda podem considerar esse aprendizado válido quando chegar o recurso para implementação das atividades, alegando que já se passou algum tempo ou que os cursos foram muito rápidos e que o ideal seria receber a informação e colocá-la em prática no momento dos cursos para que o conhecimento ficasse retido.

Tais depoimentos reforçam a assertiva apresentada por Savolaine (2009, p. 5), que considera “as concepções de trabalho epistêmico e saber na prática extremamente relevantes do ponto de vista do uso da informação em nível individual” e, que o conhecimento se fortalece com as ações práticas. As poucas famílias que conseguiram, por exemplo, criar peixe já testaram seus conhecimentos e adquiriram outros com a prática, segundo relato da Sra. Nete, 35, anos que possui quatro tanques de peixes: “no início foi difícil. Não tinha os equipamentos certos, não sabia quando precisavam de água melhor ou a quantidade do alimento quando os peixes já estavam maiores, mas fui aprendendo sozinha e trocando informação com outro produtor”. Lucivaldo, um jovem agricultor que assumiu o lote quando seu pai faleceu, relata entusiasmado as experiências que possui na fruticultura, principalmente o cultivo de banana, que só foi possível a partir do curso que fez e com a imediata prática e troca de informação com outros que já plantavam essa mesma cultura.

DEFASAGEM ENTRE INFORMAÇÕES PRÉVIAS E NOVAS INFORMAÇÕES

Essa defasagem é muito presente na vivência dos usuários da informação relativa à Reforma Agrária, com respeito às questões relacionadas com a agricultura familiar, uma vez que eles estão sujeitos à constante atualização de dados relacionados às práticas aplicadas. No momento, os assentados estão muito confusos em relação às questões relacionadas à nova lei do código florestal, que lança incertezas no que diz respeito ao que pode ou não se pode ser feito no Assentamento. Da mesma forma, os assentados não têm certeza sobre a validade das anotações acumuladas. Esta preocupação demonstra a importância para os assentados de seguir as normas, motivo pelo qual eles buscam não somente a informação oral, mas o texto impresso para fazer essas marcações.

Neste ponto eles ainda terão chance de maiores esclarecimentos nas oficinas previstas para a fase de transferência de tecnologia. Enquanto isso, eles convivem com incertezas, por exemplo, sobre qual a distância adequada das margens dos rios e igarapés para manter a proteção ciliar.

O DOCUMENTO TOPOGRÁFICO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO

O Georeferenciamento é apenas um dos instrumentos que podem ser utilizados para construção de informação agrária. Outro documento muito importante, não só para o Sistema, mas principalmente para os assentados, é o documento topográfico. Entretanto, o Assentamento Abril Vermelho ainda não possui em seu território esse serviço, o que é motivo de grande insatisfação de todos. Segundo os que participam dos grupos, por falta desse serviço eles não sabem onde começa e nem onde termina cada lote, o que eles têm são apenas indicações feitas pelos militantes do MST no período da divisão dos lotes, mas que não foi oficializado pelo INCRA, motivo pelo qual, para minimizar possíveis perdas, é plantado e cultivado a uma distância de vinte metros do limite provisório do lote. Para Renato (53 anos), coordenador do Grupo *Unidos Pra Vencer*, “o que esperamos do INCRA é a demarcação imediata dessa tal topografia; ela vai arrumar a casa”.

O serviço topográfico deve ser um dos elementos que compõem o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Esse plano deve ser construído por empresa contratada em licitação pelo MDA-INCRA, cujo edital ainda não tem data para ser lançado. Esse plano é o que rege todo o desenvolvimento do assentamento, é documento fundamental

para orientar a organização do espaço do projeto de assentamento e as atividades produtivas a serem desenvolvidas pelos agricultores no local. O PDA deve conter um diagnóstico da realidade local e fazer uma proposta viável para o desenvolvimento do assentamento, visando garantir o acesso irrestrito às políticas públicas do INCRA e demais instituições parceiras. Além disso, o PDA relaciona as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica.

Enquanto esse Plano não é elaborado os agricultores assentados trabalham baseados nos conhecimentos tácitos adquiridos ao longo de suas experiências sociais e contam com a ajuda de outras instituições, como a UFRA, que, neste caso, desenvolvem no Programa de Extensão algumas ações voltadas para o desenvolvimento econômico e produtivo do assentamento e que, por sua natureza, também poderão ser aproveitadas na oportunidade da construção do PDA.

Dentre as etapas previstas no PDA destacam-se as seguintes:

Descrição da Metodologia de trabalho: a) Elaboração do plano, que deve descrever de forma clara e objetiva a(s) metodologia(s) e/ou técnica(s) a serem aplicadas, com métodos pedagógicos utilizados pela equipe de trabalho, as técnicas de levantamento dos recursos naturais empregados e o nível de envolvimento dos poderes públicos juntamente com a sociedade e entidades diversas; b) Assessoria técnica, social e ambiental no acompanhamento da implantação do plano, que deve descrever de forma clara e objetiva a(s) metodologia(s) e/ou técnica(s) a serem aplicadas na condução da ATES, com foco na composição da equipe de trabalho, métodos pedagógicos e as técnicas de mobilização, organização do Assentamento e as estratégias de articulação com os atores envolvidos e os recursos materiais como veículos, computadores e etc.

Caracterização do PA: a) Análise geral, com denominação do imóvel, do assentamento, data de decreto de desapropriação e data da emissão de passe e data e número de criação da portaria de criação do PA; b) Análise específica, ou seja, todos os fatores/dados no Assentamento, a exemplo, área efetiva de reserva legal, número de famílias atuais vezes a capacidade do Assentamento prevista na portaria de criação entre outros.

Diagnóstico relativo à área de influência do PA: a) Localização e acesso do Assentamento com pontos de referência através da identificação do município(s), capital do estado por meio de mapas; b) Contexto socioeconômico e ambiental da área de influência do PA, identificada por meio de cartografia a localização do assentamento, sua bacia e sub-bacia hidrográfica, condições climáticas, características ambientais, conservação e degradação ambiental e situação social, demográfica e fundaria da microrregião, além da economia do município e identificação da zona, caso exista zoneamento.

Diagnóstico do PA: a) Condições físicas e edafoclimáticas do PA, ou seja, análise geral com identificação de degradação e conservação do relevo e solo, recursos hídricos, flora, fauna, uso do solo e cobertura vegetal, reserva legal e área de preservação permanente (APP), estratificação ambiental dos Agro ecossistemas, capacidade do uso do solo e por último, a análise sucinta das potencialidades e limitações dos recursos naturais e da situação ambiental do Assentamento.

Organização espacial atual, organização e demarcação do perímetro e do parcelamento das familiares de acordo com a área de infraestrutura existente.

Situação do meio socioeconômico e cultural: a) histórico do PA, população e organização social, onde se descreve a origem dos assentados e como ocorreu a criação do Assentamento; b) análise geral da população identificando fatores como idade, gênero, escolaridade e relacionamento e comprometimento com as atividades

do Assentamento; c) Infraestrutura física, social e econômica, identificando benfeitoras e equipamentos de uso coletivo e individual.

Sistema produtivo; identificação dos produtos gerados; modelos tecnológicos aplicados; canais de comercialização e participação da comunidade em geral entre outros fatores. Análise sucinta dos sistemas produtivos, onde se analise os pontos positivos e negativos colhidos na identificação do sistema produtivo.

Serviço de apoio à produção, que identifica assistência técnica, crédito, capacitação profissional na área de localização do Assentamento.

Serviços sociais básicos, identificando as políticas de educação existentes, políticas de saúde e saneamento para o meio rural, lazer, cultura, habitação.

E por último, a análise das limitações, potencialidades e condicionantes, ou seja, é análise do diagnóstico, caracterizando as dimensões ambiental, institucional, econômica e social explicitando as principais dificuldades e potencialidades que influenciam no desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2008).

O Plano deve considerar todas as fases do processo de crescimento do Assentamento, estendendo-se até a sua completa consolidação e emancipação. Para a elaboração do plano é de suma importância a participação dos beneficiários e lideranças locais com assessoria das equipes do ATES, de forma a se criar o diagnóstico que retrate a verdadeira situação do Assentamento. (BRASIL, 2008).

No Manual de ATES, o PDA deve ser elaborado objetivando posteriores mensurações qualitativas e quantitativas sobre a evolução do PA, através do monitoramento e avaliação, com o uso de indicadores a partir dos quais seja possível examinar o grau de intervenção e a promoção dos órgãos governamentais e não governamentais envolvidos no processo de Reforma Agrária. (BRASIL, 2008).

O projeto básico do assentamento tem que ser elaborado por equipe multidisciplinar composta por profissionais cujo campo de atuação envolva os meios físicos, bióticos e socioeconômicos, com participação de engenheiro agrônomo e de representantes dos assentados. (CONAMA, 2006).

Mais uma vez, o Regime de Informação do MDA no qual se insere o Assentamento volta-se para uma abrangência multidisciplinar que pode alcançar múltiplas instituições e serviços para compor um documento base para o desenvolvimento do assentamento. Dependendo da empresa contratada para realizar o Plano e do que esteja previsto no edital, a UFRA poderá colaborar com dados coletados e análises já realizadas nesse período de atuação no Abril Vermelho, bem como seus atores sociais podem acrescentar mais informação a partir do conhecimento construído nas atividades realizadas.

COMO VALORIZAR O CONHECIMENTO TRADICIONAL E LOCAL

Pensando no reconhecimento e na valorização dos saberes e tradições dos assentados do Abril Vermelho, um caminho seria o incentivo para instalação de escolas dentro do

assentamento - ainda não existentes, o que, além de causar inúmeros transtornos às crianças e às famílias que se deslocam para outra localidade, excluem um espaço no qual poderiam ser desenvolvidas ações que valorizem o conhecimento e as tradições das quase quatrocentas famílias que residem nesse assentamento. A escola é um espaço importante de reunião e intercâmbio de saberes no meio rural. Outro espaço de importância, lembrada pelo professor do Pro Jovem, “seria um centro comunitário, que poderia ser destinado para troca de saberes em forma de oficinas de artesanato, atividades para os jovens e adultos e outras trocas culturais, além de ser um ponto de encontro.” (ALCINDO Jr, 33 anos).

QUESTÕES DESTACADAS PELOS ASSENTADOS

A partir das observações das ações e entrevistas realizadas com os grupos elencamos sete quesitos norteadores para análise apresentados abaixo em síntese:

I - Fontes de informação utilizadas (autoridades, leque de saberes, meios, técnicas e fontes).

- Consideram que estão trabalhando precariamente desde o início da ocupação; muitos afirmam que nunca receberam qualquer informação dos órgãos competentes para iniciar produção. Todas as iniciativas realizadas foram com recursos próprios e a informação obtida é decorrente da troca entre seus vizinhos e amigos, conforme fala de Dona Neta: “se vai copiando o que dá certo *pro* vizinho”.
- No processo de busca de informação, eles se ressentem de informação distorcida ou incompleta oferecida pelos setores competentes, o que dificulta a tomada de decisão das associações e dos assentados, aspecto reforçado no relato do Sr. Auri: “agora, quando fomos procurar saber mais sobre o Programa Terra Forte¹², recebemos informação incompleta que nos levou a refazer a documentação três vezes e sair atrás de assinatura três vezes. Se tivessem dito tudo de uma vez, tinham economizado desgaste e desconfiança dos companheiros”.
- Apesar de todas as ressalvas sobre a atuação do INCRA no assentamento, os assentados, segundo os coordenadores dos grupos, o consideram o melhor conselheiro quando precisam de alguma informação ou a EMATER, quando se trata da produção. Na atualidade, devido às ações realizadas pela UFRA, também passaram a recorrer aos técnicos que conheceram ou ao coordenador do Programa.

¹² O Terra Forte tem por objetivo apoiar e promover a agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária em todo o país. O programa é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, e vários ministérios em diálogo com os movimentos sociais. É necessário ter 100 famílias por cooperativa.

- A interação interpessoal de amizade e vizinhança se configura como a fonte principal de troca de informação informal tanto para assuntos relacionados ao cultivo e criação quanto para questões pessoais e de apoio mútuo.

II – Mediação Institucional de conhecimento (produção, meio ambiente, aspectos jurídicos administrativos, etc.).

- Conforme os entrevistados, a maior mediação recebida, de fonte externa, foi inicialmente do MST e depois da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI)
- Para o casal Alcenir e Cléia (lideranças local desde o início do Assentamento), “aqui tudo foi feito por sorteio, inclusive a marcação dos lotes. O INCRA, quando chegou, já encontrou os arranjos organizativos realizados pelo Movimento desde o cadastro inicial até a divisão dos lotes”. A divisão dos lotes está disposta conforme mapa (Anexo A).
- A indicação inicial recebida pelo INCRA orientava para o plantio de feijão, milho e mandioca para fazer farinha para que se mantivessem na terra. Para Dona Neta, “eles queriam que todos plantassem mandioca, mas o assentamento é muito grande: tem parte que é boa para essa cultura outras não; tem pedreira, igarapé, área alagada, assim cada um foi vendo o que podia e o que não podia fazer no lote”.
- Todos os coordenadores de grupo, alguns dos quais são também coordenadores de associação, disseram que possuem bom relacionamento com o INCRA, mas este não tem sido presente o suficiente no atendimento das reivindicações do Assentamento como, por exemplo, a realização de demarcação topográfica, definição de espaço para atividades comunitárias coletivas ou licitação para realizar o PDA.
- A execução das políticas pública no Assentamento é lenta e tem impedido que projetos sejam implantados.
- Faltam estudos como análise de solo, por exemplo, que devem constar no PDA; isso retardou as ações que a UFRA está desenvolvendo, visto que essa atividade teve que ser realizada para que se desse procedência as etapas seguintes.
- Há também indícios positivos que apontam o bom relacionamento das lideranças locais com o INCRA, que possibilitou a emissão da documentação, como os Contratos de Concessão de Uso (CCU)¹³ para todos, mesmo os que tiveram problema por causa de separação conjugal e troca de lotes.

¹³ O CCU é o documento expedido pelo INCRA que transfere, provisoriamente, o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária. Esse documento é imprescindível para a obtenção do Título de Domínio pelo assentado.

- Os assentados lamentam não serem informados por nenhum órgão ou instituição pública sobre editais que possam lhes interessar, tudo que ficam sabendo é por iniciativa própria, como relatou Sr. Auri, que compra jornais e ouve rádio (Programa Voz do Brasil); e o Sr. Alcenir, que além de jornal e rádio, também costuma consultar a internet quando tem oportunidade além de trocar informações com outros agricultores.
- Alguns não têm boa expectativa sobre melhorias de atuação dos órgãos da Reforma Agrária sobre o assentamento.

III – Dinâmica de informação (convergência, entraves e privações).

- Algumas atividades produtivas implantadas que estão dando certo mesmo com poucos recursos financeiros e sem ajuda técnica como a produção de maracujá, farinha de mandioca, açaí e cupuaçu. Há indicação que o sucesso produtivo advém de seus esforços físico, de seus conhecimentos, experiência prévia e da troca de informações com a vizinhança.
- Vinte famílias receberam o Projeto PAIS (plantação de hortaliças) que receberam financiamento e certa assistência técnica. No entanto, o projeto ainda não logrou êxito por uma série de questões como: os assentados não participaram de sua idealização, por não ter sido planejado adequadamente a produção, pelas condições desfavoráveis do solo e pela não assimilação da filosofia do projeto entre outros.
- Do mesmo modo, muita plantação e criação de animais já foram perdidas por não possuírem informação e assistência adequadas a cerca do assunto.
- Os assentados sentem falta de um órgão oficial de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) ou de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para assessorar as atividades desenvolvidas. Que seriam de suma importância para apontar as melhores técnicas e culturas para o Assentamento de forma efetiva.

IV – Informação e qualidade de vida

- Questões relacionadas à qualidade de vida, como escola, saúde e lazer estão seriamente comprometidas, apontando grande insatisfação, pois as famílias precisam de estrutura física funcionando dentro do assentamento que satisfaça as necessidades do lugar.
- Há relatos de discriminação sofrida pelas crianças nas escolas da cidade, além do choque cultural que envolve as crianças e jovens quando participam de atividades na cidade. Alcindo Junior, que é professor do “Pro Jovem”, diz que “o problema é o choque cultural de comunidade pra comunidade. Só de saberem que os alunos são assentados já é motivo de

discriminação: são filhos de ‘sem terra’, ‘arruaceiros’; essa denominação vamos levar pra sempre conosco”.

- A falta de espaço para trabalhar a cultura e o lazer e outras ações gera um sentimento de exclusão que leva os jovens ao êxodo para a cidade. Muitos já foram embora e outros estão forçando seus pais a abandonarem o lote para morar na cidade. Para Alcindo Junior, “esses jovens querem se sentir fazendo parte da sociedade; hoje eles se sentem alijados. Existe, por outro lado, há o perigo do avanço da marginalidade urbana que vem ocupando espaço na vida deles, que são mais suscetíveis”.
- O professor Alcindo Junior, que é do Assentamento, foi contratado pela Prefeitura de Santa Bárbara, para ministrar aulas pelo Programa “Pro Jovem” no horário noturno para uma turma formada com alunos também do Assentamento, mas, devido à inexistência de escola no local, são todos obrigados a se deslocar para a cidade, o que causa desgaste desnecessário a todos.
- Em dez anos de assentamento, as famílias ainda não possuem moradia e poucos conseguiram erguer um espaço precário de madeira. A maioria ainda vive em barracos de taipa e lona.
- A criação da escola é vista como a abertura de um espaço para abrigar projetos que poderão atender toda a comunidade, diminuindo a falta de espaço para a cultura e o lazer, uma vez que pode ser utilizado como espaço coletivo.
- O isolamento de serviços de comunicação inviabiliza a troca de informação. Muitas famílias possuem aparelho de celular, utilizados apenas quando se deslocam para a cidade. Em alguns lotes mais próximos da estrada de acesso à cidade, o dono do lote com condições financeiras compra um aparelho que funciona como antena que capta o sinal para os aparelhos de celular, mas este funciona como aparelho fixo.

V – Redes sociais e organizacionais

- Os grupos estão ligados de alguma forma a uma associação local, mesmo sem entender o seu real papel.
- As associações passam por um processo democrático de escolha dos dirigentes, mas seu trabalho é dificultado por não possuírem condições estruturais mínimas para trazer melhorias agrícolas aos seus associados.
- A existência de oito associações não é vista por muitos assentados como um fator positivo. Eles entendem que deveria haver mais união para concentrar esforços e associações mais fortes.

- Existem muitas igrejas evangélicas atuando no Assentamento, as quais têm exercido o papel importante de agregador familiar, reforçando o sentimento de coletivo além da busca do equilíbrio espiritual.
- A grande maioria dos assentados é proveniente das caminhadas de participantes dos acampamentos, com formação política proporcionada pelo MST no início da luta pela terra, somados ao sentimento de amizade que fortalece a troca de informação entre si.
- Um fator muito positivo observado nas falas dos entrevistados (Renato e Auri, coordenadores de grupo), sobre a troca de informação entre eles: mesmos que não pertencem à mesma associação, quando alguém fica sabendo de um projeto ou edital, ou ainda qualquer outro assunto de interesse, ocorre o repasse dessa informação e as lideranças buscam maiores esclarecimento para participação dos assentados. aspecto reforçado pela fala do Sr. Auri: “Neste momento, estamos buscando mais informação pra saber se o Abril Vermelho pode participar do Programa Terra Forte. Achamos que vai dar para produzir farinha”.
- As associações e também os grupos se reúnem geralmente nas residências dos dirigentes ou na que tenha melhores acomodações, como uma casa de farinha ou um galpão coberto de lona.
- Na eminência de conflito interno buscam sempre contornar em busca de solução amigável entre si.

VI – Universidade e o imaginário simbólico do assentado

. A UFRA não foi buscada pelos atores locais; “ela veio até o Assentamento oferecendo seu trabalho.” (Dona Neta, Alcindo Junior, Renato e Auri).

- A maioria dos assentados não possuía nenhum conhecimento sobre a Instituição.
- Entre os que fazem parte dos grupos e dos entrevistados, apenas três pessoas já foram até a sede da UFRA; destes, apenas um foi até a biblioteca.
- Todos os envolvidos apresentaram grande esperança na execução dos projetos e na permanência da assessoria da UFRA nas atividades produtivas. Exemplificado na fala de Renato: “Esperamos que a UFRA possa dar conta do que apresentou e chegar até o final.” (Renato, 53 anos).
- Consideram positivo o programa de extensão, mesmo sendo um processo demorado. No entanto, passaram a conhecer melhor os processos para chegar até a produção com mais chances de acerto.
- Os assentados se sentem respeitados porque podem falar de seus conhecimentos com os professores.

- Algumas lideranças locais gostariam de ter mais participação no planejamento e gestão das ações da UFRA no assentamento.

VII – Formação de identidade e reconhecimento para o conhecimento

- Há um grupo de pessoas engajadas na luta pela conquista de seus direitos e melhorias do Assentamento. Estes são filhos de assentados que continuaram seus estudos na cidade, alguns chegaram a fazer cursos técnicos e superiores e continuam na comunidade; são educadores, pedagogos, técnicos agrícolas e mães que fazem abaixo-assinado, que se organizam e vão até os órgãos públicos em busca de respostas. Fator importante e positivo que pode modificar essa realidade do Assentamento.
- A partir da atividade desse grupo, já obtiveram um indicativo de divisão que contemple os quatro pólos para a construção das escolas. Segundo o planejado, devem ser construídas duas escolas sendo que uma ficaria entre o **Polo 1 e 4**, para atender as famílias desses polos. Inclusive, há concessão de parte de um lote de uma família para abrigar a referida escola. A outra deve ficar entre o **Polo 2 e 3**, este ainda sem indicação de localização. Após várias reuniões e manifestações já possuem uma promessa da Secretaria de Educação Estadual (SEDUC) para construção de uma escola na comunidade neste ano de 2014. “Temos muitos documentos com lista das crianças protocolados em vários lugares. Talvez agora, eles vendo que já temos todo o levantamento e espaço cedido, eles atendam nosso pedido.” (NETE, 35 anos). Essas são algumas tentativas de estruturação para viabilizar a melhor ordenação do Assentamento apresentado pelos atores envolvidos, que se antecipam às ações dos órgãos responsáveis. Se este planejamento, apresentado por eles, for aceito evitará maiores conflitos internos.
- As associações também estão se organizando para receber as casas que serão construídas pela Caixa Econômica; também querem receber financiamento para organizar a infraestrutura de suas associações e pensam (pelo menos uma delas) em reunir e disponibilizar documentos, livros e internet para a comunidade.
- No início todos estavam ligados ao MST. Na atualidade a grande maioria já não se identifica com o Movimento e acredita que a principal busca já foi alcançada: a posse da terra. Agora devem seguir outro caminho que leve ao desenvolvimento produtivo do Assentamento.

Estas questões expõem a importância (além das oportunidades) da UFRA em estabelecer um programa consistente e eficaz, uma vez que a universidade tem qualificação e excelência para oferecer essa atividade e ainda inserir seus discentes nesse contexto e dada a

necessidade dos grupos em obter tanto apoio técnico como institucional para construção e desenvolvimento produtivo do Assentamento.

6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Iniciou-se este estudo com intenção de construir uma base referencial indicativa de ações de informação, baseadas nas demandas de um grupo de pessoas assentadas, pautadas em atividades de extensão a partir de uma política participativa dos atores envolvidos para tomada de decisão na construção de projetos produtivos.

Durante o acompanhamento do Programa de Extensão, em diversas oportunidades, foi possível reconhecer ações de informação compartilhadas e bem sucedidas entre as partes participantes. Tudo graças ao esforço incansável tanto da equipe de facilitadores como dos membros dos grupos para superar as dificuldades e obstáculos que surgiram ao longo das atividades, permitindo que os atores envolvidos se sentissem parte do processo.

Superar desafios tem sido para os agricultores assentados, segundo seus relatos, uma constante durante toda a sua jornada de luta pela terra, e depois, para se manter nela. Enquanto muitos desistiram outros, (a maioria) insistem em permanecer, daí se observa o quanto eles estão ávidos pela busca do conhecimento para associar à prática que já possuem.

Os estudos de Savolainen (2009) nos orientaram sob a importância do trabalho epistêmico, onde conhecimento e saber são igualmente importantes no contexto da ação, em que o conhecimento novo e sua interação são um fenômeno potencialmente gerador de uma nova forma de saber. O saber, como realização contínua, construída e reconstruída em práticas todos os dias. Este é o saber que todos os envolvidos estão buscando, por isso o Programa representa um diferencial para os assentados participantes das ações ali desenvolvidas.

Contudo, o conhecimento e o saber constituído na prática precisam estar envoltos pela informação adequada a cada momento, a cada ação correspondente, respeitando as características dos grupos, esta também foi uma premissa constatada. Em cada ação realizada, sempre se fazia um breve seminário informativo do assunto tratado, respondendo a todas as inquietações apresentadas pelos participantes. Em muitos casos essa rodada de questionamentos avançava o dia retardando as atividades de oficina, mas o grupo saía com todas as suas inquietações respondidas.

Considerando o **fluxo informacional e organizativo** no Assentamento Abril Vermelho, observou-se que:

✓ Não existe um lugar/ambiente constituído no Assentamento onde o cidadão possa ir para buscar uma resposta a um questionamento demandado por sua prática;

✓ Que a informação é quase sempre informal, baseada nas práticas cotidianas trocadas entre amigos e vizinhos;

✓ Que os dirigentes das associações, embora possuam boa vontade, não possuem formação necessária nem estrutura para atender adequadamente a demanda por informação de seus associados;

✓ Que a demora na execução dos serviços pelos órgãos responsáveis pelo Assentamento desmobilizou e desestimulou a organização dos assentados;

✓ Que há indicativos, expressos nas atividades, que os envolvidos nos grupos que participam do Programa de Extensão Universitária estão ganhando autoestima e fortalecendo laços de amizade e companheirismo e criando nova perspectiva para organização coletiva;

✓ Que a UFRA tem um papel importante para motivação dos grupos e também para melhoria do fluxo de informação entre eles mesmos e entre eles e a Instituição, favorecendo a retomada da confiança em órgãos públicos.

Com o foco nas questões levantadas inicialmente, os desafios interdisciplinares de **acesso, uso e produção da informação** a respeito do Programa apontou que:

✓ A demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão UFRA na Reforma Agrária é de natureza diversa, e vai desde a questão territorial (georeferenciamento e legislação ambiental) até conhecimentos e técnicas agrárias (cultivo e criação), gestão organizacional e contábil.

✓ A informação exerce papel fundamental tanto do ponto de vista das atividades produtivas como na interação entre os atores sociais, sem a qual as trocas e práticas não se constituem efetivamente.

✓ Na tentativa de identificar de que maneira os próprios assentados percebem, produzem, buscam e transformam, ou ainda como ajudam a processar a informação para o melhoramento dos processos produtivos, observamos que eles se sentem muitas vezes à margem da sociedade em vários aspectos, desde questões fundamentais como a educação, a saúde e a infraestrutura e, ao mesmo tempo, desenvolvem ações colaborativas de informação, de modo que toda informação que identificam com potencialidade para se reverter em benefícios para a comunidade chegue a todos os seus companheiros;

✓ A principal missão de extensão se concretiza no objetivo de divulgar conhecimento e técnicas dos trabalhos desenvolvidos na Instituição ao levar a socialização do saber acadêmico e interagir com as necessidades produtivas e organizativas dos assentados através

das oficinas, culminando na construção e compromisso de acompanhamento dos projetos produtivos idealizados em cada grupo até sua autonomia;

✓ O contexto em que se insere o acesso e uso da informação está formalmente relacionado ao regime de informação estabelecido no MDA, ao qual estão diretamente ligados enquanto assentados, e também relacionados à implementação (ou não) de infraestrutura e outros equipamentos coletivos (comunicacionais, educacionais, culturais) previstos e necessários para o assentamento.

✓ A carência de meios e recursos informacionais, gera distanciamento dos assentados com o contexto institucional, e os priva de um melhor conhecimento de todos os seus direitos, e deveres. Não podemos esquecer que eles obedecem a Política Nacional de Reforma Agrária, que a cada nova configuração política se condiciona e se rearranja em uma nova estrutura que não é devidamente repassada aos seus interessados.

Essas considerações nos mostram que os arranjos organizacionais, seus processamentos e dispositivos de distribuição, inclusive de informação, para seus diferentes destinatários usuários, o PNRA no Pará, não estão dando conta de atender as demandas geradas pela implantação de um assentamento desse porte e tão próximo da área metropolitana de Belém.

Do ponto de vista da validade e valor da informação disponibilizada pelo PNRA para esses atores locais, seria visível um distanciamento que separa o acesso à informação, das necessidades práticas e de seu uso, ocasionando certa tensão e questionamento de validade; os assentados relatam muitos casos nos quais, quando conseguem a informação, a produção já se perdeu, o tempo de plantar ou de colher já não é mais viável e a esperança de melhorias do produtor já se encontra comprometida.

Dentre os objetivos específicos que se propunha identificar nas ações contidas no Programa, as seguintes considerações podem ser feitas:

✓ O processo informacional para desenvolvimento do eixo produtivo do Assentamento para todo o território se apresenta comprometido até que todos os procedimentos relativos ao PDA sejam realizados. A partir da interferência da UFRA para os participantes do Programa esse processo já apresenta avanço com perspectiva de produção a partir do terceiro ano e retorno financeiro a partir do quinto ano de implantação;

✓ Quanto às informações relacionadas à base agro-ecológica, de manejo de solo e legislação ambiental: estão previstas para os participantes dos grupos oficinas, palestras e visita técnica na etapa de transferência de tecnologia do Programa;

✓ Os instrumentos de fomento organizacional de produção para inclusão no mercado institucional, como o PNAE serão discutidos pelos participantes do Programa na próxima etapa (Caderno de Gestão), inclusive o tipo de organização coletiva;

✓ Quanto ao tipo de informação e instrução sobre oportunidades de financiamento, como PRONAF A, a coordenação do Programa já disponibilizou para seus técnicos e bolsistas duas etapas do curso oferecido em parceria com Banco da Amazônia, sendo que o ultimo evento ocorreu em fevereiro de dois mil e quatorze, tendo como objetivo avaliar as planilhas dos projetos produtivos construídos para o Assentamento. As informações serão multiplicadas para os participantes dos grupos;

✓ Os bolsistas/discentes participantes das atividades no Assentamento relatam em suas avaliações o caráter construtivo da formação humanística apreendida nesse período de vivência no Assentamento além de ampliação de conhecimento sobre o ambiente rural;

✓ A transferência de tecnologia está diretamente relacionada aos projetos construídos e faz parte da ultima etapa da metodologia GESPAR aplicada no Programa ainda em fase de execução;

✓ Nas ações consolidadas pela equipe multidisciplinar da UFRA, até a fase em que se encontra, foram marcantes os esforços para a realização de coleta de solo e análise laboratorial que movimentou grande volume de profissionais, discentes e ex-discentes, além dos técnicos que já fazem parte do Programa. Reforçando os aspectos pedagógico e participativo da equipe. Quanto à participação da incubadora tecnológica e de empreendimentos solidários, há possibilidade que sejam participantes na fase do Caderno de Gestão e da Transferência de Tecnologia, dependendo das escolhas definidas pelos grupos nessas etapas.

Neste estudo exploratório, acompanhou-se o projeto de extensão da UFRA, com sua dupla função de compartilhar conhecimentos e aprendizagem entre seu quadro de profissionais, de discentes e comunidade de assentados praticantes da agricultura familiar.

Depois desse período de acompanhamento do Programa, foi marcante a carência dos assentados em todos os aspectos. É possível indicar e/ou sugerir algumas ações de informação que poderiam ser inseridas no Programa com o intuito de apoiar esta e outras ações futuras no Assentamento, como:

✓ Fazer parceria com profissionais ou estudantes da área da informação de cursos como Biblioteconomia, Arquivologia ou Museologia que estejam interessados em desenvolver atividades que envolvam a organização de espaços de informação (na graduação sempre há jovens fazendo trabalhos voluntários para ampliar seu conhecimento);

✓ Incentivar discentes da própria Instituição a desenvolver atividades práticas no Assentamento, como coleta para análise de solo, identificação de vegetais (folhas, arvores, frutos) entre outras que deem possibilidade de retorno para o Assentamento com os resultados obtidos;

✓ Incentivar outros docentes da Instituição a realizarem mais aulas prática no Assentamento, como as voltadas para o meio-ambiente, e que possam ser direcionadas às crianças e jovens;

✓ Incentivar e apoiar a implantação de um espaço no Assentamento onde todas as informações produzidas nas oficinas e seminários do Programa possam ficar disponíveis para toda a comunidade, além de equipar esse espaço com as publicações básicas da agricultura – isso pode ser feito, inclusive com produção de autoria de professores e técnicos da UFRA, que, neste caso, pode ser doada (fator positivo, pois não gera despesa para o Programa). O acervo poderá ser ampliado com campanha de arrecadação promovida pelo Programa, seus participantes e colaboradores.

Estas são ações, que a princípio podem parecer simples, poderão fazer uma grande diferença para as famílias que participam do Programa, além de conferir identidade institucional e aos participantes perspectivas que podem ir além desse restrito grupo participante, podendo também se estender aos demais assentados, criando o sentido de empoderamento dos grupos participante, pois é o registro (foto e filme) de ações nas quais eles estão envolvidos.

Há também outros fatores que podem ser influenciados por essas ações, vale ressaltar o aumento das relações sociais e a ampliação da dinâmica da informação.

Em síntese, conforme questiona Almeida (1997), como a Universidade poderá desenvolver um trabalho de extensão à sociedade que não seja de "mão-única"? Para a autora, os debates neste nível devem expressar o espaço institucional que a Extensão sempre desfrutou e construir, pautado num projeto que seja capaz de realizar uma intervenção social a partir das necessidades e interesses que se colocam para o conjunto da sociedade. Um projeto em que a “Universidade não se coloque como autossuficiente para pensar, definir e implementar prioridades para a população a priori, sem que haja uma interlocução entre as partes, um intercâmbio real com os interesses daqueles a quem a ação se dirige”. (ALMEIDA, 1997, p.5).

Dessa forma, o significado do "público" nas instituições de ensino no foco da extensão não é o seu caráter de gratuidade, mas o seu compromisso efetivo com os interesses e necessidades do público que ela atende. Daí a importância de desenvolver programas que

mantenham as unidades acadêmicas em permanente contato com vários setores e/ou segmentos da sociedade para que sejam pensadas coletivamente formas de atuação que superem a abordagem extensionista de cunho assistencialista.

A metodologia de extensão terá tudo a ganhar se reforçarmos sua dimensão participativa, crítica e emancipatória. Entretanto, para isso, ninguém possui uma solução mágica. Isso se constrói coletivamente, a partir das experiências existentes, com acesso ao conhecimento teórico-metodológico (em particular nas áreas de educação e comunicação), incluindo aí as tecnologias da informação, que têm um papel positivo a desempenhar nesse contexto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. A experiência de extensão universitária da UFG: uma terceira função? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. 4., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICAMP/FE/HISTEDBR, 1997. 7f. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp. Acesso em: maio 2013.

_____. **A extensão universitária: uma terceira função.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas - SP, 1991.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

BEMVENUTI, Vera Lúcia Schneider. **A extensão universitária como prática acadêmica: considerações teóricas a partir de um estudo de caso.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. [s.d]. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/aextensaopratica.pdf. Acesso em: abr 2013

BNB/PNUD. **O que é a metodologia GESPAR?** Recife, [s.n.] 1995. (Série Cadernos Metodológicos, 1).

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n.26, p. 51-71, 1994.

BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico.** 1989

BRASIL. Controladoria Regional da União no Estado do Pará. **Relatório de Auditoria Anual de Contas:** Superintendência Estadual do Para - INCRA/SR-01, exercício 2012. Belém, 2012. 66p.

_____. Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). **Reforma Agrária.** 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em: 12 fev. 2012.

_____. Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. **D.O.U.**, 29 nov. 1968. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128549/lei-5539-68>. Acesso em: 17 nov. 2012.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **D.O.U.**, 29 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: nov. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional De Reforma Agrária**. Brasília, 2003. 40p.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da Cidadania**: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. MDA, 2009. 32p.

_____. **ATES Assessoria Técnica Social e Ambiental**. Manual operacional 2008. Brasília, 2008. 143p.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão**. 1999-2001. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/planonaex.shtm>. Acesso em 25 out. 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991, 134f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria Curso De Pós-Graduação Em Extensão Rural, Santa Maria, 1991.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Anexo II e III. Resolução Nº 387**. Estabelece Procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e dá outras Providências. BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de Novembro de 1964, e nas Resoluções CONAMA nºs 237, de 19 de Dezembro de 1997 e 286, de 30 de Agosto de 2001. Brasília, 2006.

COSTA, Adriane Lobo. Extensão rural e meio ambiente. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, v. 7, out/dez. 2001.

EKBIA, Hamid R.; EVANS, Tom P. Regimes of Information: land use, management, and policy. **The Information Society**, v.25, p.328–343, 2009.

FACULDADE DE CIENCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ (FCAP). **Memorial histórico 1951-1991**. Belém, 1992. 201p.

_____. **Relatório de Gestão 1996-2000**. Belém, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Ano 9, n. 14, 2012a.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012b.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

INCRA. **Relatório de viabilidade ambiental: Fazenda Paricatuba**. Belém, 2009. 48p.

_____. **Referenciais metodológicos para o Programa de ATES**. Brasília. 2010.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século. **RBPAAE**, v.23, n.3, p.513-528, set./dez. 2007.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

MEYER, Leandro Frederico Ferraz; COSTA, Francly Mery; PINTO, Wilza da Silveira. Planejamento participativo e a nova ater/ates: uma avaliação dos desafios de implantação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6. João Pessoa – PB, 2013. **Anais...** João Pessoa – PB: UFPB, 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MOTA, Nilton Luiz Cosson. **Florestania, mateiros, varadouros, ramais, igarapés: a extensão rural no polo agroflorestal Dom Moacir, Bujari, Acre**. 2006. 112f. Dissertação Mestrado (em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2006.

RAMOS, Fábio Pestana. História e política do ensino superior no Brasil: algumas considerações sobre o fomento, normas e legislação. **Para entender a história...**, ano 2, p.1-17, mar. 2011. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/03/historia-e-politica-do-ensino-superior.html>. Acesso em: 15 nov.2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia da universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.27/28, jun.1989.

_____. A universidade no Séc. XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.23, 137-202, 2005.

_____. Tesis para una universidad pautada por la ciencia postmoderna. **Educación Superior: Cifras y Hechos**, n.18, 2004. Disponível em:

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Tesis%20para%20una%20universidad_Cifras%20y%20hechos.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI**. 2002. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis03/art1_3.html. Acesso em: nov 2012.

_____. Extensão universitária: uma abordagem não extensionista In: _____ **Ensino público e algumas falas sobre universidade**, Campinas/SP: Ed. Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVOLAINEN, Reijo. Conceptualizing information need in context. **IR Informatio Research**. v. 14, Mar. 2012.

_____. Epistemic work and knowing in practice as conceptualizations of information use. **IR Informatio Research**. v. 14, Mar. 2009.

SEBINELLI, Rosa Maria Marins Gobbi. **Política de extensão universitária**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2004.

SILVA JUNIOR, Mário L.; MELO, Vânia S.; SILVA, George R. **Manual de amostragem de solo para fins de fertilidade**. Belém: UFRA, 2006.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. História do ensino superior. _____. **Estrutura e Funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Thomson Pioneira, 1991.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Políticas públicas de comunicação para o desenvolvimento no contexto rural brasileiro no século XXI. In: JORNADAS NACIONALES DE EXTENSIÓN RURAL, 16., Y DEL MERCOSUR, 8., 2012. Concórdia Entre Rios Argentina. **Anais...** Concórdia Entre Rios Argentina, 2012.

_____. Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está em pauta. In: CONGRESSO INTERCOM, 22., 1999. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1999.

THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2002, João Pessoa–PB. **Anais...** João Pessoa–PB, 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/mais/Icbeu_anais/anais/saude/metodologia.pdf>. Acesso em 19 ago. 2009.

UFRA. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Institucional Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)**. Belém, 2011. 288p.

_____. Pro Reitoria de Extensão. **Relatório de Atividades e Gestão PROEX 2011**. Belém, 77p.

_____. _____. **UFRA na Reforma Agrária: extensão universitária para a formação humanística e cidadã**. Belém, 2012a. 28p.

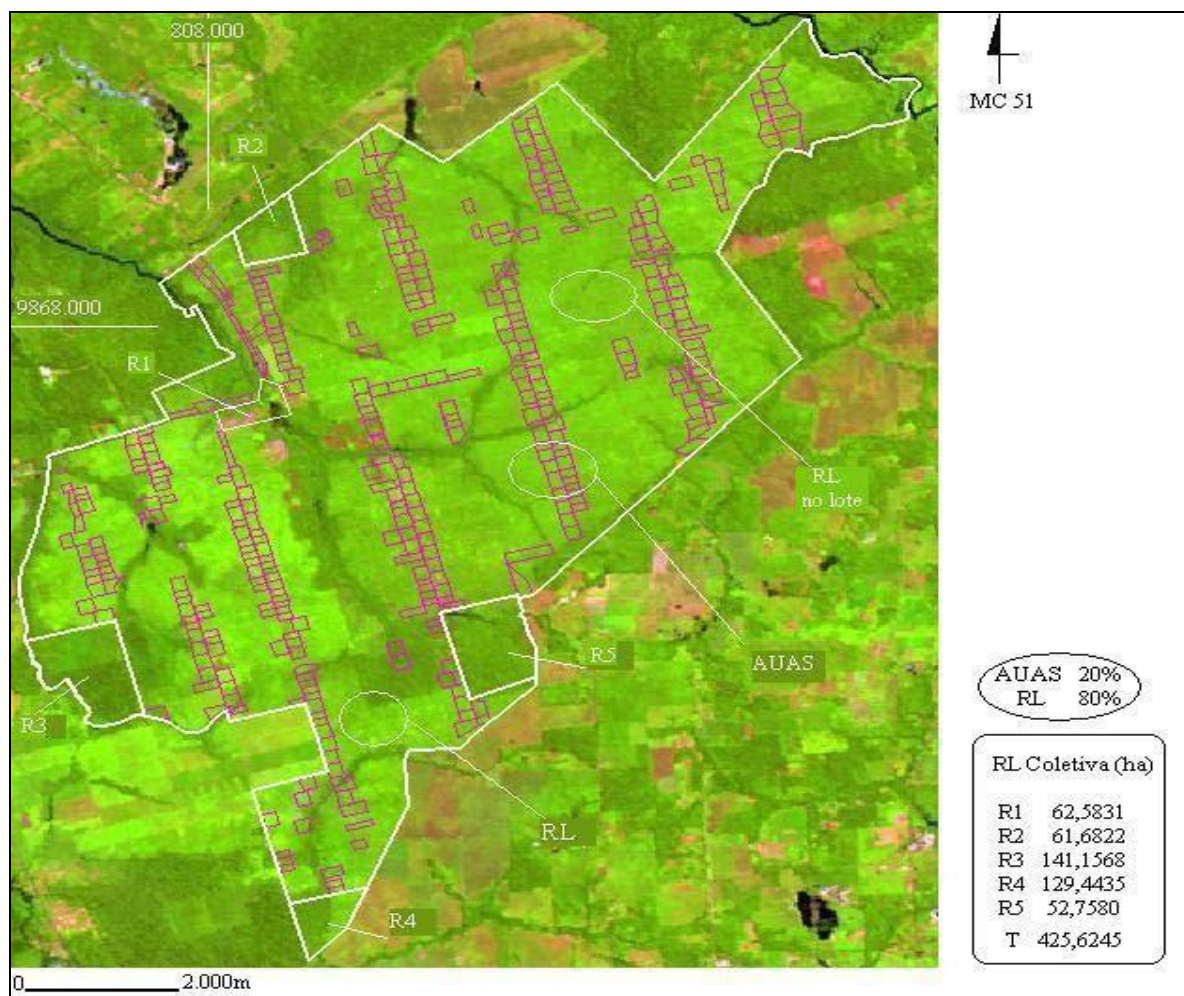
UFRA. Pro Reitoria de Extensão. **Relatório de Atividades e Gestão PROEX 2012**. Belém, 2012b. 92p.

_____. Pro Reitoria de Planejamento e Gestão. **PDI DA UFRA – 2010 a 2014**, Belém, 2010. 107p.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Information Science Research**. Special Issue, v. 3, n. 2, 2000.

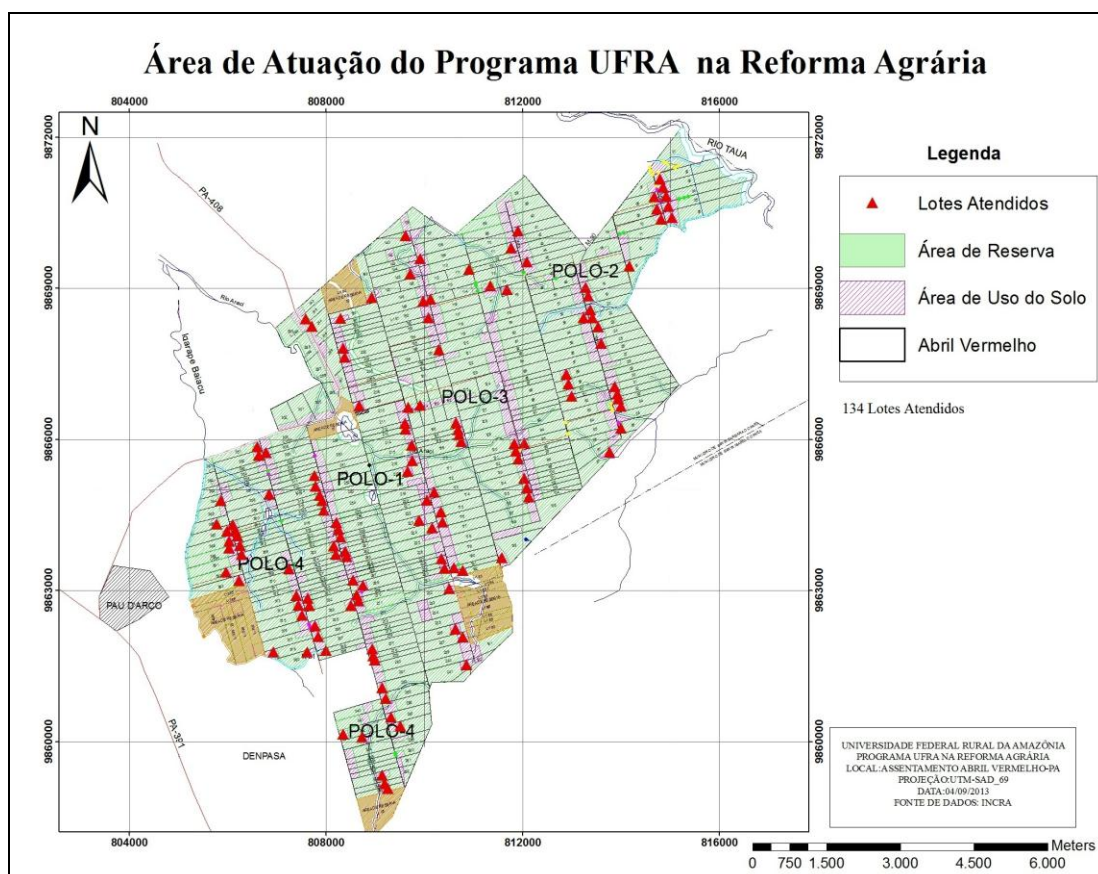
ANEXOS

Anexo A- Mapa do Assentamento Abril Vermelho: disposição dos lotes e áreas de Planejamento de Reserva Legal (RL), áreas de Uso Alternativo do Solo (AUAS) e corredores ecológicos ou áreas de interligação da biodiversidade.



Fonte: INCRA (2009)

Anexo B – Área de atuação do Programa UFRA na Reforma Agrária com identificando dos lotes atendidos com marcação de pontos com GPS.



Fonte: UFRA (2014) no prelo.